

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**IRIO LUIZ CONTI**

**ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS, FÓRUM SOCIAL MUNDIAL E  
CAPITAL POLÍTICO**

Porto Alegre

2007

**IRIO LUIZ CONTI**

**ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS, FÓRUM SOCIAL MUNDIAL E  
CAPITAL POLÍTICO**

Dissertação de Mestrado para obtenção do título  
de Mestre em Sociologia pela Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul

Orientador: Dr. Zander Navarro

Porto Alegre

2007

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Aos 26 dias do mês de junho de 2007 reuniu-se a banca examinadora composta pelos membros abaixo relacionados, para avaliar a Dissertação de Mestrado apresentada pelo aluno Irio Luiz Conti, intitulada: ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS, FÓRUM SOCIAL MUNDIAL E CAPITAL POLÍTICO, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A banca considera o aluno:

.....  
.....  
.....

Banca examinadora:

Prof. Dr Zander Navarro / UFRGS

\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva / UFRGS

\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Niton Bueno Fischer / UFRGS

\_\_\_\_\_

Prof. Dra. Sônia Maria Guimarães Laranjeira / UFRGS

\_\_\_\_\_

Porto Alegre, 26 de junho de 2007.

## **DEDICATÓRIA**

Este estudo é dedicado a todos aqueles e aquelas que, incansavelmente,  
empreendem esforços para conjugar a função cultural  
e social da ciência, como mediação  
da vida e da cidadania.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus familiares, colegas de congregação e de trabalho, amigos e amigas com os quais compartilho as lutas, os saberes e os sonhos.

Ao PPG em Sociologia e a CAPES,  
o meu agradecimento pela confiança e o apoio,  
mas também meu compromisso com a produção do conhecimento.

Ao Dr. Zander Navarro,  
que criteriosa e dedicadamente me orientou e  
incentivou no fazer científico,  
minha estima e meu agradecimento.

## RESUMO

Este estudo analisa como o Fórum Social Mundial possibilitou aos agentes sociais o acesso a recursos e oportunidades que potencializam e ressignificam a sua ação social. Para tanto, apóia-se na teoria sociológica de Pierre Bourdieu, fundada em sua teoria das práticas sociais, examinando a problemática empírica a partir das “expressões de capitais”, especialmente o capital político. Parte-se do entendimento de que o Fórum Social Mundial é um campo social e político que adensa a formação e as disputas das diversas formas de capital que se distribuem, ou que são apropriadas pelos agentes, de acordo com a sua capacidade de mobilização. Os agentes analisados são três organizações não governamentais representativas locais que estiveram ativamente envolvidas neste novo espaço social. Entre os principais alcances constata-se que, decorrente de estratégias diferenciadas de inserção no Fórum, os agentes alcançaram resultados distintos na ampliação de suas formas de capital, sobretudo do capital político. Tornaram-se, gradualmente, sujeitos partícipes da construção do Fórum e de processos organizativos sociais inovadores, mediante a qualificação de sua produção de conhecimento e a potencialização da ação social em redes. Além do mais, abriram novas relações nacionais e internacionais e ampliaram sua visibilidade e seu reconhecimento político e social como atores empenhados nas lutas por transformação social.

**Palavras-chave:** Fórum Social Mundial. Sociologia. Capital Político. Organizações Não-Governamentais.

## **ABSTRACT**

This study analyses how the World Social Forum made possible to social agents to have access to resources and opportunities that enhanced and (re)signified their social action. For that purpose, it is based in the sociological theory of Pierre Bourdieu, which is founded in his theory of social practices and examines the empirical problem of “expressions of capital”, in particular the political capital. The starting point is to consider that the World Social Forum is a social and political field that thickens the constitution and disputes of forms of capital that are distributed, or are appropriated, by agents in accordance with their mobilizing capacity. The agents that are studied are three non-governmental organizations that have been actively involved in this new social space. After different strategies of inserting themselves in the Forum, it was found that agents materialized distinct results in the increase of their forms of capital, especially in the political field. They gradually became participants in the construction of the Forum itself and also in innovative social processes of organization through their improved production of knowledge and their greater potential for social action in networks. Moreover, agents opened new national and international relations and amplified their visibility and political and social recognition as actors involved on struggles for social transformation.

**Key words:** World Social Forum. Sociology. Political Capital. Non-Governmental Organizations.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
ATTAC	Associação Pela Tributação das Taxações Financeiras em Apoio aos Cidadãos
CEAAL	Conselho de Educação de Adultos da América Latina
CAMP	Centro de Assessoria Multiprofissional
CBJP	Comissão Brasileira de Justiça e Paz
CEAP	Centro de Educação e Assessoramento Popular
CI	Conselho Internacional do Fórum Social Mundial
CJG	Centro de Justiça Global
COB	Comitê de Organização Brasileiro do FSM
CI/FSMS	Comitê Internacional do Fórum Social Mundial da Saúde
CIVES	Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania
CIDADE	Centro de Assessoria e Estudos Urbanos
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FBO	Fórum Brasil do Orçamento
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSM	Fórum Social Mundial
FSMS	Fórum Social Mundial da Saúde
FNPP	Fórum Nacional de Participação Popular
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IFIBE	Instituto Superior de Filosofia Berthier
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PAD	Processo de Articulação e Diálogo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 AS PRÁTICAS SOCIAIS E AS FORMAS DE CAPITAL</b> .....	24
1.1 A TEORIA DA PRÁTICA EM BOURDIEU: UMA SUCINTA APRESENTAÇÃO .....	24
1.1.1 O que explica a ação dos indivíduos? .....	24
1.1.2 <i>Habitus</i> : a sociedade “dentro do indivíduo” .....	28
1.1.3 A noção de campo .....	34
1.2 CAPITAL E SUAS FORMAS .....	40
1.2.1 Capital simbólico .....	41
1.2.2 Capital cultural .....	42
1.2.3 Capital social .....	44
1.2.4 Capital econômico .....	50
1.2.5 Capital político .....	51
<b>2 O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL</b> .....	58
2.1 GÊNESE DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL .....	59
2.2 O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: A UNIDADE NA DIVERSIDADE .....	63
2.3 O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: ESPAÇO OU MOVIMENTO? .....	68
2.4 O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL COMO UM PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	74
<b>3 O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, OS AGENTES E OS CAPITAIS: O NOVO CAMPO DAS PRÁTICAS SOCIAIS</b> .....	80
3.1 O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL COMO O ESPAÇO PRIVILEGIADO DAS ONGS .....	80
3.1.1 Centro de Assessoria e Estudos Urbanos .....	81
3.1.2 A inserção do CIDADE no Fórum Social Mundial .....	83
3.2.1 Centro de Educação e Assessoramento Popular .....	87
3.2.2 A inserção do CEAP no Fórum Social Mundial .....	88
3.3.1 Centro de Assessoria Multiprofissional .....	92
3.3.2 A inserção do CAMP no Fórum Social Mundial .....	94
3.2 O NOVO CAMPO E A VISIBILIDADE E O RECONHECIMENTO DOS AGENTES ..	98
3.2.1 O CIDADE e seu reconhecimento através da participação popular .....	99

<b>3.2.2 O CEAP e sua visibilidade pelo campo da saúde</b> .....	102
<b>2.2.3 CAMP: visibilidade e reconhecimento</b> .....	106
<b>4 O CAMPO DO FÓRUM: UM ESPAÇO DE INOVAÇÕES</b> .....	112
4.1 CONVIVÊNCIA NO PLURALISMO E NA HETEROGENEIDADE .....	112
4.2 QUALIFICAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DOS AGENTES .....	121
4.3 AS ONGS E AS AÇÕES EM REDES .....	126
4.4 ONGS E O CAPITAL POLÍTICO .....	132
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	138
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	148
<b>ANEXOS</b> .....	156

## INTRODUÇÃO

O sociólogo está melhor ou pior equipado para (des)cobrir o que está oculto, dependendo de tão bem armado cientificamente ele está.

Pierre Bourdieu, *Sociology in Question*

A segunda metade do Século XX foi marcada por processos sociais e políticos que vêm reconfigurando radicalmente a vida social. Dentre aqueles, por exemplo, tem sido observado um processo gradual, mas aparentemente inexorável, de declínio do Estado-nação e a paralela emergência da sociedade civil, como fenômenos característicos da sociedade contemporânea. Após décadas de regimes totalitários, especialmente no Leste Europeu, e longos anos de governos militares na América Latina, diversos países instauraram gradualmente a democracia como um princípio de organização da vida social e política. Coincidentemente, na esteira da expansão do capitalismo neoliberal como modelo que foi se tornando hegemônico, nos últimos anos intensificou-se um processo de globalização corporativa da economia, resultando no que comumente se denomina de mundo globalizado, estimulando múltiplas formas de resistência e contestação por parte de diferentes atores sociais cada vez mais internacionalizadas.

Diversos autores, informados analiticamente por matizes diferentes, já se debruçaram no estudo do conceito e a teorização do que genericamente se chama de sociedade civil<sup>1</sup>. Por não ser este o objeto central do estudo, aqui apenas se faz uma breve menção sobre esta ampla discussão que abrange os atores sociais sob análise. Cohen e Arato (2000), em um estudo que se tornou clássico neste tema, sugerem que a liberalização, como uma forma de restauração e ampliação de direitos individuais e coletivos, e a democratização (que nada mais é que a ampliação da participação política) estariam forjando uma nova cultura política e propiciando o “ressurgimento

---

<sup>1</sup> Edwards (2003) oferece, em livro recente, uma excelente síntese do debate sobre sociedade civil.

da sociedade civil”. Conforme os autores, como esfera pública autônoma e distinta, mas não separada da economia e do Estado, a sociedade civil cumpre o papel de democratizar a própria sociedade e influenciar a sociedade econômica e política em vista de mudanças, assentada nas associações e movimentos sociais como seu “elemento dinâmico”. Vieira (2001) entende que diante do poder das organizações internacionais e das empresas multinacionais, surge uma sociedade civil como um “contrapoder global” que se expressa de formas diversas em demandas por justiça e igualdade e luta para romper com o discurso hegemônico da globalização.

Para Dagnino (2002), a sociedade civil brasileira “ressurgiu” a partir da década de 1970, tendo como eixo e estímulo político a oposição ao Estado autoritário que, segundo Avritzer (1994), foi o limitador de sua autonomia e seu florescimento. Essa visão é corroborada por Doimo (1995), ao caracterizar as décadas de 1970 e 1980 como um período durante o qual se formou um “novo campo ético-político”, composto por extensas redes sociais que estimulavam os agentes a questionar os formatos convencionais de representação política e propor uma nova condição societária, na qual se ampliariam os espaços sociais em que os sujeitos passariam a comandar suas próprias ações. Baierle (2000) argumenta que este novo período histórico abriria uma era para a “emergência de um novo princípio ético-político” centrado em inovadoras idéias sobre a representação dos interesses dos movimentos sociais. Para Sader (1988), por outro lado, estaria surgindo um “novo personagem” em lugar do cidadão pedinte do passado, consciente de que o atendimento de suas reivindicações e proposições não é favor ou concessão do Estado, mas um direito de cidadania. Segundo Dagnino (2002), a emergente noção de cidadania, que adentrou a cena política ainda na década de 1970, foi especialmente entendida como “direito a ter direitos”, construída pela participação ativa dos cidadãos enquanto sujeitos políticos nos processos de democratização. Essas mudanças, certamente, não estão ocorrendo como o resultado de esforços políticos concomitantes e similares, pois são internamente descontínuos e não são homogêneos (ALVAREZ et. al, 2000). Tais experiências traduziriam a afirmação de uma “cultura de direitos”, conforme o clássico argumento de Teixeira (2002). Para Dagnino (2002), expressariam também a inter-relação entre cultura e política, que ocorre na passagem da política cultural para a “geração de uma nova cultura política”, papel instituinte da própria ordem na qual a diversidade de experiências opera. Dessa forma, as ações das organizações e movimentos sociais desse período também contribuíram para emergir agentes sociais com novas visões sobre os processos sociais.

A crise, especialmente política e social, típica da década de 1990, colhendo os impactos da implantação dos ajustes estruturais resultantes das políticas neoliberais, trouxe, contudo, um conjunto de dificuldades para o avanço dos processos de democratização em diversos lugares do mundo. Atingiu também, com expressivas alterações em suas formas de atuação, as organizações e movimentos da sociedade civil, esta cada vez mais heterogênea e complexa, abarcando suas diferentes concepções sobre o desenho democrático que comporia a sociedade no final do século, inclusive evidenciando crescentemente a importância estratégica das organizações não-governamentais (ONGs) na sociedade. Uma das principais novidades desse período foi o que Dagnino (2002) denominou de “aposta generalizada na possibilidade de uma atuação conjunta, de ‘encontros’ entre o Estado e a sociedade civil”, com a conseqüente reconfiguração dos espaços públicos e das formas de organização e representação social e política diante da crescente expressão da esfera pública da sociedade civil. Nesse cenário de revitalização onde novos “personagens entraram em cena” (SADER, 1988), houve uma “ascensão da sociedade civil global”, na qual as ONGs passaram a assumir uma postura de “contrapoder global” frente aos organismos internacionais e multilaterais que decidem, “sem qualquer abertura democrática”, os assuntos pertinentes ao destino de todos os habitantes do mundo (VIEIRA, 2001).

Entretanto, o conceito de ONGs<sup>2</sup> inclui uma vasta gama de interpretações em disputa no meio acadêmico, imprensa, organizações e movimentos sociais, governos, agências e organismos internacionais. Assim, mais do que definir precisamente o que são as ONGs e emitir valor ou qualquer idealização positiva sobre elas, neste estudo importa ter-se em conta que a esfera pública é o campo predileto de sua atuação e, portanto, lugar de disputas<sup>3</sup> onde se manifestam suas concepções políticas e ideológicas. E, entre as diversas caracterizações, tem-se como referencial a definição proposta por Teixeira (2002, p. 106), na qual mostra que as ONGs definem suas faces nas interfaces com três setores importantes: “as agências de financiamento

---

<sup>2</sup> Conforme Teixeira (2002), foi em 1946 que a ONU cunhou o termo “ONG” para definir toda organização não estabelecida por acordo inter-governamental. Mostra ainda, que inicialmente esse termo foi usado no Brasil para definir organizações internacionais que financiavam projetos de diferentes organizações brasileiras. Gradualmente, a partir da década de 1980, os centros de assessoria e educação popular que atuavam ligados aos movimentos sociais passaram a se autodenominar com esta sigla e, em 1991, constituíram a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG).

<sup>3</sup> A ABONG, que possui aproximadamente 250 filiadas, já constituiu sua identidade de modo conflituoso em meio a posições e concepções de suas filiadas. Os embates conceituais e de papéis, de acordo com Bocayuva (1999), se complexificaram intensamente a partir de 1999, com a aprovação pelo governo brasileiro, da Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que qualifica as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e disciplina o estabelecimento de parcerias na execução de projetos com recursos públicos.

internacional, o relacionamento com movimentos sociais a que estão de alguma forma vinculadas ou com os setores sociais com os quais se relacionam e as relações com o Estado”. Daí, segundo a autora (2002, p. 110-112), decorrem três formas de relação entre as ONGs e o Estado: a) a primeira se caracteriza por uma relação menos formal e envolve pressão, monitoramento e crítica ao Estado, ao mesmo tempo em que contempla colaboração, proposição e acompanhamento de algumas ações de órgãos de governo; b) na segunda relação o Estado contrata as ONGs para prestarem determinados serviços específicos de consultoria ou executarem algum projeto mediante mecanismos de seleção; c) a terceira forma consistiria na consolidação de projetos elaborados e executados em conjunto entre órgãos de Estado e ONGs, com a definição de tarefas e responsabilidades entre as partes. De modo geral, as ONGs<sup>4</sup> em estudo podem ser genericamente entendidas como integrantes de um campo de organizações que mantêm relações com o Estado, mas buscam manter-se autônomas, para garantir a postura crítica e a presença efetiva junto aos movimentos sociais nos embates mais amplos de resistência e contestação social.

Tais manifestações de contestação por parte da sociedade civil contra o que Souza Santos (2002) denomina de “globalização predadora”, não obstante diversos eventos e formas de protesto anteriores, mais visivelmente foram demarcados pelo famoso confronto em Seattle (1999), desdobrando-se posteriormente em Washington, Montreal, Genebra, Praga, Nice. Culminaram com um movimento mundial de cidadãos congregados no Fórum Social Mundial, cujo objetivo “é debater propostas e formas de ação concreta para a sociedade civil enfrentar, em escala global, os desafios da globalização econômica dominante” (VIEIRA, 2001, p. 110).

Nesse contexto, o Fórum Social Mundial surgiu como um evento social e político deflagrado por organizações, movimentos sociais e ativistas da sociedade civil emergente no início deste século o que, para Whitaker (2005), é um “mural de propostas para a construção de outros mundos”. Esses agentes, alguns dos quais com atuação eminentemente localizada e outros com atuação nacional e internacional, encontram-se para articular e engendrar pautas de ação conjuntas em vista de novos paradigmas sócio-políticos. O Fórum Social Mundial é um lugar

---

<sup>4</sup> Ao longo do texto serão utilizados alternadamente, no singular e no plural, os termos: ONGs, entidades, organizações e associações para designar especificamente as três ONGs que são objeto deste estudo, de tal forma que os termos contemplam o mesmo sentido na compreensão do texto. Conforme a seção (3.1.1), a seguir, a ONG CIDADE se autodefine comumente como entidade de assessoria e, menos, de “educação popular”, embora não recuse tal denominação, que é frequentemente utilizada pelo CEAP e o CAMP em sua autodefinição.

privilegiado de explicitação das contradições sociais e de aglutinação desses diferentes atores e agendas em torno de objetivos convergentes, impulsionando os esforços de busca de “unidade na diversidade” no cenário contemporâneo. Diversos autores têm se dedicado ao estudo dessa mobilização social complexa, a qual se constitui a partir de uma heterogeneidade de concepções e posições políticas, que despertam diferentes iniciativas e processos que ora convergem e ora tensionam entre si, mas que se retroalimentam e ampliam a capacidade de incidência dos agentes sociais.

Diante de um evento de tal abrangência e repercussão política e social, cabe indagar em que medida o Fórum Social Mundial seria um espaço que efetivamente potencializa a ação das organizações e movimentos sociais. Por outro lado, em que medida os agentes sociais potencializariam o Fórum, caracterizando uma confluência de fatores que se retroalimentam e dinamizam a ação social?

Para descobrir a resolução analítica de tais indagações, este estudo apóia-se na teoria sociológica de Pierre Bourdieu, fundando-se em sua notável teoria sociológica das práticas sociais, mas especialmente examinando-se tal problemática empírica a partir das “expressões de capitais” desenvolvidas pelo sociólogo francês. Inspirando-se neste autor, pode-se afirmar que a ampliação do potencial de recursos dos agentes sociais proporcionada pelas oportunidades decorrentes de sua relação com o Fórum Social Mundial ocorre em um campo social e político mediante as formas de capital que se distribuem, ou que são apropriadas, de acordo com a capacidade de mobilização dos respectivos agentes. Entende ainda Bourdieu (2005), que o espaço social e político é uma construção contínua efetuada pelos agentes individuais e coletivos, em função de suas posições na distribuição das formas de capital, especialmente o econômico e o cultural. Relacionando-se a teoria bourdieusiana com o processo Fórum, entende-se que este é, por excelência, um espaço social caracterizado como um “campo” com densidade e acúmulo de capital econômico, cultural, político e simbólico. Se não um campo específico, pelo menos um campo onde interagem diversos campos, oriundos das relações dos agentes em outros espaços, que se encontram no FSM. Em cada campo interagem várias espécies de capital sob domínio dos agentes em disputas, as quais potencializam suas ações nos espaços sociais localizados e gerais. Cabe questionar assim que tipos de capital o Fórum catalisaria, e como ele potencializaria a ação dos agentes sociais que dele participam. Todavia, já se pode antecipar, conforme a análise

empírica empreendida neste estudo, que os dados empíricos disponíveis permitem afirmar que o evento congrega capitais e potencializa a ação social.

Desse modo, o problema central a ser investigado nesta pesquisa trata de aprofundar em que medida o Fórum Social Mundial, como espaço plural e determinado, possibilita aos agentes sociais o acesso a recursos e oportunidades<sup>5</sup> que potencializem suas práticas sociais. Há evidências empíricas que apontam para a ampliação dos tipos de capital, especialmente o capital político, por parte dos atores sociais em estudo à medida que se envolvem de forma crescente no processo de preparação e realização do Fórum. Posicionando a questão de outra forma, se poderia perguntar como agentes sociais com ações em âmbitos de atuação bem definidos, com ênfase nos planos local e regional, se apropriam de oportunidades que possibilitam a qualificação e a ampliação de sua atuação em um plano regional, nacional e até internacional? Nesse sentido, a pesquisa será centrada nas relações entre o Fórum, entendido como um “campo” que condensa diferentes tipos de capital, no sentido defendido por Bourdieu, e a ação das três ONGs com suas características peculiares, mas que apresentam identidade institucional e estratégias de ação relativamente afins em educação popular e atuam incisivamente nos espaços sociais de edificação do Fórum. Essas são formas de ação ainda incipientes, mas que requerem ser analisadas, especialmente para se identificar seu potencial inovador para as práticas dos atores sociais na atualidade.

O presente estudo é o resultado de uma pesquisa sobre três organizações não-governamentais (ONGs) gaúchas, denominadas de Centro de Assessoria e Estudos Urbanos (CIDADE), Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP) e Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), no contexto de suas relações com o Fórum Social Mundial<sup>6</sup>, desde a primeira edição realizada em Porto Alegre, em 2001, à sexta, realizada em Nairóbi, África, em 2007. Trata-se de um estudo sobre as formas de ação dessas ONGs e seu potencial de mobilização e ampliação de recursos a partir da noção de capital político de Pierre Bourdieu.

O FSM representa uma novidade para a participação e o relacionamento de agentes da sociedade civil em escala mundial, tanto em sua forma de organização quanto em seus conteúdos

---

<sup>5</sup> Recursos e oportunidades são utilizados, neste estudo, como expressões correspondentes ao conceito bourdieusiano de capitais.

<sup>6</sup> Ao longo do texto utilizam-se as expressões Fórum Social Mundial, FSM, evento, Fórum ou processo FSM para designar o conjunto de eventos, redes e relações que reúnem diversas atividades e ações realizadas em vários lugares do mundo (como Porto Alegre, Mumbai, Nairóbi e os fóruns continentais, regionais e locais). Essas denominações e siglas são usadas com o mesmo e único sentido para designar o Fórum Social Mundial.

e sua metodologia, bem como em seu potencial dinamizador de ações localizadas e globais. Para Sousa Santos (2005), esta novidade se traduz em uma nova epistemologia que está sendo produzida a partir da visão dos “povos e dos países do Sul”, que historicamente foram vítimas de sistemas de opressão e dominação, mas agora encontram no Fórum suas formas de expressão e visibilidade identitária. Chico Whitaker (2005), um dos idealizadores originais, e talvez o principal animador do Fórum, destaca que a novidade consiste nele ser um espaço aberto e plural, construído com ampla participação popular e a partir das demandas das organizações e movimentos que o integram. É por isso que Tarso Genro (2003) afirma que o FSM é um espaço de expressão da democracia participativa em escala mundial. E Ignacio Ramonet (2003) complementa que esta mobilização mundial tem um foco claro que congrega ativistas de diversos lugares do mundo em uma luta antiglobalização. Essa convergência de ações ajuda os atores sociais a *ressignificar* suas concepções organizativas e suas estratégias de ação, em estreita interação com outras organizações de diferentes partes do Brasil e do mundo, numa complementaridade entre ações locais e ações globais. Cabe, portanto, buscar elementos empíricos e científicos que contribuam na fundamentação desta possível complementaridade na ação coletiva, uma vez que esta também interessa ao campo científico<sup>7</sup>. Ao fazê-lo, o estudo buscará igualmente esboçar algumas interpretações sobre as ações propostas discursivamente, no sentido de desnudar um novo campo de relações e suas justificações e ressignificações e, desta forma, indicar possibilidades de novas hierarquias e formas de poder tornadas viáveis pela instituição de um campo como o FSM. Novas esferas de poder originam-se, igualmente, de novas ordens de classificação, as quais podem, potencialmente, reorganizar as relações entre os agentes, suas expressões de capital e, desta forma, a distribuição de poder entre os mesmos. Conforme Bourdieu,

---

<sup>7</sup> Segundo Bourdieu (1995, p. 10), “As chances de alguém contribuir para a produção da verdade, me parece, dependem de dois fatores principais, os quais são relacionados à posição que tal pessoa ocupa – seu interesse em conhecer e tornar conhecida a verdade (ou, inversamente, em escondê-la, de si mesma ou dos outros) e, também, sua capacidade de produzi-la. Como Bachelard disse tão claramente, ‘Não há ciência que não seja a ciência do que está oculto’. O sociólogo está melhor ou pior equipado para (des)cobrir o que está oculto, dependendo de tão bem armado cientificamente ele está – quão adequadamente usa o capital de conceitos, métodos e técnicas acumulado por seus antecessores, Marx, Durkheim, Weber e muitos outros – e também o quão ‘crítico’ ele é; a magnitude da qual a intenção consciente ou não que o impele é subversiva, o grau de interesse que ele tem em descobrir o que é censurado ou reprimido no mundo social. E se a Sociologia não avança mais rapidamente do que atualmente, como a ciência social em geral, isto se deve talvez porque em parte esses dois fatores tendem a variar em relação inversa.”

[...] é a representação do mundo social o simples registro de divisões que existem na realidade ou é uma construção realizada pela aplicação de esquemas classificatórios? Os agentes usam seu tempo se classificando pelo mero fato de se apropriarem de objetos que são, em si mesmos, classificados (porque estão associados com outras classes de agentes), e também classificando as outras pessoas que se classificam pela mesma apropriação de objetos [...] sistemas de classificação são produtos sociais e, como tal, são disputados em uma luta permanente [...] na vida cotidiana, estamos constantemente objetivando outras pessoas [...] a luta entre o objetivismo e o subjetivismo é permanente. Todos procuram impor suas representações subjetivas de si mesmos como uma representação objetiva. Um agente dominante é aquele que tem os meios para forçar o agente dominado para vê-lo como ele quer ser visto. Na vida política, cada pessoa é objetivista contra os seus adversários. De fato, somos todos objetivistas em relação aos demais (1995, p. 57-58).

### **Objetivos e hipóteses do estudo**

Em consonância ao acima exposto, os objetivos desta pesquisa foram assim definidos:

Investigar, à luz da teoria sociológica de Pierre Bourdieu sobre as formas de capital, mais especificamente o capital político, em que medida o Fórum Social Mundial possibilita aos agentes sociais o acesso a recursos e oportunidades que potencializem e re-classifiquem a sua ação social.

Analisar as práticas das ONGs relacionadas ao Fórum Social Mundial para identificar como elas explicitam complementaridades e tensões nesse espaço de mobilização e contestação social.

Identificar como o Fórum Social Mundial aporta possíveis inovações metodológicas e organizativas para a sociedade civil em geral e, particularmente, aos agentes sociais que são objeto deste estudo.

É importante ressaltar, nesta parte, que não se tem a pretensão de fazer um estudo exaustivo da amplitude da teoria sociológica de Bourdieu. Ou, dito de outra forma, este estudo não pretende *testar* ou sequer avaliar, a qualidade analítica do modelo daquele autor, quando interpreta as práticas sociais. Deseja-se, tão somente, aprofundar uma pequena parte dessa teoria que esclarece sua compreensão sobre as formas de capital, com um enfoque no capital político e sua contribuição para os processos sociais em curso nas práticas das ONGs já referidas. Da mesma forma, não se intenciona também estudar minuciosamente o Fórum Social Mundial, mas sim apresentar uma versão sintética sobre esse evento, que se constituiu em um espaço proeminente de ampliação de capital dos atores sociais sob análise.

Esta pesquisa funda-se em duas hipóteses principais, sinalizadoras do esforço de interpretação à qual se propôs. A *primeira hipótese* que se busca investigar no decorrer desta pesquisa é que o Fórum Social Mundial, como um processo de mobilização social que reúne uma diversidade de atores sociais de vários países, possibilita a ampliação da capacidade de ação desses atores, por ampliar-lhes o acesso a certos recursos (especialmente o capital político) e, desta forma, contribui para o enraizamento de novas práticas sociais. Esta hipótese encontra consonância na teoria de Bourdieu sobre as formas de capital, na qual o autor entende que quanto maior é o capital político dos agentes, maior é sua capacidade de mobilização social. Em momentos diferentes eles mobilizam diversos tipos de capital que lhes permitem dinamizar suas ações e ocupar espaços nas correlações de forças no interior do FSM e em outros espaços sociais.

A *segunda hipótese* que será analisada no decorrer deste estudo investiga em que medida o Fórum Social Mundial aporta elementos metodológicos de mobilização social que potencializam as práticas dos atores sociais objeto deste estudo, e é também por eles potencializado. No evento, esses atores encontraram pontos de convergência de suas ações e ampliaram suas capacidades de articulação e ação nos diversos âmbitos, ao mesmo tempo em que contribuíram com a ampliação e consolidação do Fórum Social Mundial enquanto espaço de contestação e mobilização social pela construção de múltiplas alternativas à globalização corporativa.

A confirmação dessas hipóteses, se ocorrer, auxiliará na compreensão do significado e o alcance da contribuição do Fórum Social Mundial às mudanças sociais, e, particularmente, para a ampliação e qualificação da ação social das ONGs à luz da compreensão de capital político de Bourdieu. Tem-se consciência que, por se tratar de um tema vasto que requer ser explorado ainda mais, a presente pesquisa não chegará a respostas definitivas sobre muitos dos temas apontados, e nem é esta sua pretensão, mas certamente trará contribuições inovadoras sobre as práticas dos atores sociais estudados.

### **Breve observação sobre a metodologia da pesquisa**

Os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa sobre as organizações não-governamentais, o Fórum Social Mundial e, sobretudo, as manifestações concretas das formas de capital político, analisadas a partir da conceituação proposta por Pierre Bourdieu,

basearam-se na utilização do método de análise qualitativa. Sua efetivação implicou na organização de um *corpus*<sup>8</sup> de pesquisa assim constituído: a) 18 entrevistas semidiretivas com seis membros de cada organização; b) um grupo focal composto por seis pessoas, sendo duas de cada organização; c) levantamento de dados e documentos nos acervos das três organizações sobre o Fórum e as atividades de seus agentes nele envolvidos. Esse *corpus* possibilitou perseguir os objetivos da pesquisa.

Estudos mostram que “a entrevista é um processo de interação social” (COLOGNESE & MÉLO, 1998, p. 143) que visa à obtenção de informações de indivíduos ou grupos e a facilitação de informações, ou até mesmo a influência de aspectos da conduta humana. Partindo desta definição e estando ciente de possíveis riscos decorrentes das opções por determinadas técnicas de pesquisa, neste trabalho utilizou-se a entrevista na sua modalidade semidiretiva, aplicada individualmente aos agentes sociais a partir da orientação de um roteiro<sup>9</sup> de questões tópicamente previamente estabelecidas, mantendo um grau de abertura para os entrevistados completarem as informações que ainda necessitavam de esclarecimento ou aprofundamento. Em um momento seguinte, e com base nas informações coletadas, empregou-se a técnica de grupo focal para levantar novos elementos e aprofundar questões em torno de temas-chave que foram identificados ao longo das etapas anteriores da pesquisa. A realização do grupo focal<sup>10</sup> ajudou a clarear dúvidas e explicitar os graus de hierarquia nos quais se externa a apropriação de diferentes capitais, bem como a produção teórica e metodológica no interior das ONGs.

Os critérios utilizados para chegar à definição das ONGs pesquisadas foram basicamente três: a) certa afinidade na identidade institucional<sup>11</sup>; b) a semelhança no formato e na estrutura organizacional<sup>12</sup>; c) o grau de inserção em todo o processo de realização das edições do Fórum<sup>13</sup>. A definição dos membros de cada ONG que participaram das entrevistas e do grupo focal se deu

<sup>8</sup> O conceito de *Corpus* é entendido como “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar, o que acentua a natureza proposital da seleção, e não apenas de textos, mas também de qualquer material com funções simbólicas” (BAUER e GASKELL, 2002, p. 44-45).

<sup>9</sup> O roteiro de perguntas que serviu de base para as entrevistas encontra-se disponível no Anexo 1.

<sup>10</sup> O roteiro com as perguntas em torno de temas-chave para o grupo encontra-se disponível no Anexo 2.

<sup>11</sup> As três ONGs analisadas nasceram a partir da abertura democrática na década de 1980, em contextos específicos e com uma finalidade bastante próxima: promover processos de educação popular e assessoria a movimentos e organizações sociais emergentes em seus processos organizativos sociais.

<sup>12</sup> São associações civis, sem fins lucrativos, autônomas em relação a outras instituições, partidos políticos e governos, com estruturas organizativas bastante horizontais, cujo exercício do poder ocorre de forma colegiada.

<sup>13</sup> As três organizações iniciaram timidamente sua participação no I FSM e foram ampliando continuamente sua participação até chegar à participação em espaços de tomada de decisões sobre o conjunto das atividades do FSM ou sobre alguma atividade específica ou paralela ao processo do FSM.

mediante a verificação de sua inserção no processo de realização do FSM e sua influência hierárquica interna nas respectivas ONGs<sup>14</sup>. Com base nestes critérios foram entrevistados seis membros de cada ONG, entre os quais dois dirigentes e quatro assessores ou assessoras, totalizando sete mulheres e onze homens. O grupo focal que interagiu a partir das indagações propostas pelo pesquisador sobre os temas que requeriam ser esclarecidos ou aprofundados, constituiu-se de dois integrantes de cada organização, somando duas mulheres e quatro homens. Esta divisão, em ambas as técnicas, procurou captar as diferentes compreensões dos membros das ONGs em relação à sua participação e a das respectivas instituições no processo de articulação e realização do Fórum, bem como a influência deste em suas práticas organizacionais.

### **Sobre a estrutura da dissertação**

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, os quais tratam sobre a fundamentação teórica, o Fórum Social Mundial, as expressões sociais do capital e as inovações metodológicas dos atores sociais. O primeiro capítulo reúne elementos de fundamentação teórica e apresenta uma visão panorâmica com os principais conceitos que compõem a teoria sociológica de Pierre Bourdieu, salientando-se os meta-conceitos principais constitutivos de sua teoria das práticas sociais, como *habitus*, campo e capital. São conceitos importantes para se compreender a visão do autor sobre as diversas formas de capital e, mais especificamente o capital político, que servirá de mediação analítica das ONGs. Não se trata de esgotar o vasto arcabouço interpretativo de Bourdieu, mas sim, extrair dessa riqueza teórica um conceito que ajude a compreender e explicar a ampliação dos recursos e oportunidades dos agentes sociais em sua relação com o Fórum Social Mundial.

No segundo capítulo apresenta-se uma visão sintética do Fórum Social Mundial. Parte-se de sua gênese, com suas principais características como a “unidade na diversidade”, um “espaço aberto” ou um “movimento” ou, ainda, para alguns analistas, uma potencial “assembléia de movimentos” e um “processo de mobilização social” que reúne uma diversidade de sujeitos sociais contra a globalização econômica e pela construção de alternativas societárias democráticas e sustentáveis. O texto não visa esmiuçar esse complexo evento, que já foi bastante detalhado por outros autores, mas sim, oportunizar uma leitura que possibilite identificar os

---

<sup>14</sup> O autor desta dissertação é membro dirigente do CEAP e em 1999 trabalhou sob remuneração da organização.

espaços nos quais os atores sociais atuam para acumular e ampliar formas de capital. Pois, é precisamente nesse espaço que se localizam e operam as organizações objeto desta pesquisa.

O terceiro e o quarto capítulos trazem os elementos centrais da análise empírica. No terceiro analisa-se como os atores sociais específicos ampliam ou modificam suas expressões de capital ao interagirem num espaço social proeminente como o Fórum Social Mundial. Com base nas indicações analíticas apontadas no primeiro capítulo, especialmente sobre o capital político, contextualiza-se o surgimento, a missão e a inserção crescente das organizações sociais no Fórum Social Mundial. Na seqüência, esse crescimento diferenciado das ONGs, que é resultante da adoção de suas estratégias distintas é analisado como uma oportunidade de ampliação de sua visibilidade e reconhecimento social e político nos diferentes âmbitos de suas relações nas esferas pública e privada.

O último capítulo aborda algumas inovações metodológicas a partir do FSM na potencialização de práticas das ONGs. Inicialmente faz-se necessário explicitar certas contradições que permeiam as atividades realizadas no Fórum Social Mundial e são percebidas pelas organizações estudadas como incongruentes com a Carta de Princípios do Fórum. A seguir se evidencia que o evento funciona como um “instrumento de pressão positiva” sobre as organizações no que se refere à qualificação profissional e à produção epistemológica que se reflete nas publicações e diversas formas de serviços e intervenções institucionais em processos sociais. Finalmente, analisa-se que o Fórum estimula ações em redes como “teias” de relações que oportunizam a expansão de capital e especula-se sobre o potencial de capital político nas respectivas organizações sociais.

Nas considerações finais se retoma as hipóteses levantadas no projeto de pesquisa e se faz um confronto, especialmente com os dois últimos capítulos, para analisar em que medida elas foram confirmadas ou refutadas ao longo do estudo. Na seqüência apresentam-se três quadros que ajudam a evidenciar a participação das ONGs no Fórum e responder se de fato elas ampliaram seu capital político ao longo de sua inserção no evento. E, para encerrar, ensaia-se uma possível alternativa para enfrentar o que se poderia chamar de um “falso dilema” que se instalou no interior do Fórum desde sua primeira edição, que estabelece uma polaridade entre espaço e eficácia política nesse importante processo de resistência e mobilização social. Provavelmente, sem que seja possível ser conclusivo, o que este estudo indicaria, ao final, seria uma agenda de pesquisa que poderia seguir este esforço inicial, em estudos futuros, a partir do

qual seria necessário aprofundar a análise das trajetórias dos agentes, das práticas sociais e suas potencialidades, inclusive em relação às ações políticas mais ousadas no plano das disputas sociais. Desta forma seria possível avaliar, com maior precisão analítica, os limites reais para uma ação social que pudesse ultrapassar as fronteiras condicionadoras de uma determinada ordem social. Seria possível então esmiuçar mais detalhadamente os impasses, quase sempre ocultos que impedem a transformação social mais conseqüente. Como sugeriu o sociólogo francês inspirador deste estudo,

Algumas pessoas refletem porque os dominados não se revoltam mais freqüentemente. É preciso ter em mente as condições de produção dos agentes e os efeitos duráveis que exercem ao se inscreverem em sistemas de disposições, para compreender que as pessoas que são o produto de revoltantes condições sociais não são necessariamente tão revoltadas como seriam, se fossem produtos de condições menos revoltantes (como no caso da maioria dos intelectuais) e fossem *então* colocadas naquelas condições iniciais. Isto não implica em dizer que eles se fazem cúmplices do poder, através de algum tipo de má fé. E então não se deveria esquecer todos os desencontros entre a história vivida e a história reificada, e todas as pessoas que “se sentem fora do lugar” – no lugar errado, no trabalho errado. Essas pessoas fora do lugar, *déclassé* para cima e para baixo, são os produtores de confusões que freqüentemente fazem a história (BOURDIEU, 1995, p. 47).

## 1 AS PRÁTICAS SOCIAIS E AS FORMAS DE CAPITAL

A vasta, complexa e criativa teoria sociológica de Pierre Bourdieu contempla, como um de seus conceitos-chave, a categoria de capital e suas diferentes formas, cuja compreensão traz significativas contribuições à pesquisa científica e se constitui em referência central para as análises conduzidas nesta pesquisa. Para se interpretar melhor o pensamento de Bourdieu em relação às expressões sociais do capital é importante, contudo, apreender, ainda que apenas esquematicamente, alguns conceitos fundamentais que lhe são próprios e recorrentes em toda a sua teoria social, a começar pela “teoria das práticas sociais”. Ainda que sinteticamente, é essencial indicar os componentes conceituais da extraordinária arquitetura teórica elaborada pelo sociólogo francês em quatro décadas de frutífera carreira acadêmica. Ao decifrá-las, em sua inteligibilidade conceitual e, também, em suas relações, a vasta ambição teórica do autor será iluminada e o meta-conceito de capital se tornará mais claro para os propósitos deste trabalho.

### 1.1 A TEORIA DA PRÁTICA EM BOURDIEU: UMA SUCINTA APRESENTAÇÃO

#### 1.1.1 O que explica a ação dos indivíduos?

Bourdieu, em seu fazer sociológico, guarda a continuidade com alguns traços constitutivos do desenvolvimento do pensamento sociológico francês. Para Martins,

[...] assinalamos, a este propósito, que a formação da sociologia francesa ocorreu em um espaço social bastante preciso, vale dizer, no interior do campo universitário, o que contribuirá para lhe imprimir uma feição acadêmica, voltada para uma busca de legitimidade científica. Ao desenvolver-se em um contexto universitário, os agentes envolvidos com a consolidação do status científico da sociologia puderam contar com o apoio institucional que os dirigentes da “Terceira República” procuravam fornecer para a renovação e expansão das instituições de ensino universitário (1987, p. 33).

A posição sociológica de Bourdieu ressent-se dos efeitos do contexto acadêmico francês, elevando a sua teoria social, provavelmente, ao mais elevado patamar de cientificidade, jamais alcançado por um cientista social naquele país, mediante o esforço de superação do senso comum, o desenvolvimento de engenhosos mecanismos analíticos para resolver velhos impasses (estrutura versus ação; objetividade versus subjetividade; entre outras), além da adoção no

trabalho de pesquisa de uma conduta controlada por rigorosos padrões analíticos - eis o ofício do sociólogo<sup>15</sup>. Esta trajetória, tão incomum na história do pensamento sociológico, confere crescente legitimidade e autoridade ao seu projeto teórico, pelo fato de conjugar rigorosamente o trabalho conceitual e a pesquisa empírica<sup>16</sup>.

Para Bourdieu, o indivíduo e a sociedade, como estrutura, estão estreita e indissolúvelmente imbricados. A sociedade estrutura múltiplas condições para que os indivíduos existam, se tornem agentes, conscientes ou inconscientes, enquanto sua ação contribui para conservá-la ou transformá-la. Dessa relação entre indivíduo e sociedade evoluiria o que Martins (1987, p. 36) chama de “questões centrais da Sociologia desenvolvida por Bourdieu, a qual consiste numa reflexão sobre a problemática da mediação entre o agente social e a sociedade”.

Tal problemática se desenvolve a partir de duas dimensões epistemológicas que são, respectivamente, o conhecimento fenomenológico<sup>17</sup> e o conhecimento objetivista. Bourdieu se apropria dessas formas de conhecimento, critica-as e propõe uma alternativa constituindo uma terceira forma, denominada de “conhecimento praxiológico”. É a partir dela que desenvolve sua teoria da prática social, superando as formas polares e fragmentadas de conhecimento que se desdobram em simplificadoras análises, freqüentemente dicotômicas da realidade social. Um princípio básico, mas que é importante para se compreender o mundo social, pois essas três formas de conhecimento “só têm em comum o fato de se oporem ao modo de conhecimento prático” (BOURDIEU, 2003a, p. 39).

O modo de conhecimento fenomenológico, que a crítica do autor estenderá ao interacionismo simbólico ou à etnometodologia, reflete sobre uma experiência que, por definição,

<sup>15</sup> Na primeira parte da obra *Ofício de sociólogo* (2005, p. 23-44) Bourdieu mostra o difícil caminho que o sociólogo deve empreender para separar a Sociologia espontânea do senso comum, das pré-noções e da aparência, através da adoção de noções científicas que perseguem as “causas profundas”, exercício que dificilmente ocorre sem rupturas.

<sup>16</sup> O resultado é demonstrar que “a perspectiva sociológica elaborada por Bourdieu pressupõe que é a sociedade, e somente ela, que elabora, de diferentes formas, justificativas e razões para os indivíduos existirem. Em sua visão é a sociedade que, produzindo as posições que se reputam importantes, produz também os agentes sociais que julgam importante a conquista destas mesmas posições” (MARTINS, 1987, p. 35). Sobre o rigor científico da Sociologia recomenda-se a leitura da obra do próprio Bourdieu *Ofício de sociólogo* (2005), especialmente a introdução e a primeira parte, que tratam da epistemologia e da metodologia, as quais implicam, inclusive, em rupturas com o processo de afirmação da teoria social em outras tradições do pensamento.

<sup>17</sup> Martins (1987, p. 36) entende que para Bourdieu o conhecimento fenomenológico “não consegue ir além de uma simples descrição do que caracteriza a experiência vivida do mundo social, isto é, a apreensão do mundo social como mundo natural e evidente. Se tal se produz, isso se deve, segundo ele, ao fato de que tal modo de conhecimento exclui a questão das condições de produção desta experiência da familiaridade com o mundo social, isto é, a coincidência entre as estruturas objetivas e as estruturas incorporadas nos agentes, o que contribui para criar a ilusão da compreensão imediata do mundo social, assim como que exclui toda interrogação sobre as condições desta percepção natural do mundo social”.

não se presta à reflexão, qual seja, a relação com a experiência primeira que o agente social possui sobre seu ambiente mais imediato. A crítica bourdieusiana a esse modo de apreensão do mundo, que ele mais tarde chamaria de conhecimento subjetivista, é que ele não consegue ir além daquilo que o agente experimenta na vida familiar e social em sua mera aparência mais evidente, limitando-se ao mundo natural e dos fenômenos naturais em si, sem com isso mostrar que os fatos sociais também abarcam dentro de si dimensões naturais. É um conhecimento que se detém nos fenômenos naturais e subjetivos, privilegiando as manifestações da consciência e as vontades individuais em detrimento das questões propriamente sociais.

Se, por um lado, o conhecimento subjetivo privilegia exclusivamente as vontades individuais e suas expressões fenomênicas, por outro, há o conhecimento objetivista, que está centrado no estabelecimento de regularidades que se expressariam exclusivamente em termos de estruturas, leis e sistemas de ações, desconhecendo a capacidade estruturante da ação dos indivíduos. Ocupa-se em introduzir na explicação sociológica as condições particulares que tornam possível o mundo social, relegadas pelo subjetivismo. Segundo Bourdieu,

[...] o conhecimento que podemos chamar de objetivista (sendo a hermenêutica estruturalista um caso particular dele) constrói relações objetivas (econômicas ou lingüísticas) que estruturam as práticas e suas representações (o conhecimento primeiro, prático e tático, do mundo familiar), ao preço de uma ruptura com esse conhecimento primeiro, e portanto, com seus pressupostos tacitamente assumidos, que conferem ao mundo social o caráter de evidência e de naturalidade (2003a, p. 39).

Enquanto o conhecimento fenomenológico enfoca a centralidade exclusiva no sujeito e nos fatos naturais, “ignorando” os acontecimentos sociais, o conhecimento objetivista narra uma situação inversa, pois a centralidade passa a ser o objetivo e o social, movendo o sujeito a um segundo plano, muitas vezes até mesmo tornando-o inexistente no plano analítico. Por esses motivos, Bourdieu, não obstante ter sido fortemente influenciado por Durkheim<sup>18</sup>, em ambos os aspectos, faz suas críticas ao conhecimento objetivista porque,

[...] ao privilegiar a lógica da estrutura, apreendida de maneira sincrônica, sobre a história individual ou coletiva, o objetivismo, na concepção de Bourdieu, condena-se apenas a registrar a produção de regularidades da vida social, ou a reificar abstrações, o que consiste em tratar os objetos construídos pela ciência, como por exemplo a

---

<sup>18</sup> O modo de conhecimento objetivista tem sua expressão teórica na Sociologia clássica, especialmente em Durkheim, o qual postula, enquanto princípio metodológico, a sociedade como uma entidade exterior e transcendente aos indivíduos, enquadrando-os coercitivamente através dos costumes ou normas sociais.

“cultura”, as “classes sociais”, os “modos de produção” ou outras categorias, como realidades autônomas, dotadas de uma eficácia social, capazes de agir por si próprias, substituindo dessa forma os agentes sociais (MARTINS, 1987, p. 38).

Como se pode perceber, ocorre uma passagem de um extremo ao outro. Enquanto o modo de conhecimento fenomenológico supervaloriza o natural e o sujeito individual, o objetivista enfatiza a sociedade entendida como uma entidade exterior e absolutamente transcendente ao sujeito. Com o propósito de superar as antinomias existentes entre subjetivismo e objetivismo, mecanicismo e finalismo, que freqüentemente aprisionaram e imobilizaram a teoria sociológica, Bourdieu propõe o “modo de conhecimento praxiológico”, visando articular dialeticamente a natureza e a objetificação da estrutura social e ação social, oposição que nada mais é que uma outra face do dilema entre objetivismo e subjetivismo. O conhecimento praxiológico, desta forma, na famosa citação,

[...] tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las, isto é, o processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade. Esse conhecimento supõe uma ruptura com o modo objetivista, ou seja, um questionamento das condições de possibilidade e, por isso, dos limites do ponto de vista objetivo e objetivante que apreende de fora as práticas como fato acabado, em vez de construir seu princípio gerador situando-se no interior do movimento de sua efetivação (BOURDIEU, 2003a, p. 40).

Nesse modo de conhecimento, o dado subjetivo e fenomenológico é permeado pelo dado objetivo e vice-versa, de tal forma que o conhecimento sobre a realidade social se constrói numa relação dialética, como também se poderá perceber em uma seção (4.2) do quarto capítulo, que trata da epistemologia produzida pelas ONGs em sua relação com o Fórum Social Mundial. Ao transcender a antinomia entre o conhecimento fenomenológico e o conhecimento objetivista, através do conhecimento praxiológico, Bourdieu primeiramente introduziu, em seus primeiros estudos, um conceito estratégico destinado a articular a mediação entre estrutura e ator social, que é o *habitus*<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> As raízes do conceito de *habitus* se encontram na noção de *hexis* desenvolvida por Aristóteles em sua doutrina da virtude, e que significa um estado de caráter moral adquirido, porém entranhado, que orienta os sentimentos e desejos humanos numa determinada situação e, portanto, também orienta a conduta humana. Este mesmo termo foi traduzido para o latim como *habitus* (particípio passado do verbo *habere* - ter ou segurar) por Tomás de Aquino, no Século XIII, em sua *Suma Teológica*. Com Tomás este conceito passou a ter um sentido de “capacidade de crescimento pela atividade” ou, ainda, de “disposição durável suspensa” entre potência e ação propositada. Depois de Aristóteles e Tomás, o termo foi usado por Émile Durkheim em seu curso *Evolução*

### 1.1.2 *Habitus*: a sociedade “dentro do indivíduo”

*Habitus* é o conceito fundador da teoria sociológica de Bourdieu. Através dele o autor busca explicar a força que estrutura os seres humanos, materializa considerável proporção da ontologia do ser social, e os estimula a agir socialmente, como se aquela estrutura fosse natural em suas ações nos distintos meios, como a família, a escola e outras instituições e grupos sociais<sup>20</sup>. Tais ações, evidentemente, são movidas por interesses e recompensas que se expressam nas relações de poder entre os indivíduos, porque espelham a apropriação distinta de recursos ou capital, conforme se verá a seguir.

A teoria da prática, da qual faz parte o *habitus*, é fundante na obra de Bourdieu e, provavelmente, a sua motivação principal<sup>21</sup>. Por meio dela o autor propõe o que se poderia chamar de uma nova forma de analisar a ação social e a interação humana; um método e uma teoria sociológica que atingem sua importância e relevância na medida em que contribuem para a ciência social interpretar as realidades empíricas constituintes da vida social. Em sua compreensão,

a *prática* poderia ser definida como o resultado do aparecimento de um *habitus*, sinal incorporado de uma trajetória social, capaz de opor uma inércia maior ou menor às forças sociais, e de um campo social que funciona, nesse aspecto, como um espaço de obrigações (violências) que quase sempre possuem a propriedade de operar com a cumplicidade do *habitus* sobre o qual se exercem (BOURDIEU, 2003a, p. 38).

Apesar do termo ter sido usado por vários autores no decorrer da história, é em Bourdieu que se encontra uma completa transformação ou renovação conceitual do conceito de *habitus*, concebendo-o como um “sistema de disposições socialmente construídas” (2003a, p. 38) que contribui para transcender as dualidades anteriormente referidas.

Segundo Wacquant,

---

*pedagógica na França* (1904 - 1905). Max Weber o utilizou na discussão sobre o ascetismo religioso em *Economia e sociedade* (1922) e Thorstein Veblen o utilizou em *A teoria da classe ociosa* (1899). O termo ressurgiu na fenomenologia, principalmente na obra de Edmund Husserl, que chamou de *habitus* o conduto mental entre experiências passadas e ações futuras. Outros autores que também usaram o termo no decorrer da história foram Alfred Schütz, com a noção de ‘ser habitual’; Merleau-Ponty, em sua análise do “corpo vivido” como mola silenciosa do comportamento social; Norbert Elias (1937), fala de um *habitus* psíquico das pessoas ‘civilizadas’, em seu clássico *O processo civilizador* (WACQUANT, 2004, p. 12).

<sup>20</sup> Nota-se aí a influência durkheimiana da “moralidade” sobre o conteúdo atribuído ao *habitus* bourdieusiano.

<sup>21</sup> Conforme sua frase famosa (de 1962), onde afirma o primado analítico da ação social: “Certamente a Sociologia não valeria uma hora de esforço... se ela não se atribuísse a tarefa de restaurar aos indivíduos o sentido de sua ação.” (Citado como epígrafe no livro de Grenfell, 2004).

[...] o *habitus* é uma noção ‘mediadora’, que nos ajuda a revogar a dualidade que há no senso comum entre o individual e o social, capturando “a interiorização da externalidade e a externalização da internalidade”, ou seja, a maneira pela qual a sociedade é depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou, ainda, capacidades treinadas e propensões estruturadas de pensar, sentir e agir de um determinado modo, os quais então orientam em suas respostas criativas às restrições e solicitações do meio em que se encontram (1987, p. 12).

A noção de *habitus* foi introduzida por Bourdieu pela primeira vez em seus estudos empíricos inspirados na Antropologia Econômica, quando pesquisa as mudanças na sociedade camponesa de sua terra natal, Béarn, no Sudoeste da França, e as comunidades Cabilas da Argélia colonial. O conceito possibilitou analisar a relação entre o coletivo e o individual com vistas à superação da dualidade entre ambos. Aí chegou-se a um ponto de convergência entre o conceito de prática social e o de *habitus*, que apresentam semelhanças, apesar do *habitus* ser mais complexo de ser decifrado, não obstante serem as práticas sociais mais abrangentes, pois resultam também de outros processos sociais.

O *habitus* abrange uma multiplicidade de relações, dentre elas a relação com a prática social. E Bourdieu insiste em rejeitar as teorias que adotam implícita ou explicitamente a prática como uma reação mecânica ou reflexa – meramente de estímulo e resposta. A prática não é, assim, determinada pelas condições antecedentes e redutível ao funcionamento de esquemas pré-estabelecidos, como modelos, normas ou papéis, que enquadram e condicionam a prática a determinados resultados<sup>22</sup>. Para o autor,

a prática é, ao mesmo tempo, necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediatidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus* – entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções, de apreciações e de ações* – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados (BOURDIEU, 2003a, p. 57-58).

---

<sup>22</sup> Para ilustrar os equívocos dessa concepção mecanicista sobre a prática, Bourdieu (2003a, p. 57) menciona, em pitoresca passagem, a empresa de um etnólogo que, no estilo positivista, registrou 480 elementos comportamentais após 20 minutos de observação acurada das atividades de sua esposa na realização de seu trabalho cotidiano na cozinha.

A relação entre *habitus* e prática se explicita à medida que ambos incitam e possibilitam a concretização da prática social. O *habitus* trabalha com as probabilidades e possibilidades de ação, é quase sempre inconsciente e se expressa através de diversas formas de distinções, sendo inclusive contribuinte para determinar os principais aspectos da doxa, ou o senso comum. E o agir humano, com os seus estilos de vida, os gostos e as maneiras de fazer as coisas, faz parte do *habitus* que, por sua vez, está entranhado na prática e condiciona a ação humana. Como o *habitus* somente se realiza em determinadas condições sociais, só pode ser compreendido no âmbito da prática social. De modo diverso que no estruturalismo, a teoria do *habitus* em Bourdieu reconhece que os agentes materializam ativamente o mundo social, ao empenharem instrumentos corporificados de construção cognitiva; mas ela também afirma, contra o construtivismo, que tais instrumentos foram, eles próprios, produzidos pelo mundo social (WACQUANT, 2004, p. 14).

Visando esclarecer a compreensão do *habitus* e superar mal-entendidos, Wacquant aponta quatro aspectos importantes do pensamento de Bourdieu sobre o conceito: primeiro, o *habitus* nunca é uma réplica de uma estrutura social, já que se trata de um conjunto estratificado e dinâmico de disposições que registram, armazenam e prolongam a influência de ambientes diversos encontrados sucessivamente na vida das pessoas; segundo, o *habitus* não é necessariamente coerente e unificado, mas sim dotado de graus de integração e tensão, dependendo do caráter e da compatibilidade das situações sociais que o produzem ao longo do tempo; terceiro, o conceito serve tanto para analisar crise e mudança quanto coesão e perpetuação, pelo fato do *habitus* não ser rigidamente correspondente, como um espelho, ao mundo social no qual está inserido; por fim, o *habitus* não é um mecanismo auto-suficiente para a geração da ação, mas opera como uma mola que precisa de um “gatilho externo” e que, portanto, não pode ser tratado isoladamente dos mundos sociais específicos ou campos nos quais evolui. Dessa forma, uma análise integral e rigorosa da prática social requer uma tripla elucidação, englobando (i) a gênese social, (ii) as estruturas do *habitus* e do campo, assim como (iii) a compreensão da dinâmica de seu “confronto dialético” (WACQUANT, 1987, p. 16).

Para Wacquant, mesmo que existam definições imprecisas ou mal-entendidas em relação ao conceito de *habitus*<sup>23</sup>, fica claro que a confirmação teórica do *habitus* é sua demonstração

---

<sup>23</sup> Para Bourdieu, “*habitus* são sistemas de disposições duráveis e transferíveis, estruturas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’, sem ser o produto

empírica, ou seja, ele ganha *status* e fundamentação à medida que obtém sua demonstração prática e sua evidenciação concreta, alcançando as condições de catalisar as antinomias anteriormente referidas. Por tal razão, assim como em relação aos demais conteúdos propostos pelo autor, *habitus*, rigorosamente, é um meta-conceito e sua explicitação admitirá alguma variação, conforme a evidência empírica assim demonstrar.

Bourdieu entende que o *habitus* apresenta-se como produto da história que orienta as práticas individuais e coletivas, contemplando tanto aspectos subjetivos quanto objetivos. É pelo *habitus* que o passado do agente é feito concreto no presente. Torna possível a construção de novas modalidades de conduta dos agentes sociais pelo fato de contribuir na busca permanente de superação das antinomias que, neste caso, se manifestam na tensão entre os fatos passados e o problema do devir. Bourdieu ressalta que,

[...] é preciso construir uma teoria materialista capaz de recuperar no idealismo com o desejo expresso por Marx nas Teses sobre Feurbach, “o lado ativo” do conhecimento prático abandonado pela tradição materialista. Eis precisamente a função da noção de *habitus* que restitui ao agente um poder gerador e unificador, construtor e classificador, lembrando ainda que esta capacidade de construir a realidade social, ela mesma socialmente construída, não é a de um sujeito transcendental, mas a de um corpo socializado, investindo na prática dos princípios organizadores socialmente construídos e adquiridos no curso de uma experiência social situada e datada (BOURDIEU, 2001, p. 167).

Nesse sentido, o *habitus* tem como uma de suas funções contribuir para restituir nos agentes o que Bourdieu chama de poder gerador, unificador, construtor e classificador com o intuito de superar as antinomias que se constituíram no decorrer da história. O *habitus* vem unido à noção de “poder ativo”, desenvolvida por Marx, e remete a um elemento importante que sinaliza que “muito cedo, Bourdieu ambicionou fazer da teoria do *habitus* uma sociologia da experiência vivida no mundo social” (FORNEL, 2004, p. 224).

Bourdieu entende que a função principal do *habitus* consiste em descartar ou corrigir dois erros complementares introduzidos pela filosofia escolástica na Idade Média: o primeiro é referente ao mecanismo segundo o qual a ação constitui o efeito mecânico da coerção de causas externas; e o segundo está ligado à idéia do finalismo, através do qual, sobretudo por conta da teoria da ação racional, o agente atua de maneira livre, consciente e, como dizem alguns

---

da obediência a regras, sendo coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente” (MARTINS, 1987, p. 40).

utilitaristas, “with full understanding”, cuja ação é mero produto de um cálculo, puramente instrumental, das chances e dos ganhos possíveis em uma ação estratégica (BOURDIEU, 2001, p. 169). Assim, contra ambas as posições, para o autor, os agentes sociais são dotados de *habitus*, inscritos nos corpos e práticas pelas experiências passadas, que lhes possibilitam superar tais erros e introduzir um modo de ação que vincule o dado teórico com a ação prática, que nada mais é que o “senso prático” que lhes permite agir de modo adequado em cada situação, sem a necessidade da interposição de alguma regra explícita de conduta.

Ocorre aí uma relação interativa entre o *habitus* e o agente social, através da qual o *habitus* alcança efetividade na realidade social. Indo mais adiante, é por meio do agente que o *habitus* adquire seu estatuto indutor na medida em que ele age em um determinado campo social. É por isso que, para Bourdieu (2001, p. 169), esse agente “nunca é por inteiro o sujeito de suas práticas: por meio das disposições e da crença que estão na raiz do envolvimento no jogo, quaisquer pressupostos constitutivos da axiomática prática de campo se introduzem até nas intenções aparentemente mais lúcidas” desse mesmo agente.

À medida que ele se apropria do mundo a partir da força determinante do *habitus*, o agente conhece o mundo por meio de um conhecimento que não se instaura na relação de exterioridade de uma consciência conhecedora, mas o compreende num “sentido razoável”, sem distância objetivante, como algo evidentemente fazendo parte dele(a), no qual esse agente habita como se fosse um uniforme ou um habitat familiar. Sentindo o mundo como um habitat familiar, “sente-se em casa” pelo fato desse mesmo mundo também estar nele sob a forma do *habitus*, como uma necessidade tornada virtude. Por conseguinte, o agente agindo no mundo resente sobre si a ação do *habitus*, ao mesmo tempo em que o *habitus* recebe a ação do agente e atua nele através do mundo.

Nas palavras de Bourdieu, “o *habitus* constrói o mundo por uma certa maneira de se orientar nele, lhe dirigir uma atenção que, como aquela do saltador que se concentra, é tensão corporal ativa e construtiva para o futuro imanente” (2001, p. 175). Esse mundo é o mundo do agente, na medida que ele condensa dentro de si o passado e o devir com o intuito de uma ação presente. A questão de fundo que se apresenta diz respeito ao tempo, entendido de uma forma que transcende a dualidade entre passado e futuro e se contemporaniza no presente. Ao referir-se ao *habitus* como aquele que constrói o mundo do agente que age na sociedade e que não está isolado da coletividade, Bourdieu afirma:

O *habitus* não é de modo algum o sujeito isolado, egoísta e calculista da tradição utilitarista e dos economistas. Ele constitui o lugar de solidariedades duráveis, de fidelidades incoercíveis, pelo fato de estarem fundadas em leis e laços incorporados. As do *esprit de corps* (do qual o espírito de família é um caso particular), adesão visceral de um corpo socializado ao corpo social que o fez e com o qual ele faz o corpo. Por conta disso, ele constitui o fundamento de um conluio implícito entre todos os agentes que são o produto de condições e condicionamentos semelhantes, bem como de uma experiência prática de transcendência do grupo, de suas maneiras de ser e de fazer, cada um encontrando na conduta de todos os seus pares a ratificação e a legitimação de sua própria conduta a qual, por sua vez ratifica e, se for o caso, retifica a conduta dos outros (2001, p. 167).

Existem vários elementos implicados com a noção de *habitus* que devem ser devidamente compreendidos no mundo social. Nesse processo o *habitus* atinge sua dimensão prática e efetiva possibilitando a interação entre a subjetividade e a objetividade<sup>24</sup>. Assim, para Bourdieu,

[...] o *habitus* nada mais é do que essa lei imanente, *lex insita*, depositada em cada agente pela educação primeira, condição não somente da concertação das práticas, mas também das práticas de concertação, posto que as correções e os ajustamentos conscientes operados pelos próprios agentes supõem o domínio de um código comum e que os empreendimentos de mobilização coletiva não podem ter sucesso sem um mínimo de concordância entre *habitus* dos agentes mobilizadores e as disposições daqueles cujas aspirações eles se esforçam por exprimir (BOURDIEU, 2003a, p. 64).

Richard Jenkins aponta para alguns significados na relação entre o corpo e o *habitus* ao referir que,

[...] a disposição e os esquemas classificatórios generativos são a essência do *habitus* e estão incorporados num ser humano real. Essa incorporação aparece para ter três significados no trabalho de Bourdieu: primeiro, no sentido trivial o *habitus* somente existe tanto quanto ele está dentro das cabeças dos atores e a cabeça é além de tudo parte do corpo; segundo, o *habitus* somente existe ou aparece através de práticas de atores e suas interações uns com os outros e com o resto do meio ambiente: forma de falar, formas de se mover, formas de fazer as coisas e outras coisas mais - a esse respeito, enfaticamente, o *habitus* não é uma concepção abstrata ou idealista, nem somente a manifestação de um comportamento, é uma parte integral dele e vice-versa -; terceiro, os resultados de manifestações práticas que estão no coração dos esquemas generativos do *habitus* são enraizados no corpo: masculino/feminino, frente/costas, para cima/baixo, quente/frio. Estes são primeiramente capazes de serem percebidos em termos de

<sup>24</sup> O que ocorre é que o *habitus*, como uma espécie de regulador da ação social, presente nas dimensões subjetiva e objetiva, cria as condições para que o agente ocupe seu espaço no campo de ação e deixe que outros também ocupem seus espaços, numa relação de complementaridade e reciprocidade, mediada pela força do *habitus*. O *habitus* legitima a ação do agente em suas relações com a sociedade, além de contribuir para ressignificá-la na perspectiva da manutenção ou da mudança na maneira de agir deste agente no campo social. Ao mesmo tempo em que o *habitus* possibilita a ação do agente, interage com ele em seu agir. Contudo, se o agir não for solidário e proativo, o *habitus* o interpela à mudança ou, conforme Bourdieu, ‘retifica’ a sua conduta.

fazerem-se sentidos e de serem enraizados na experiência sensorial do ponto de vista da visão ou da pessoa incorporada (JENKINS, 2002, p. 75).

Portanto, num primeiro momento Bourdieu procura transcender as antinomias entre subjetivismo e objetivismo mediante a alternativa do conhecimento praxiológico. Na seqüência, apresenta o *habitus* como um “imperativo” que leva à superação de antinomias e aponta para uma saída no que se refere à ação dos agentes em espaços sociais de um campo, pela aquisição e apropriação de capital, conforme se verá no capítulo terceiro sobre a ampliação do capital político por parte das ONGs que são objeto deste estudo. Ato contínuo, será preciso interpretar o que são tais espaços sociais, conceitualmente analisados pelo sociólogo francês através do outro meta-conceito, a idéia de “campo”.

### 1.1.3 A noção de campo

Para Céli Pinto, a compreensão de poder em Bourdieu implica em levar em conta dois aspectos fundamentais de seu pensamento, que são os conceitos de capital e de campo. De fato, a origem da idéia de poder em Bourdieu tem raízes na noção weberiana, da qual se apropriou, que “toda ação social obedece a um interesse determinado”. O poder é decorrente do capital acumulado e, também, dos tipos de capital e suas combinações, em um campo determinado. Para entender ambos, é preciso compreender o significado de campo. Bourdieu caracteriza campo como um “espaço estruturado de posições ou de pontos onde as propriedades dependem de sua posição dentro destes espaços e que podem ser analisados independentemente das características de seus ocupantes” (PINTO, 1996, p. 222). Ou, na própria definição do autor, campo é:

[...] uma rede, ou configuração, de relações objetivas entre posições. Essas posições são objetivamente definidas, em sua existência e nas determinações que impõem sobre seus ocupantes, agentes ou instituições, pela sua situação (*situs*) presente e potencial na estrutura de distribuição de espécies de poder (ou capital), cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo, assim como pelas suas relações objetivas com outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.) (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 97).

Assim, o campo é um espaço dentro do qual se localizam as ações dos agentes. Ressalta-se que este conceito não tem relevância destacada na arquitetura analítica de Bourdieu nos seus escritos iniciais. Somente no final da década de 1970 e, especialmente na década seguinte, é que

assumiria crescente proeminência explicativa. Apesar do campo ser um conceito lógico para o autor, carece de maior precisão em sua formulação e explicitação, por exemplo, esclarecendo se existem hierarquias entre campos, como eles se relacionam entre si e como se pode melhor utilizá-lo em pesquisas empíricas. Nesta pesquisa se localizará o Fórum Social Mundial como um campo, mas este não será o conceito principal da análise empírica e essas dúvidas não poderão ser respondidas.

Ao indagar sobre o que caracteriza um campo na relação social, Pinto aponta quatro aspectos fundantes: primeiro, para que exista um campo devem existir interesses específicos irreduzíveis que não sejam supridos por outro campo, assim justificando a sua existência; o segundo, é que todo o campo é regido por regras e leis de funcionamento e, para que funcione, os agentes devem estar predispostos a aceitá-las e serem dotados de capacidades para entendê-las e legitimá-las; a terceira característica é a estrutura do campo ser definida por um estado de disputas de poder e pela qualidade e quantidade de capital distribuídos entre os agentes, com o campo ganhando *status* e qualidade a partir da quantidade de capital distribuído dentro dele; por fim, o outro aspecto que caracteriza um campo é que todos os agentes desse campo têm, pelo menos, um interesse em comum, que é a manutenção do interesse pela existência do campo, pois nele os agentes encontram sua própria inteligibilidade social (PINTO, 1996, p. 222).

Um questionamento que pode ser feito é: por quê se luta em um campo? Conforme a autora, se luta para impor vontades, visões de mundo e interesses de uns sobre os outros. Luta-se pela obtenção de poder e pelo espaço para exercer determinada função em um campo e, conseqüentemente, no espaço social como agentes de mudança ou conservação. Luta-se, também, pela apropriação e acumulação de capital, em todas as suas formas, pois a expressão desta acumulação é que garante, em última análise, a dominação social. Desse modo, a admissão e permanência de agentes num campo ocorrem mediante o cumprimento de duas exigências: que tenham os mesmos interesses irreduzíveis do conjunto dos agentes em luta, isto é, interesses que só poderão ser satisfeitos no mesmo campo, e também, que se disponham a cumprir as regras de funcionamento do campo. Segundo Pinto, para Bourdieu,

[...] o campo estrutura-se pelo estado da relação de forças entre os agentes. A matéria-prima desta luta é o capital de cada agente que varia tanto quanto à quantidade como quanto à qualidade. Capital é definido por Bourdieu como uma relação social, isto é, uma energia social que não existe e não produz seus efeitos a não ser dentro do campo onde ele se produz e se reproduz (1996, p. 223).

Existe estreita relação entre capital e campo, possibilitando que o campo seja o lugar no qual o capital encontra espaço para sua produção e reprodução. Estabelece-se uma relação interdependente entre campo, agente e capital, de tal forma que um é condição para a existência do outro e para a sua legitimação. De modo mais amplo, o campo vincula-se ao *habitus*, já que este orienta a prática dos agentes na medida em que as disposições duráveis desses agentes entram em contato com uma situação. A prática é entendida como produto de uma relação dialética entre uma dada situação e um conjunto de *habitus*. O que diversos autores entendem por “situação” é o que Bourdieu designa de campo<sup>25</sup>, que é o espaço da ação prática a partir do *habitus* e da distribuição e apropriação dos tipos de capital.

Cada campo social possui sua relativa autonomia em relação a outros campos sociais e a seu objeto específico de ação. Isso não equivale a dizer que não haja semelhanças entre os vários campos, mas o que realmente os distingue é a sua *differentia specifica*, o que lhes garante uma lógica particular de funcionamento e de estruturação no campo. O fato dos campos se caracterizarem pela existência de hierarquias resultantes de disputas internas dá-lhes consistência maior, desde que tais disputas não ponham em risco as estruturas de um campo e de seus agentes. Pois, se o acirramento chegasse a tal nível, evidenciaria o monopólio de poder de um campo sobre as estruturas desse campo.

Bourdieu indaga como os campos funcionam. Para explicar isso, toma como exemplo a organização de um determinado jogo, cujos princípios de orientação somente são compreensíveis àqueles que dele participam. Martins, interpretando-o, descreve que:

[...] um campo se define, entre outras coisas, estabelecendo as disputas e os interesses específicos dos outros campos. Estas disputas não são percebidas a não ser por aqueles que foram produzidos para participar de um campo onde se realizam essas disputas [...] Para que um campo funcione é preciso que haja lutas, ou seja, indivíduos que estejam motivados a jogar o jogo, dotados de *habitus* implicando o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo (1987, p. 42).

Essa relação que Bourdieu faz entre o campo e um hipotético jogo, em outras palavras, é a tentativa de explicar o funcionamento do campo a partir da idéia de uma contenda. Num jogo

<sup>25</sup> Para Martins, o campo é “um espaço social que possui uma estrutura própria, relativamente autônoma em relação a outros espaços sociais, isto é, em relação a outros campos sociais. Mesmo mantendo uma relação entre si, os diversos campos sociais se definem através de objetivos específicos, o que lhes garante uma lógica particular de funcionamento e de estruturação. É característico do campo possuir suas disputas e hierarquias internas, assim como princípios que lhe são inerentes cujos conteúdos estruturam as relações que os atores estabelecem entre si no seu interior” (1987, p. 42).

há duas forças principais expressas nos adversários que se confrontam. Mas, dentro de cada um deles é possível identificar forças convergentes e contraditórias, pois cada participante se posiciona na defesa dos princípios de seu grupo e/ou interesses nesse campo, ao mesmo tempo em que defende suas posições, que podem não ser exatamente aquelas de seu grupo. Para cumprir tal tarefa existe o *habitus*, implicando o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo. Ele incorpora suas regras e possibilita-lhe sua efetividade prática, sem que um campo se imponha aos demais, mas que cada um se efetive dentro de um espaço social.

Interpretando o funcionamento do campo a partir da metáfora de um jogo, Bourdieu se refere a essa noção nos vários campos sociais. Eles surgem como produto de um longo e lento processo de especialização e de autonomização da sociedade moderna, o que permite falar-se de “campo econômico”, “campo político”, “campo universitário”, “campo artístico”, “campo religioso”, “campo científico”, “campo simbólico”, “campo jurídico”, “campo cultural” e muitos outros<sup>26</sup>. Dessa forma existem diferentes campos em um mesmo espaço social numa sociedade determinada.

Na relação entre os campos se constitui sua estrutura a partir de dois pólos: um denominado de pólo dominante, com o máximo de capital social - recursos reais ou virtuais - e outro chamado de pólo dominado, cuja característica é a ausência ou escassez de capital social e específico. O primeiro se caracteriza pela força dominante e o segundo pela dominação sofrida por parte de seus agentes. Assim, pode-se dizer é que,

[...] o conceito de campo é utilizado por Bourdieu, precisamente, para se referir a certos espaços de disposições sociais nos quais determinado tipo de bem é produzido, consumido e classificado. A idéia é que à medida que as sociedades se tornam maiores, e com a divisão social do trabalho mais complexa certos domínios de atividades se tornam relativamente autônomos. No interior desses setores ou campos da realidade social, os indivíduos envolvidos passam, então, a lutar pelo controle da produção e, sobretudo, pelo direito de legitimamente classificarem e hierarquizarem os bens produzidos (NOGUEIRA, 2004, p. 36).

---

<sup>26</sup> Não existe um único campo, mas diferentes campos dentro do espaço social. Ao mesmo tempo em que existem lutas internas num mesmo campo, existem também as lutas entre os diferentes campos, de modo que alguns exercem influências sobre os outros. E não há como negar que o campo econômico exerce sua força sobre os demais campos ou que o campo cultural exerce sua influência sobre o universitário e o religioso, com o desenvolvimento das sociedades modernas. A preponderância do campo econômico, paradoxalmente, aproxima a Sociologia de Bourdieu da metáfora economicista do marxismo vulgar, tão veementemente rejeitada pelo sociólogo francês. Isto caracteriza uma diversidade de campos, cada qual com seu objeto específico, procurando jogar o seu jogo a partir da noção de *habitus*.

Bourdieu fundamenta e justifica a existência dos campos, especialmente a partir das sociedades mais complexas, marcadas pela divisão do trabalho e a necessidade de divisão do espaço social, de acordo com o objeto específico de cada espaço de ação. Cada campo, a não ser o simbólico, adquire seu sentido ao ser pensado a partir dos agentes que o constituem. Enquanto campo em si, não passa de uma abstração, mas atinge efetividade ao ser compreendido pelos agentes que agem e fazem dele um campo de ação. Desse modo, o campo se torna campo a partir do seu objeto empírico, prático.

A noção de campo serve para indicar uma direção à pesquisa, como uma recusa à formulação do estruturalismo e do formalismo, cujas expressões se inscreviam no modo de pensamento relacional - relações visíveis entre agentes envolvidos na vida intelectual -, mas ignorando o campo de produção como espaço social de relações objetivas (BOURDIEU, 2004, p. 64). É assim, portanto, que Bourdieu procura transcender as antinomias entre as concepções de estruturalismo e formalismo mediante a formulação do conceito de campo.

Na compreensão de Jenkins (2002, p. 84), “um campo no sentido de Bourdieu é a arena social dentro da qual os esforços ou manobras tomam lugar sobre os recursos específicos ou apostas de acesso a elas”. Logo, pensar em termos de campo envolve reconhecer a centralidade das relações sociais na análise social. Para Jenkins,

[...] campo é um sistema de estrutura de posição social ocupada por indivíduos ou instituições - a natureza que define a situação para seus ocupantes. E também um sistema de forças que existe entre estas posições: um campo é estruturado internamente em termos de relação de poder. Posições submetem relações de domínio, subordinação ou equivalência (homologia) de um para com o outro. Em virtude do acesso, eles lutam pelo melhor dos recursos (capital) que estão em aposta no campo [...]. A existência do campo pressupõe, e em seu funcionamento cria uma crença por parte dos participantes na legitimidade do valor do capital que está em jogo no campo. Este interesse legítimo no campo é produzido pelo mesmo processo histórico que produz o campo (2002, p. 85).

O campo é concebido, primeiramente, a partir de um sistema de estruturas e, posteriormente, a partir de sua ocupação pelos indivíduos ou as instituições que o ocupam ao mesmo tempo em que o legitimam. Desse modo, conforme Jenkins (2002, p. 86), o campo é o contexto mediador crucial em que fatores externos mudam circunstâncias e são trazidos para sustentar práticas dos indivíduos e das instituições.

Bourdieu introduz as noções de espaço social e de campo de poder para superar uma tendência existente no meio do pensamento sociológico, de se pensar o mundo social de modo substancialista, através de princípios de apreensão relacionais. Para ele,

[...] a noção de espaço social contém, em si, o princípio de uma apreensão relacional do mundo social: ele afirma, de fato, que toda “realidade” que designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõem. Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos, quer de grupos, existem e subsistem na e pela diferença, isto é, enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações que ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos (BOURDIEU, 2005, p. 48-49).

Com essa compreensão o autor mostra que o objetivo principal da ciência social não é construir classes, mas sim possibilitar a interpretação de espaços sociais dentro dos quais as classes possam vir a ser identificadas e analisadas em cada situação, mediante o princípio da diferenciação. Logo, falar em espaço social é resolver o problema da existência e da não existência das classes, tema que, desde a sua origem, divide os sociólogos: pode-se negar a existência das classes sem negar o essencial do que seus defensores acreditam afirmar através delas, isto é, a diferenciação social que as classes podem gerar entre os agentes situados em posições diferentes no espaço social (BOURDIEU, 2005, p. 49).

Via de regra, todas as sociedades são espaços sociais ou estruturas de diferenças, que somente pode-se compreender através da construção do princípio gerador da estrutura que possibilita a distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital em cada contexto social. Essa estrutura, por sua vez, é flexível e mutável de tal forma que permite uma análise dinâmica de sua conservação ou transformação na distribuição do capital em cada espaço social. Nessa dinâmica, Bourdieu identifica o espaço social global,

[...] ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura (2005, p. 48-49).

No campo, ou em um espaço com vários campos, se explicita a defesa dos interesses de grupos sociais, como ocorre no Fórum Social Mundial, através da ação de ONGs e movimentos sociais, como se verá nos capítulos a seguir, numa construção inseparável entre a elaboração

teórica e o senso prático. Essa edificação será tanto melhor sucedida quanto maior for a proximidade de seus membros e a convergência de seus interesses em torno de iniciativas e projetos, sejam eles de ordem social, política ou outra. Portanto, a proximidade das pessoas e grupos nos espaços de relações se constitui em critério fundamental para o seu reconhecimento no mesmo projeto num campo determinado.

## 1.2 CAPITAL E SUAS FORMAS

Existem diferentes campos que fazem parte de uma mesma estrutura social. Neles o conceito de capital, ainda que sendo igualmente um meta-conceito, segundo a Sociologia de Bourdieu, também apresenta diferentes formas de manifestação num espaço de relações<sup>27</sup>. Por sua vez, cada uma delas<sup>28</sup> possui composição e objeto específico de ação. A existência de um capital possibilita a existência ou a ampliação de outros, embora uma “lei de conversão de capitais” não se aplique a todas as formas de capital. Assim, um agente social que possui capital econômico tem facilitadas as condições para a obtenção de capital cultural e o mesmo pode acontecer na forma inversa. Há estreita relação entre alguns tipos de capital, de tal forma que o capital se caracteriza como conteúdo constituinte do poder em determinadas relações de forças entre os agentes sociais<sup>29</sup>. Um mesmo capital possui valores diferentes em campos diferentes e pode, inclusive, ter um grande valor num campo e absolutamente nenhum em outro (PINTO, 1996, p. 223). Isso permite entender a hierarquização, ainda que não seja pré-fixada, das formas de capital e sua respectiva valorização, de acordo com cada situação específica e os interesses em jogo. Para Bourdieu o capital econômico exerce precedência em relação aos demais capitais, nas sociedades mais complexas e avançadas. O capital cultural vem freqüentemente associado ao

---

<sup>27</sup> Para Martins, “Bourdieu postula a existência de diferentes tipos de capital, como por exemplo, o capital econômico, fundado na apropriação de bens materiais, o capital social, baseado em relações mundanas que constituem fontes estratégicas de apoios para a atuação dos agentes sociais e o capital cultural que tem na posse dos títulos escolares uma de suas manifestações institucionais. Se bem que estas espécies de capital sejam distintas umas das outras, elas não cessam de manter relações estreitas e sob certas condições, a posse de um tipo de capital constitui a condição para a obtenção de um outro distinto” (1987, p. 43).

<sup>28</sup> Segundo Nogueira, em Bourdieu é possível falar de tipos próprios, específicos de capitais, os quais interagem diretamente com o espaço social, físico, geográfico no qual os atores sociais estão inseridos. A realidade na qual os sujeitos agem de certa forma “determina” o capital de cada indivíduo. Trata-se de diferentes espaços, com diferentes relações e diferentes capitais ou vice-versa (2004, p. 41).

<sup>29</sup> Para Bourdieu a posição de um indivíduo na sociedade depende primordialmente dos seus capitais, pois em última análise, a acumulação desses capitais é que determinará a estrutura de dominação (NOGUEIRA, 2004, p. 51).

capital econômico<sup>30</sup> e, igualmente, assume crescente relevância nas sociedades atuais. Existe um capital que se destaca em meio aos demais, que é o capital simbólico, que, na linguagem do autor, é uma forma de expressão do poder simbólico. E, mais recentemente, com menor base empírica, o autor tem se debruçado sobre o estudo do capital social e do capital político, sendo que este último será o utilizado como referencial analítico de um processo social que é o Fórum Social Mundial, procurando-se analisar como os agentes sociais agem nele para se apropriar de certos tipos de capital.

### 1.2.1 Capital simbólico

Essa forma de capital resulta da naturalização da ação relacional dos diversos agentes, a qual deixa de ser percebida como o resultado de relações de dominação e passa a ser aceita como legítima<sup>31</sup>. Ocorre aí, por parte do capital simbólico, o encobrimento dos outros capitais, pelo fato do “poder simbólico, poder subordinado, ser uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das formas de poder” (PINTO, 1996, p. 225). Nesse caso, a luta política é também entendida como uma luta simbólica, cujo objetivo é converter ou fazer crer que um conjunto de propostas, uma doutrina ou certas ações sejam as melhores para todos, transformando os interesses localizados de um grupo em princípios universalmente válidos e aplicáveis. O capital simbólico somente existe porque anteriormente a ele existiram outros tipos de capital que lhe possibilitaram legitimar-se e justificar sua existência com base em sua objetivação<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> Dada a importância que Bourdieu atribui ao capital cultural, especialmente em sua Sociologia da Educação, a questão da precedência do capital econômico em relação aos demais pode ser questionada. É possível que uma leitura mais acurada de toda sua obra possa apontar que o capital cultural se encontra, pelo menos, no mesmo nível de importância do capital econômico, o que relativizaria a hierarquia do econômico sobre o cultural.

<sup>31</sup> A filosofia escolástica possui abundantes fontes que manifestam homologias entre as estruturas políticas, eclesiais e cosmológicas, que exprimem uma estrutura “emanacionista” - que concebe o universo como um processo que vem desde o Uno, o Absoluto, até chegar à matéria, com hierarquias que vem desde papa, cardeais, arcebispos, bispos, baixo clero, imperador, príncipes, duques e vassalos -, como expressão da ordem cósmica estabelecida por Deus e, por isso, imutável (BOURDIEU, 2004, p. 70-71).

<sup>32</sup> Ao analisar o campo científico Bourdieu refere-se às relações de forças simbólicas no interior desse campo, em que pessoas, especialmente os jovens pesquisadores, são levadas “a emprestar as qualidades científicas daqueles dos quais dependem para sua carreira e que podem assegurar-se de clientelas dóceis e de todo o cortejo de citações de complacência e de homenagens acadêmicas” (BOURDIEU, 2003, p. 39-40). A formação desse capital simbólico e sua percepção pelos agentes que se encontram no campo baseia-se no crédito científico, que é também uma forma de crédito político de consagração temporal de seus portadores.

Segundo Nogueira, o capital simbólico diz respeito, muitas vezes, ao prestígio ou à boa reputação que uma pessoa possui num campo específico ou numa sociedade em geral. Ele se refere ao modo pelo qual essa pessoa é vista ou percebida pelos outros e essa visão, na maioria das vezes, está associada à posse dos outros tipos de capital. Não que isso seja uma regra geral, mas com frequência é isso que acontece (NOGUEIRA, 2004, p. 51). O capital simbólico, inclusive, possui uma raiz antropológica ambígua e, para ser percebido, requer ser definido em “sua verdade” pela percepção dos outros, o que requer cuidadosa pesquisa empírica. Aquela “verdade”, segundo Bourdieu, é uma busca egoísta de satisfação do amor próprio e da autoglorificação, que busca constantemente sua legitimação e aprovação na relação com os outros. É por isso que, em *Meditações Pascalinas*, ele afirma que,

[...] a maior baixeza do homem é a busca da glória, mas é exatamente isso que constitui o maior sinal de sua excelência, porque, ainda que possua algum bem na terra, um pouco de saúde e algum conforto essencial, ele somente se considera satisfeito se contar com a estima dos homens (BOURDIEU, 2001, p. 202).

O ser humano necessita de outro ser humano que o estime e o reconheça enquanto ser humano. Aí, implícita, está à crítica bourdieusiana à escolástica, que coloca a satisfação do homem em Deus e relativiza as relações de estima entre as pessoas. O problema decorrente é que na relação de estima entre as pessoas o capital simbólico assegura formas de dominação que envolvem a dependência daqueles que ele permite dominar. Com efeito, ele existe apenas na e pela estima, pelo reconhecimento, pela crença e a confiança dos outros, logrando perpetuar-se apenas na medida em que se consegue obter a crença em sua existência (BOURDIEU, 2001, p. 202). Esta é uma demonstração de força do poder simbólico na vida das pessoas, visto que está profundamente ligada ao próprio sentido da existência humana.

### **1.2.2 Capital cultural**

O capital cultural está associado ao conhecimento e às diversas formas de compreendê-lo, mas também está voltado aos costumes e às diversas manifestações da cultura, produzidas e conservadas nos diferentes contextos, por povos e raças, expressando uma espécie de *ethos* que singulariza o mais específico e identificador de coletivos sociais. Segundo Bourdieu,

[...] a noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o sucesso escolar, ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe (1998, p. 73).

O capital cultural tem como ponto de partida o desenvolvimento educacional, especialmente mediante o conhecimento formal. Mas cabe salientar que vai além, caracterizando-se também como um conhecimento informal que se constitui a partir dos costumes e hábitos de cada pessoa e grupo social (BOURDIEU, 1998, p. 74). Na compreensão de Bonnewitz, o capital cultural em Bourdieu,

[...] corresponde ao conjunto das qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família. Este capital pode existir sob três formas: em estado incorporado, como disposição duradoura do corpo (por exemplo, a facilidade de expressão em público); em estado objetivado como bem cultural (a posse de quadros, de obras); em estado institucionalizado, isto é, socialmente sancionado por instituições – como títulos acadêmicos (2005, p. 53).

No que tange ao estado incorporado do capital cultural, ele ocorre sob a forma de disposições duráveis do organismo, e sua incorporação pressupõe um árduo e demorado trabalho de assimilação que deve ser realizado pessoalmente pelo agente em seu mundo de relações. No estado objetivado, o capital cultural pode existir sob a forma de bens culturais como pinturas e livros. Para alguém possuir tais bens em sua materialidade, se faz necessário que simplesmente tenha capital econômico, como se pode evidenciar através da compra de um quadro precioso ou de uma máquina. Para se apropriar dela, simbolicamente, basta que alguém possua os instrumentos de apropriação e os códigos necessários para decifrá-la, isto é, tenha capital cultural incorporado (BOURDIEU, 1998, p. 75).

O capital cultural materializa-se no estado institucionalizado através de diplomas e certificados. Nesse estado é possível depreender as funções de um sistema de ensino em uma sociedade determinada, bem como suas relações com o sistema econômico. O grau de investimento na carreira escolar está vinculado ao retorno provável que se pode obter com o título escolar, notadamente no mercado de trabalho. Esse retorno em forma de título escolar pode ter valor alto ou baixo; quanto mais difícil for o acesso ao título maior será sua valorização, e quanto mais fácil for seu acesso maior será a tendência à sua desvalorização. A esse fenômeno o sociólogo francês chama de “inflação de títulos”. O que mostra que a posse de capital cultural é

mais mensurada pela especificidade e raridade de capitais apropriados pelas mesmas pessoas ou grupos sociais que pela quantidade de um determinado tipo de capital.

Dessa forma, para Bourdieu, o capital cultural surge da necessidade de se compreender as desigualdades de desempenho escolar das pessoas oriundas de diferentes grupos sociais. Sua Sociologia da Educação se caracteriza, notadamente, pela diminuição do peso do fator econômico, em comparação ao peso do fator cultural, na explicação das desigualdades escolares.

Sobre os três estados referidos, a aquisição e a acumulação são aspectos da dinâmica do capital cultural associados entre si, tendo como ponto de partida e locus social os membros das famílias dotadas de grande capital cultural. Nessas famílias, o tempo de acumulação abarca praticamente todo o processo de socialização, o que significa um empreendimento prolongado para sua aquisição.

Para Nogueira (2004, p. 41), no campo da literatura, o conhecimento sobre autores, estilos e obras e a capacidade de produzir obras reconhecidas, constituem uma forma de capital (capital literário) que propicia a quem o detém um poder de influência sobre esse campo. Assim, um agente social aporta mais capital literário que outro e potencializa para si maior influência sobre os demais agentes no mesmo campo. Além do mais, com relativa facilidade ele pode proceder à conversão desse capital como, por exemplo, um capital do campo da música pode ser convertido para o campo literário ou das artes. Desse modo se explicita uma hierarquia dentro do capital cultural, pois a legitimidade de um agente social de certa forma está relacionada ao seu capital literário. No mesmo sentido, quem possui mais capital cultural garante melhores condições de permanecer ou galgar posições mais altas na estrutura social (2004, p. 42).

### **1.2.3 Capital social**

Em Bourdieu, o capital social resulta de um conjunto de relações sociais, como amizades, laços de parentesco e contatos profissionais, que são mantidos pelos agentes em sua concretude. Eles usufruem dessas relações com o objetivo de adquirir benefícios materiais ou outros, numa inter-relação com a conversão de capital. Conforme Nogueira,

[...] o volume de capital social de um indivíduo é definido em função da amplitude de seus contatos sociais e principalmente da qualidade destes contatos, ou seja, da posição social (volume de capital econômico, cultural, social e simbólico) das pessoas com quem ele se relaciona (2004, p. 51).

Através do capital social os agentes econômicos, políticos e sociais são capazes de aproveitar melhor os benefícios do ativo intangível gerado a partir de relações mantidas entre membros pertencentes a uma determinada comunidade ou região. Todavia, o conceito de capital social não está plenamente estabelecido. Especialmente na última década, a expressão “capital social” tem sido popularizada sob significado completamente distinto, notadamente a partir da obra de Robert Putnam, *Making Democracy Work*. Sob tal noção, capital social<sup>33</sup> refere-se, sobretudo, à capacidade de um indivíduo ou grupo ampliar suas relações sociais (em particular sob a forma associativa), como mecanismo social destinado a ampliar as oportunidades, acesso a recursos ou padrões de mobilidade social. São processos sociais públicos, portanto. A noção proposta por Bourdieu, em oposição, destina-se a revelar formas de dominação mantidas, entre outros mecanismos, pelo acobertamento que o capital social oferece ao agente em questão. De certa forma, em Bourdieu esta noção é negativa, pois poderá explicar uma estrutura de poder. Já a interpretação recente de capital social é positiva, destinada a “construir capital” – é uma noção não-relacional, ahistórica e descontextualizada. O seu conteúdo e seus determinantes têm sido objetos de diferentes interpretações na discussão sobre as formas de capital em Bourdieu. Para Bonnewitz,

[...] o capital social se define essencialmente como o conjunto das relações sociais de que dispõe um indivíduo ou grupo. A detenção deste capital implica um trabalho de instauração e manutenção das relações, isto é, um trabalho de sociabilidade: convites recíprocos, lazer em comum, etc. (2005, p. 54).

Coradini entende que para Bourdieu o capital social “é o conceito mais pertinente para a maior parte das situações encontradas” (1996, p. 217). Isso porque, ao mesmo tempo em que ele é específico, também está imbricado nos demais capitais. E Nogueira entende que em Bourdieu esse capital se refere ao conjunto das relações sociais como amizades, laços de parentesco e contatos profissionais mantidas por uma pessoa. Dessa forma, o valor do capital social de uma

---

<sup>33</sup> Robert Putnam (1993; 2000, p. 19) introduz a idéia de capital social com este sentido: “Enquanto o capital físico se refere a objetos físicos e o capital humano se refere às características dos indivíduos, capital social se refere às conexões entre indivíduos – redes sociais e as normas de reciprocidade e confiança que delas surgem. Neste sentido, capital social está relacionado ao que alguns chamam de “virtude cívica”. A diferença é que “capital social” destaca o fato de que a virtude cívica é mais poderosa quando entranhada em uma densa rede de relações sociais recíprocas. Uma sociedade de muitos indivíduos virtuosos, mas isolados, não é necessariamente rica em capital social.”

pessoa é definido em função da amplitude de seus contatos sociais e, principalmente, da qualidade desses contatos, isto é, da posição social que está ligada à noção de volume de capital econômico, cultural, social e simbólico das pessoas com quem ele se relaciona (NOGUEIRA, 2004, p. 51). Por isso,

[...] não tem sentido o conceito de capital sem se ter presentes suas vinculações com o de estrutura de capital; por sua vez, com posição social, com formação de classes, com princípios de classificação, com formas de dominação, com legitimação, com estratégias de reprodução social, com *illusio* e assim por diante. Mas isso não basta, se não se tiver presentes as relações lógicas que hierarquizam conforme os respectivos níveis de abstração (CORADINI, 1996, p. 215).

O conceito de capital social, inicialmente desenvolvido no âmbito das relações sociais, área própria da Sociologia, tem sido crescentemente aplicado por economistas em assuntos como desenvolvimento econômico e inclusão social, entre outros. Nos anos recentes o mesmo conceito tem aparecido também em estudos sobre performance econômica de aglomerados produtivos e de regiões geográficas. Os propósitos variados de seu emprego acabam privilegiando ora um ora outro aspecto da realidade, mostrando que esse conceito, ainda em construção, tem diversas acepções que lhe permitem o ajustamento às mais variadas orientações teóricas e metodológicas. A difusão do termo no meio acadêmico é relativamente recente. Ele adquiriu maior expressão a partir da década de 1980, à medida que passou a ser amplamente utilizado entre sociólogos, antropólogos, economistas, cientistas políticos e teóricos do desenvolvimento.

Atualmente o capital social, conforme antes indicado, vem adquirindo destaque, tanto pela sua vinculação com conceitos provenientes da teoria social, como pela associação estabelecida com disciplinas que utilizam a idéia de capital, como, por exemplo, a Economia. Além disso, embora não haja homogeneidade na forma de se abordar o capital social, em comparação com outros que são centrais no debate sobre o desenvolvimento econômico, entende-se que esse é um conceito de natureza essencialmente relacional.

A concepção de capital social desenvolvida por Bourdieu tem como foco as estratégias de reprodução ou a mudança de posições na estrutura social, constituindo-se no primeiro autor a incluir a noção de conflito na estrutura de análise do capital social. O autor utiliza o conceito de forma instrumental, centrando-se nos benefícios que são obtidos pelos agentes em função de sua participação em grupos e sobre a construção deliberada de sociabilidade com o objetivo de criar este recurso. Para ele,

[...] o capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, *à vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis (BOURDIEU, 1980, p. 67).

A formação do capital social conecta-se diretamente ao *habitus* - as atitudes, concepções e disposições compartilhadas pelas pessoas geralmente pertencentes à mesma classe – em virtude de configurar redes sociais de relacionamentos entre os agentes. O volume de capital que uma pessoa comanda depende da rede de relações que ela pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural, político ou simbólico) associado a cada uma daquelas às quais está ligada. O capital social entra como um recurso que pode gerar benefícios em um campo de relações no qual diferentes compreensões se constituem entre as pessoas. Sua característica principal em relação às outras formas de capital (físico, cultural, humano) apontada por Bourdieu é a sua intangibilidade. Diferente do capital físico, que se desgasta com o seu consumo, o capital social é valorizado através de seu uso e de interações repetidas, conforme se verá na análise das relações dos atores sociais a partir do Fórum Social Mundial. Ele só existe na estrutura das relações sociais, que são as fontes do capital social, e atua como um facilitador na difusão de informações e no fluxo de recursos aos agentes envolvidos na estrutura social.

Para Bourdieu o capital social é um recurso ou um ativo que, a exemplo do capital econômico, pode ser acumulado. Todavia, de modo diverso desse, que tem um proprietário e cujos direitos são assegurados sob um campo jurídico, o capital social tem caráter de bem público; o que implica que ele somente pode ser acumulado mediante a manutenção e ampliação de relações sociais que ocorrem em grupos, que não têm reforço legal para reivindicar sua propriedade. Aí se forma um círculo virtuoso: quanto maior o rol de relações e mais qualificadas forem, maior será o acúmulo de capital social e, quanto mais capital social, maiores serão as possibilidades de relações e interações entre os sujeitos. As regras de sua convertibilidade, contudo, são extremamente complexas e somente minuciosa pesquisa empírica poderia decifrá-las. Com esse entendimento o autor afirma que,

[...] a noção de capital social impôs como único meio de designar o fundamento de efeitos sociais que, mesmo sendo claramente compreendidos no nível dos agentes singulares em que se situa inevitavelmente a pesquisa estatística, não são redutíveis ao

conjunto das propriedades individuais possuídas por um agente determinado. Tais efeitos, em que a sociologia espontânea reconhece de bom grado, a ação das relações são particularmente visíveis em todos os casos em que diferentes indivíduos obtêm um rendimento muito desigual de um capital (econômico ou cultural) mais ou menos equivalente, segundo o grau em que eles podem mobilizar por procuração, o capital de um grupo, mais ou menos constituído como tal e mais ou menos provido de capital (BOURDIEU, 1998, p. 67).

O capital social favorece ao agente a possibilidade de mobilização social nos espaços de relações de sua ação social. De algum modo, o agente portador de um bom acúmulo de capital cultural pode fazer convergir esse potencial para a construção de um capital social que, por sua vez, pode propiciar-lhe as possibilidades de agir de forma “social” nos seus espaços de relações.

Na compreensão de Bourdieu, uma rede de relações não se constitui como algo ontológico e natural, nem por um dado social *a priori* constituído de modo permanente e a partir de um ato social de uma instituição representada pelos mais distintos segmentos da sociedade, mas sim como o resultado do trabalho de instauração e de manutenção necessárias para produzir e reproduzir relações e disposições duráveis, possibilitando lucros materiais e simbólicos. Ou, de outra forma, implica em um elo de relações e ligações estratégicas de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações que sejam duráveis e subjetivamente sentidas ou institucionalmente garantidas (BOURDIEU, 1998, p. 68). Bourdieu salienta a importância do campo em seus respectivos desdobramentos (econômico, artístico, cultural, religioso), para mostrar que o capital social e sua medida dependem daquilo que esteja sendo estudado como, por exemplo, o desempenho econômico de empresas ou as realizações educacionais das pessoas. O capital social é um recurso que gera benefícios concretos às pessoas, tendo como fonte o próprio relacionamento interpessoal. Tal forma de geração de capital social depende da confiabilidade existente no ambiente social e da extensão real das obrigações assumidas. As estruturas sociais diferem nessas duas dimensões, enquanto os agentes no interior delas diferem na segunda dimensão.

Segundo Bourdieu, a reprodução do capital social é tributária, por um lado, de todas as instituições que visam favorecer as trocas legítimas e excluir as ilegítimas, produzindo ocasiões (recepções), lugares (bairros elegantes, escolas seletas, clubes) ou práticas (esportes sofisticados, jogos de sociedade, cerimônias culturais) que reúnem, de maneira aparentemente fortuita, pessoas tão homogêneas quanto possível, sob todos os aspectos pertinentes do ponto de vista da existência e da persistência de um grupo. Por outro lado, é tributária do trabalho de sociabilidade

numa série contínua de trocas em que se afirma e se reafirma incessantemente o reconhecimento, mas que supõe competência e dispêndio constante de tempo e esforços, além de capital econômico. O rendimento desse trabalho de acumulação e manutenção do capital social é tanto maior quanto mais importante for esse capital, e o limite é representado pelos detentores de um capital social herdado, que pode ser simbolizado por um sobrenome importante (BOURDIEU, 1998, p. 68-69).

Na argumentação sobre o capital social sustentada por Bourdieu destacam-se especialmente três aspectos, a saber: os elementos constitutivos desse capital; os benefícios obtidos pelas pessoas mediante sua participação em grupos ou redes sociais e, também, as formas de reprodução desse tipo de capital. Os dois componentes principais que constituem o capital social são as redes de relações sociais, que permitem às pessoas o acesso aos recursos dos membros do grupo ou da rede, e o segundo elemento refere-se à quantidade e à qualidade de recursos possuídos por um grupo.

Em relação ao primeiro elemento, Bourdieu define o capital social como a agregação de recursos atuais ou potenciais que têm ligação estreita com uma rede durável de relações institucionalizadas de reconhecimento e de inter-reconhecimento mútuo, o que também será evidenciado na segunda parte do terceiro capítulo, quando é analisada a ampliação da visibilidade e do reconhecimento dos atores sociais que são o objeto de estudo neste trabalho. As relações estabelecidas entre pessoas pertencentes a um determinado grupo não advêm apenas do compartilhamento de relações objetivas ou do mesmo espaço econômico e social, mas fundem-se, também, nas trocas materiais e simbólicas, cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade. São essas redes sociais (família, clube, escola e organizações) que oportunizam às pessoas o sentimento de pertença a um determinado grupo social.

O segundo elemento diz respeito à quantidade e à qualidade de recursos de um grupo. De acordo com o autor, o volume de capital social de um agente individual depende tanto da extensão da rede de relações que ele ou ela pode efetivamente mobilizar como do volume das diferentes formas de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é propriedade exclusiva de cada um dos agentes a quem está ligado. A dinâmica desse capital em Bourdieu relaciona o capital social aos benefícios mediados pelas redes extra-familiares e às lutas concorrenciais entre pessoas ou grupos no interior de diferentes campos sociais. Portanto, as oportunidades que os

agentes têm de acumular ou de reproduzir capital social dependem de sua posição dentro do sistema de estratificação social (ORTIZ, 2003), das redes de relações que eles mobilizam e do volume de capital econômico, cultural, político ou simbólico que é posse exclusiva de cada agente que pertence a essas redes de relações às quais os agentes estão ligados.

#### **1.2.4 Capital econômico**

Segundo Bourdieu, o capital econômico está estreitamente vinculado ao capital cultural e social, possibilitando aos atores sociais as condições para a apropriação dos demais capitais, especialmente o capital cultural e social. A preocupação que levou o autor a formular uma concepção ampliada de capital repousa, fundamentalmente, sobre evidências empíricas que apontam as limitações do conceito de capital econômico para explicar plenamente a ligação entre nível socioeconômico e bons resultados educacionais, o que o fez considerar que outras formas de capital, como o capital social e cultural, contribuiriam diretamente na interação com o capital econômico para fortalecer essa relação.

Conforme Bonnewitz (2005, p. 53), para Bourdieu “o capital econômico é constituído pelos diferentes fatores de produção (terra, fábricas, trabalho) e pelo conjunto dos bens econômicos: renda, patrimônio, bens materiais”. Esse capital é acumulado, reproduzido e ampliado por meio de estratégias específicas de investimento econômico e por outras estratégias relacionadas a investimentos culturais e à obtenção ou manutenção de relações sociais que podem possibilitar o estabelecimento de vínculos economicamente recompensáveis, de curta e longa duração.

Bourdieu entende que a educação escolar, uma das formas do capital cultural, é um recurso tão importante quanto o capital econômico na determinação e reprodução das posições sociais. A distribuição desigual das diferentes formas de capital justifica as diferenças de estratégias adotadas por cada pessoa, no sentido de explicar como os diferentes agentes apreendem, por exemplo, as situações escolares e a elas se acomodam, ou como são excluídos do sistema educacional. Bourdieu, em seu longo e diversificado repertório de pesquisas, desvenda a seleção escolar que elimina e marginaliza os alunos oriundos das classes populares, enquanto privilegia os alunos mais dotados de capital cultural e social, contribuindo, assim, para a

reprodução<sup>34</sup>, de geração em geração, do capital econômico, cultural e social acumulado. Essa teoria contraria a convicção, até então amplamente aceita, de que existiria igualdade de oportunidades no sistema educacional.

Embora o capital econômico esteja na origem das outras formas de capital e o custo de conversão dos diferentes tipos de capital em capital econômico seja distinto, Bourdieu deixa claro que o capital social tende a ser transformado em capital econômico ou mesmo em capital cultural. Os agentes obtêm vantagens econômicas em decorrência de sua participação em certos grupos ou círculos sociais. Isso será demonstrado, especialmente no quarto capítulo, em que se atores sociais com maior capital social e econômico incidem mais sobre a condução do Fórum Social Mundial. Essa participação lhes permite apropriarem-se de benefícios materiais e simbólicos que circulam entre os membros de uma rede. Relacionada a essa apropriação está a reprodução do capital social. Ele é importante às diversas frações de classe, porque abre possibilidades às pessoas desse meio participarem em determinados grupos ou redes sociais, aumentando, com isso, o rendimento de seu capital social e de seus investimentos escolares, na forma de benefícios simbólicos como, por exemplo, o *status* ocupacional, ou na forma de benefícios econômicos em forma de salários.

### 1.2.5 Capital político

O conceito de capital político<sup>35</sup> é relevante na Sociologia bourdieusiana, e central na presente pesquisa, por constituir-se em referência analítica principal de um processo social que é

---

<sup>34</sup> A escola, compreendida como um sistema educativo, especialmente a partir da Terceira República (1870-1940), foi propagada como um instrumento importante para garantir, não só um ideal igualitário, mas também um processo educativo que proporcionasse aos indivíduos a liberdade e a garantia do acesso às condições de ascensão social com certa equidade. Bourdieu, corajosamente, contestou essa “crença comum” através de suas pesquisas que resultaram em duas publicações: *Les héritiers* (1964) sobre a desigualdade no ensino universitário, e *La reproducción* (1970), na qual evidencia que a escola, além de não ajudar a reduzir as desigualdades sociais, ajuda a reproduzi-las, constituindo-se em “instrumento oculto de dominação”, conforme afirma: “A seleção de significações que define objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico é arbitrária enquanto estrutura, e as funções desta cultura não podem ser deduzidas de nenhum princípio universal, físico, biológico ou espiritual, pois não estão unidas por nenhuma espécie de relação interna à ‘natureza das coisas’ ou a uma ‘natureza humana.’” (1970, p. 22).

<sup>35</sup> É um conceito que, comparado aos demais conceitos de capital, recebeu atenção tardia por parte do sociólogo francês, a partir da década de 1990, e sobre o qual o autor fez poucas pesquisas empíricas. De tal forma que se poderia dizer que é um conceito “ainda em construção”. O campo político e o campo do poder, do qual faz parte o capital político, são aprofundados em seus conceitos fundamentais na obra *O mistério do ministério*, organizada por Lóïc Wacquant (2005), na qual o autor traz as múltiplas contribuições de Bourdieu para a teoria da prática e a teoria da política democrática. Wacquant mostra, a partir de diversos autores, que Bourdieu se

o Fórum Social Mundial e a ação de atores sociais nele para apropriar-se de certos tipos de capital. Em Bourdieu o capital político aparece especialmente associado ao capital simbólico, que é uma espécie de crédito social, algo que depende da crença socialmente difundida na sua validade (MIGUEL, 2003). Sua eficácia liga-se ao seu reconhecimento público em um campo determinado. Ele encontra-se concentrado em pessoas que têm sua existência reconhecida e que ajudam a retirar as pessoas e grupos que se encontram isolados, como se não existissem enquanto atores sociais, para, na linguagem de Hobbes, ajudá-las a se tornar “como um só homem<sup>36</sup>” e atingir sua condição de reconhecimento social<sup>37</sup>. Esse capital simbólico possibilita, por exemplo, que um determinado professor, um deputado ou um presidente fale com autoridade sobre um assunto por estar assentado em seu reconhecimento - pela sociedade e por seus pares - de que ele ou ela é, de fato, uma autoridade. Desse modo, ainda de acordo com Miguel (2003), não há como omitir que o capital simbólico engendra uma forma própria de violência à medida que os dominados concedem seu reconhecimento aos dominantes, graças ao desconhecimento da desigualdade material que lhes permite alcançar a competência que passa a transitar socialmente como signo de um talento que seria inato em determinadas pessoas que ocupam posições sociais.

A estreita relação entre o capital simbólico e o capital político permite que o capital simbólico se expresse no capital político, e que esse encontre sua realização naquele. Para Bourdieu, o campo político se caracteriza por ser,

---

envolveu em questões de políticas públicas, poder e justiça social, rompendo a separação entre ciência e vida, mas com um esforço contínuo de “pensar a política sem pensar politicamente”, isto é, pensar sociologicamente a política. Mostra ainda que “a visão científica do mundo de Bourdieu foi o reservatório de sua percepção da política, enquanto a sua avaliação política da realidade social foi o motor de seu interesse nessa realidade e da indignação provocada por ela, e a fonte de sua insistência em introduzi-la na base da ciência social para que pudéssemos aumentar as chances de transformá-la, de finalmente nos tornarmos algo semelhante a ‘sujeitos políticos’” (WACQUANT, 2005, p. 10).

<sup>36</sup> A célebre frase de Hobbes em *O Leviatã*, ilustra o processo necessário para tornar-se “como um só homem”: “Uma multidão de homens torna-se uma só pessoa quando esses homens são representados por um só homem ou uma só pessoa, de forma que isso se faça com o consentimento de cada indivíduo singular dessa multidão. Pois é a unidade daquele que representa, não a unidade do representado, que torna uma a pessoa.” (Citado como epígrafe em BOURDIEU, 2005, p. 71).

<sup>37</sup> Ver Bourdieu: *O mistério do ministério: das vontades particulares à “vontade geral”* in: WACQUANT (2005, p. 72-80), no qual o autor faz uma análise minuciosa da tecnologia social do poder delegado, pela qual os agregados constituem seu porta-voz, o qual passa a falar em nome e em lugar do grupo, encarnando o próprio grupo. Análises de experiências históricas, especialmente de alguns estados soviéticos, apontam para a importância de se vislumbrar outras formas de produção e expressão de opiniões, baseadas em processos coletivos e expressas na delegação de poder a instituições como associações, partidos e sindicatos, empenhadas na geração e expressão de reivindicações e protestos coletivos de defesa de interesses e aspirações individuais. Ver também *O poder simbólico* (2004, p. 163-207).

[...] o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou totalidade dos profanos [...] O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa ou a um objeto os próprios poderes que eles lhes reconhecem (BOURDIEU, 2004, p. 187).

Segundo Miguel, para Bourdieu,

[...] o capital político é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico: o reconhecimento da legitimidade de um determinado indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política). Como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade. Na base da pirâmide estão os simples eleitores, aqueles aos quais resta apenas optar por uma entre as alternativas propostas, sem praticamente nenhuma voz ativa na vida política; no topo encontram-se os líderes que são os autores das alternativas em jogo e que são *reconhecidos* como representantes dos diversos segmentos sociais. Uma importante categoria intermediária é formada pelos "analistas políticos", presentes especialmente na mídia e na academia, que interpretam o jogo político aos leigos (MIGUEL, 2003, ênfase do autor).

Bourdieu recorre a uma frase de efeito, proferida por Gramsci, sobre os funcionários sindicais, – “banqueiro em regime de monopólio”<sup>38</sup> – para mostrar que o agente político adquire sua autoridade específica num campo político através de sua força ou poder de mobilização, quer seja a título pessoal ou por delegação, para tornar-se dirigente de uma organização detentora de capital político acumulado ao longo de suas lutas históricas. A organização obtém esse capital em forma de postos, que podem ser dentro ou fora da instituição, e em forma de militantes que permanecem ligados ao exercício desses postos (BOURDIEU, 2004, p. 190).

Embora Bourdieu não tenha se ocupado em desenvolver uma catalogação exaustiva das espécies de capital político<sup>39</sup>, ele faz um esforço analítico no sentido de elaborar uma classificação desse capital numa dupla dimensão: o capital pessoal e o capital delegado (BOURDIEU, 2004, p. 190-194).

<sup>38</sup> “Em muitos aspectos, os chefes sindicais representam um tipo social semelhante ao banqueiro: um banqueiro experimentado, que conhece os negócios com um olhar, que sabe prever com alguma exatidão as cotações da bolsa e a vida dos contratos, dá crédito à sua casa, atrai as poupanças e os clientes; um chefe sindical que, em plena confrontação das forças sociais em luta, sabe prever os resultados possíveis, atrai as massas à sua organização, torna-se num *banqueiro de homens*” (cf. BOURDIEU, 2004, p. 190, nota 32).

<sup>39</sup> Para Bourdieu, quanto mais os campos são heterônomos, maior se torna a defasagem entre a estrutura de distribuição de capital nos respectivos campos; e, por outro lado, quanto maior a homogeneidade entre os campos, maior é a concentração de um referido capital em cada campo (BOURDIEU, 2003, p. 41).

Com relação ao capital pessoal, de notoriedade e de popularidade, ele se firma pelo fato de ser conhecido, reconhecido e prestigiado na pessoa, mas também por possuir qualificações específicas que são condições fundamentais para a aquisição e conservação de uma boa reputação social. Esse capital, que surge e também desaparece com a própria pessoa, é freqüentemente produto de reconversão de capital acumulado em outras áreas e desmembra-se em duas subespécies de capital político: o capital de notável e o capital heróico ou profético.

O capital de notável é produto de acumulação lenta e contínua obtida pela pessoa, que se estende por toda vida. Ele resulta da popularidade e da notoriedade obtidas em outros campos como o econômico, o social e o cultural, e deslocada para a política, mas também por meio da transferência de capital econômico em campanhas eleitorais. Com freqüência se observa que intelectuais, profissionais liberais, artistas e esportistas ingressam em alguma esfera da vida parlamentar. Nesse caso, é relevante identificar a "taxa de conversão", que varia de espécie para espécie de capital, resultante do acúmulo pessoal nas próprias lutas políticas. Sabe-se, por exemplo, que quando um esportista ingressa na vida política ele conta com uma taxa de conversão desfavorável, aumentando sua probabilidade de não alcançar posições de grandeza que supram suas expectativas<sup>40</sup>. Já, o capital cultural e o econômico, por sua própria natureza, podem estabelecer uma taxa de conversão mais facilitada, especialmente porque esse último é um suporte quase indispensável para o sucesso político, mas não necessariamente para o acúmulo de capital político.

A subespécie de capital pessoal que se explicita no capital heróico<sup>41</sup> ou profético tem sua notoriedade e reconhecimento decorrentes de ações mais instantâneas, geralmente surgidas em situações de crise e vazias deixadas pelas instituições<sup>42</sup>. Segundo Bourdieu,

---

<sup>40</sup> No Brasil há diversos casos, tanto no Congresso Nacional quanto nas Assembléias Legislativas, que podem ilustrar esta afirmação. Nos últimos anos diversos esportistas, artistas e apresentadores de televisão ingressaram na política via eleitoral, especialmente no Legislativo, e são raros os casos em que algum deles tenha se tornado portador de expressiva liderança e notoriedade pela sua capacidade e capital político acumulados. Alguns deles, inclusive, têm sido eleitos como forma de protesto da população na representação política, tornando-se expressão do descrédito nas atuais formas de representação política.

<sup>41</sup> Luís Felipe Miguel (2003) entende que Bourdieu concebe o capital político em uma tríplice dimensão, a saber: capital delegado, capital convertido e capital heróico. Uma leitura mais acurada de Bourdieu ajuda a entender que o capital heróico e o capital convertido são o que se poderia chamar de subespécies do capital pessoal.

<sup>42</sup> Especialmente em tempos de crises das instituições e de suas representações formais, os portadores de capital heróico ou profético, que também poderíamos chamar de capital carismático no sentido weberiano, que comparado às outras formas de capital geralmente possuem pouco poder (BOURDIEU, 2003, p. 42), com freqüência contribuem para o surgimento de novas idéias e novas tradições que podem ser postas como alternativas para suprir as lacunas da representação delegada. Pois, no sentido bourdieusiano, os profetas não são tanto homens extraordinários dos quais fala Weber, mas sim homens das situações extraordinárias que

[...] o capital pessoal a que se pode chamar heróico e profético e no qual pensa Max Weber quando fala de 'carisma' é produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e os aparelhos: ação profética de doação de sentido, que se fundamenta e se legitima ela própria, retrospectivamente, pela confirmação conferida pelo seu próprio sucesso à linguagem de crise e à acumulação inicial de força de mobilização que ele realizou (BOURDIEU, 2004, p. 191).

Uma segunda espécie de capital político é o capital delegado, entendido como o capital originário do próprio campo político ou estatal. É um capital que se origina da notoriedade advinda de mandatos eletivos anteriores, da ocupação de cargos públicos de confiança e da militância partidária e social em que os agentes sociais estão envolvidos nos distintos espaços de relações. Nessa espécie de capital a pessoa é depositária de um capital que pertence à organização ou instituição que lhe é delegado e pode cessar ou não de acordo com os interesses de quem lhe delegou, como bem expressa Bourdieu ao afirmar:

[...] o capital delegado da autoridade política é, como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do *funcionário*, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela: é o partido que, por meio da ação de seus quadros e dos seus militantes, acumulou no decurso da história um capital simbólico de *reconhecimento* e de *fidelidade* e que a si mesmo se dotou, pela luta política e para ela, de uma organização permanente de membros permanentes capazes de mobilizar os militantes, os aderentes e os simpatizantes e de organizar o trabalho de propaganda necessário à obtenção dos votos e, por este meio, dos postos que permitem que se mantenham duradouramente os membros permanentes (BOURDIEU, 2004, p. 191-192).

Enquanto a aquisição do capital pessoal é lenta e processual, a aquisição do capital delegado segue uma outra lógica que tem seu ápice na investidura. A investidura consiste em um ato formal (um tanto mágico), no qual a instituição consagra seu candidato à eleição mediante a transmissão do capital político, numa relação que pode ser assim explicitada:

[...] a instituição dá tudo, a começar pelo poder sobre a instituição, àqueles que tudo deram à instituição, mas porque fora da instituição e sem a instituição eles nada seriam, e porque não podem negar a instituição sem negarem a si mesmos pura e simplesmente, privando-se de tudo o que eles são pela instituição e para a instituição à qual tudo devem. Em resumo, a instituição investe aqueles que *investiram* na instituição (BOURDIEU, 2004, p. 192-193).

---

reúnem grupos e classes que se reconhecem e se identificam com eles pela força de sua linguagem. Eles “podem contribuir para realizar a coincidência da revolução consigo própria, operando a revolução simbólica que a revolução política requer” (BOURDIEU, 2004, p. 75-78). Na situação brasileira em que as instituições partidárias são frágeis e o capital político próprio dos partidos tem peso relativo, se justificaria a necessidade de se reformular as categorias propostas por Bourdieu.

Trata-se de uma relação de fidelidade e investimentos recíprocos entre a instituição e a pessoa, que vão desde a dimensão psicológica até a prestação de serviços e a obediência às instruções de funcionamento institucional. A pessoa que foi investida de um capital de função pode possuir outra qualificação e obter algum capital pessoal desde que seja muito engenhosa, pois a instituição exerce sobre ela um poder de controle, inclusive sobre o acesso à notoriedade pessoal, como a que provém da ocupação de posições de destaque em algum órgão ou organização, para manter e conservar as vantagens correlativas à instituição. No caso dos atores sociais, objeto desta pesquisa, prioriza-se a análise da apropriação do capital político institucional, sem com isso minimizar os aportes de capital pessoal dos membros das ONGs para o fortalecimento da atuação institucional.

A partir dessas espécies de capital<sup>43</sup>, pode-se ensaiar um esboço de perfis políticos. Por exemplo, o político portador do capital delegado constrói sua carreira gradualmente, em geral começando com os cargos eletivos mais baixos, ou então, após sua permanência longa em cargos públicos ou partidários que lhe dão notoriedade. Mesmo esses cargos requerem que ele possua algum tipo de notoriedade em outro campo, ainda que em pequena quantidade, para iniciar a carreira, como ocorre com o médico ou advogado que possui um prestígio localizado e a partir daí se lança candidato em um partido, ou o funcionário de carreira que é alçado a cargos de confiança e rapidamente aumenta seu status político.

Finalmente, cabe acentuar que a compreensão do capital político em Bourdieu implica uma dimensão subjetiva e outra objetiva. É subjetivo por tratar-se de um capital pessoal de notoriedade e popularidade firmadas no conhecimento e no reconhecimento da pessoa, e também por possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição requerida para a aquisição e a conservação de uma boa reputação (BOURDIEU, 2004, p. 191). Por outro lado, pressupõe a objetivação dessa espécie de capital em instituições permanentes, a sua

---

<sup>43</sup> Ao analisar o campo científico Bourdieu identifica que os campos são o lugar de expressão das formas de poder, que correspondem a duas formas de capital, a saber: o capital temporal ou político, expresso no poder institucional institucionalizado e manifesto na ocupação de cargos e posições importantes em instituições, comitês e comissões científicas que asseguram o poder sobre os meios de produção científica; e o poder baseado no prestígio pessoal – capital “puro” –, quase independente do poder precedente, que se baseia primordialmente no reconhecimento do portador desse poder (BOURDIEU, 2003, p. 35-39). Essas formas de poder, que correspondem a espécies de capital, trazem estreita relação com o que no capital político Bourdieu chama de capital delegado e capital heróico. E, não raro, ocorre a conversão de capital político em capital científico, especialmente entre aqueles que ocupam posições médias ou elevadas na distribuição de posições do prestígio e do poder e, dessa forma, se credenciam a exercer cargos de poder na produção e reprodução dos órgãos científicos.

materialização em máquinas políticas, em postos e instrumentos de mobilização e a sua reprodução contínua por mecanismos e estratégias precisamente definidos.

## 2 O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O Fórum Social Mundial<sup>44</sup> é um marco social e político relevante no início do Século XXI, deflagrado por atores sociais, sobretudo organizações não-governamentais (ONGs) e ativistas situados politicamente no campo da esquerda, em um momento e lugar precisamente definidos. Seu processo de gestação ocorreu em um ambiente político e cultural plasmado por uma série de acontecimentos nacionais e internacionais que impulsionaram o desenvolvimento de um processo de mobilização coletiva, reunindo forças sociais de diversas partes do mundo, as quais, no dizer de uma influente analista e ativista deste multifacetado campo político, Naomi Klein (2002), acreditam “no fim do fim da história” e se manifestam contrárias à globalização da economia como forma hegemônica de pensamento e organização da vida social. Igualmente, também indicam proativamente que as alternativas compartilhadas no Fórum apontam que “um outro mundo é possível”.

Este sintético capítulo reúne alguns elementos centrais e ilustrativos sobre o Fórum Social Mundial desde sua gênese até sua atualidade, e que visam subsidiar a análise sobre a possível ampliação da capacidade de ação (especialmente política) e adensamento relacional de organizações não-governamentais, como fruto de sua presença no âmbito do FSM. Não pretende ser este um capítulo exaustivo sobre o complexo processo que o concretiza, mas apenas uma breve localização e discussão em torno de três perspectivas constitutivas mais marcantes desse evento. Análises mais completas sobre o Fórum estão atualmente disponíveis (SEOANE; TADEI, 2001; CORREA LEITE, 2003; WHITAKER, 2005; SOUZA SANTOS, 2005; NAVARRO; SILVA, 2007) e, adicionalmente esta seção pretende, primordialmente, caracterizar o FSM como um “espaço sociopolítico”, a partir do qual foram articulados os atores sociais deste estudo e na relação com o qual acumulam e ampliam as variadas formas de seu capital político.

A primeira perspectiva concebe o Fórum como a confluência de forças sociais e ações emergentes da sociedade civil em diversos países, assim apontando para uma possível “unidade

---

<sup>44</sup> Conforme comunicação pessoal enviada por Chico Whitaker, um dos mentores originais deste evento, em 09/09/07: “O noticiário sobre o Fórum Social Mundial realizado em Nairóbi, em janeiro deste ano distorceu muito as informações. Com isso, pouca gente ficou sabendo que o processo do FSM está em franca expansão, com fóruns regionais, nacionais e locais pelo mundo afora. Assim, ainda neste ano de 2007 será realizado o primeiro Fórum Social nos Estados Unidos, além de vários outros como no Canadá (Quebec), na Dinamarca, na Alemanha, no nordeste da Índia, em Melbourne na Austrália, em Salvador (Fórum Nordestino), e mesmo aqui em São Paulo, com o Fórum da periferia Sul da cidade. E em 2008, entre muitos outros, na Maurítânia, reunindo os países árabes do norte da África, e na Guatemala”.

na diversidade”. Muito próxima a essa, quase indiferenciadamente, surge uma compreensão convergente sobre o FSM, com uma visão que o entende como um “espaço aberto”. Uma perspectiva em oposição a esta o concebe como um “movimento” ou “assembléia de movimentos”, com suas conseqüentes implicações na organização social e política. Ou seja, o FSM assumiria, rapidamente, um papel protagonista aparentemente unificado, como “sujeito político”. Em um terceiro foco se faz um esforço, ainda não bem sucedido, para compreender o FSM como uma “proposta de mobilização social”, a qual potencializaria diferentes âmbitos da sociedade civil, principalmente as próprias organizações e movimentos sociais, podendo constituir-se em sujeitos que não apenas concretizam o próprio Fórum, mas ao mesmo tempo se fortalecem nesse processo de construção, além de ampliarem sua capacidade de ação nas redes onde atuam, em seus países de origem e em outros âmbitos.

## 2.1 GÊNESE DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Uma série de fatos e contextos estão implicados no processo constitutivo do FSM. Para descrever este itinerário<sup>45</sup>, a maioria dos autores toma como ponto inicial os protestos e manifestações internacionais e regionais contra a globalização neoliberal, acentuadas durante a década de 1990, a primeira sendo o I Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, ocorrido em Chiapas, no México<sup>46</sup>, em 1996. Essa é considerada a primeira “convocação” de caráter internacional contra a mundialização<sup>47</sup> neoliberal (SEOANE; TADDEI, 2001, p. 273) e foi importante fermento para a constituição futura do FSM. Nos anos seguintes sucederam-se encontros, assembléias, reuniões, seminários e mobilizações em diversos

---

<sup>45</sup> Conferir Seoane e Taddei (2001), *Resistências Mundiais: de Seattle a Porto Alegre*; Corrêa Leite (2003), *Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política* e WHITAKER (2005), *O desafio do Fórum Social Mundial: um modo de ver*; Navarro e Silva (2007), *Diversity and Social Opposition in the 21st Century: The Trajectory of the World Social Forum (2001–2005)*.

<sup>46</sup> Este encontro ocorreu na semana de 27 de julho a 03 de agosto, em Chiapas, com a presença de mais de 3000 pessoas providas de mais de 40 países. Foi o primeiro encontro efetivamente internacional de uma série de outros que se sucederam em diversos países, culminando com a criação da Ação Global dos Povos em 1998.

<sup>47</sup> Ver Amin (2006, 2001), *Os desafios da Mundialização*, e *Capitalismo, imperialismo e mundialização*, nos quais o autor mostra que a mundialização não é nova na história da humanidade, mas que se apresenta de modo novo e contraditório na atualidade, inclusive apontando como ela pode servir a projetos societários que fortaleçam perspectivas libertárias; Houtart (2001), em *A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo*, igualmente analisa as contradições do capitalismo e aponta que seu enfrentamento pode ser feito por outra forma de mundialização.

continentes<sup>48</sup>, gestaram-se novos atores e ampliou-se a constituição de redes e movimentos civis contra a globalização nos moldes originais em que foi forjada. Grzybowski (2001, p. 22) afirma que “a articulação de organizações civis, em torno da prolongada Rodada Uruguaí de negociações do antigo Gatt<sup>49</sup>, 1986 a 1994, que produziu a OMC como seu ato final em Marrakesh, foi um canteiro de construção de uma perspectiva cidadã global”.

Uma ação extremamente expressiva e com repercussões muito amplas e decisivas foi a chamada “Batalha de Seattle”<sup>50</sup>, animada por uma coalizão social que reuniu mais de 50 mil integrantes de organizações e movimentos sociais em protestos massivos nas ruas e que, ampliada pelas contradições internas entre governos e os holofotes da mídia, conseguiu interromper as negociações ainda no segundo dia de reuniões da cúpula de representantes governamentais e fez fracassar a propalada Rodada do Milênio (SEOANE; TADDEI, 2001; CORRÊA LEITE, 2003). Foi uma “batalha” que se tornou um dos “ícones” fundadores do FSM, porque catalisou a emergência e a força da participação das organizações e movimentos sociais nas ações de contestação<sup>51</sup> ao modelo econômico neoliberal hegemônico e evidenciou uma situação de acumulação de capital político que será analisada nos dois capítulos seguintes.

Para Engelke (2004, p. 68), a “Batalha de Seattle” simbolizou um momento em que se pôde verificar a primeira ação coletiva de maior vulto da sociedade civil, a qual passou a

---

<sup>48</sup> Dentre as mobilizações da segunda metade da década de 1990 pode-se ainda citar outras que obtiveram bastante destaque, como a campanha Internacional contra o Acordo Multilateral de Investimentos, que estava sendo discutido intra-muros como uma espécie de “bula” mundial do capital, mas que não se concretizou porque alguns países, como a França, se retiraram e impediram que ele fosse celebrado; a Marcha Européia contra o Desemprego e o empenho por uma Europa Solidária e dos Povos; os protestos na França contra as reformas na seguridade social; a greve dos funcionários do Correio contra a precarização e flexibilização do trabalho nos Estados Unidos; as crises econômico-financeiras no Sudeste Asiático e as manifestações sociais daí decorrentes; protestos políticos e a queda do presidente Suharto, na Indonésia; diversas mobilizações contra a dívida externa, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial; a Marcha Mundial das Mulheres; a Campanha Mundial do Jubileu 2000, entre outros protestos. Essas e muitas outras mobilizações, que tiveram em comum a resistência ao modelo econômico neoliberal, se constituíram em uma espécie de ante-sala do FSM.

<sup>49</sup> Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que regia as regras e relações comerciais no mundo, agora substituído pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

<sup>50</sup> Essa manifestação ocorreu no dia 30 de novembro de 1999, em Seattle, Estados Unidos, denominada “III Dia de Ação Global”, com mobilizações e protestos paralelos à reunião da Organização Mundial do Comércio, também chamada de Rodada do Milênio.

<sup>51</sup> Grzybowski (2001, p. 21) afirma que a contestação contra a globalização tem um duplo sentido: primeiro, é contra a globalização promovida pelos grandes conglomerados econômico-financeiros, pois são sinônimos de negação e desmonte de direitos da cidadania, resultando no desmanche das conquistas históricas conseguidas com muita luta e participação social. Segundo, é contra a globalização que pretende impor uma visão de mundo dominante, expressa no pensamento único como um valor que se pretende universal, em um mundo plural.

participar ativamente dos grandes debates sobre os rumos da humanidade, ainda que tenha sido uma participação periférica. E, conforme Seoane e Taddei:

[...] em escala mundial, Seattle foi o “batismo de fogo” e o momento de consolidação deste vasto, diverso e novo movimento planetário contra a injustiça. Seattle é impensável sem as lutas prévias e sua súbita irrupção midiática contrasta com o amplo e metódico trabalho militante realizado há meses para surpreender o mundo e adiantar a chegada do milênio (2001, p. 163-164).

De modo simbólico, Seattle representou o auge de uma pluralidade de lutas e manifestações que culminaram no I Fórum Social Mundial de Porto Alegre, onde milhares de pessoas se reuniram em um protesto mundial contra a globalização econômica<sup>52</sup> e para discutir alternativas de estruturação da vida social. Assim, o FSM é resultado do acúmulo de protestos e mobilizações sociais locais e mundiais, algumas isoladas e outras inter-relacionadas e articuladas, mas com um fundo de preocupação comum, qual seja, a globalização em curso em esfera mundial.

Segundo Whitaker,

[...] a partir das articulações que esses fatos ajudaram a fazer surgir por toda parte, entre aqueles que não aceitavam a possibilidade de um mundo inteiramente controlado pelos interesses do capital, foram sendo organizadas diferentes manifestações contrárias a esse tipo de globalização. As que ficaram mais famosas, pelas repercussões que tiveram na mídia, foram a Batalha de Seattle, contra a OMC, a de Washington, contra o FMI e o

---

<sup>52</sup> Ao longo deste texto aparecem diversas expressões como: globalização econômica, mundialização econômica, globalização neoliberal, globalização corporativa e mundialização neoliberal, que possuem suas diversas matrizes ideológicas e teóricas. Guardadas as especificidades dessas origens analíticas e os diferentes sentidos que lhe são atribuídos, aqui esses termos são usados com o mesmo sentido convergente para caracterizar o modelo de organização econômica hegemônico no mundo ao qual se contrapõe o FSM. Um dos idealizadores do FSM, o sociólogo Cândido Grzybowski (2001, p. 20) diz que o FSM se alimenta de um caldo político e cultural cujo pano de fundo é a globalização e as lutas contra ela. Para ele, a partir do final dos anos 70 do Século XX a escola econômica neoliberal galgou espaços em respeitáveis instituições acadêmicas e foi se impondo como forma hegemônica de pensamento e se implantando em instituições multilaterais (como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio), “forjando políticas e idéias legitimadoras visando à recomposição de uma hegemonia capitalista, não mais de um imperialismo estatal-nacional, mas de um sistema-mundo a serviço das grandes corporações econômico-financeiras privadas”. Essa recomposição capitalista se caracteriza pelo livre mercado, a busca da produtividade total, a concorrência em escala global, a liberalização, a privatização, a desregulamentação e especialmente a redução do papel do Estado na gestão da economia, deixando, como resultados: a transferência do poder de formulação de políticas dos estados nacionais para o internacional, a concentração de poder em instituições globais pouco democráticas, a concentração de riquezas em poucas mãos e o crescimento da desigualdade e da exclusão social, além da ameaça crescente à sustentabilidade do planeta. Em síntese, um mundo privatizado e mercantilizado. Para José Saramago (2005), prêmio Nobel de literatura em 1998, “a globalização econômica é uma forma nova de imperialismo” no mundo.

Banco Mundial, e mais recentemente a de Praga, que levou os representantes de governos ali reunidos a encerrar seu encontro um dia antes do previsto (2005, p. 176).

Depois de alguns anos desses ensaios políticos, com acertos e erros, que resultaram em importantes acúmulos nas lutas sociais em ebulição na década de noventa, nos dias 25 a 30 de janeiro de 2001<sup>53</sup>, em Porto Alegre, realizou-se o I Fórum Social Mundial<sup>54</sup> com a participação de pouco mais de 15 mil pessoas, entre as quais 4.702 delegados de 117 países e de diferentes organizações e movimentos sociais, que debateram propostas e alternativas nas 20 conferências e mais de 400 oficinas agrupadas nos eixos temáticos então definidos (SEOANE; TADDEI, 2001, p. 263). O evento ocorreu em data concomitante a do Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, constituindo-se imediatamente em uma “alternativa anti-Davos”<sup>55</sup> e a favor da generosa

<sup>53</sup> Com algum exagero, Cassen (2001, p. 17) acentua que em menos de 48 horas o FSM conseguiu colocar-se no mesmo nível do Fórum Econômico de Davos, graças à adesão social e da mídia internacional, inclusive do *Financial Times* (que lhe consagrou uma página), que é uma espécie de “bíblia mundial dos meios financeiros”. Para Cassen ele já alcançara a órbita internacional por ocasião da realização do fórum alternativo à cúpula social das Nações Unidas, também chamada de *Copenhague mais 5*, realizado em Genebra, com a presença de mais de 200 representantes dos movimentos sociais e ONGs de todos os continentes, oportunidade em que os representantes do futuro Comitê Brasileiro apresentaram a proposta da realização do FSM, a qual prontamente, recebeu ampla aprovação e adesão dos presentes.

<sup>54</sup> Quem teve a idéia da realização de um encontro de dimensão mundial, com organizações e movimentos que já vinham se articulando nas ações de protestos de massa voltados ao social, foram os brasileiros Oded Grajew e Chico Whitaker, que a discutiram com Bernard Cassen, diretor do *Le Monde Diplomatique* e presidente da ATTAC, na França (WHITAKER, 2005; CORRÊA LEITE, 2003). Bernard Cassen, um dos mentores do FSM, expressa um pouco do espírito motivador de sua criação: “Há momentos na vida em que, numa fração de segundo, temos a intuição e a absoluta certeza que uma iniciativa está destinada a um futuro promissor. Este foi o caso quando, em fevereiro de 2000, durante uma discussão com Chico Whitaker e Oded Grajew, no meu escritório do *Le Monde Diplomatique*, em Paris, surgiu a idéia de organizar o Fórum Social Mundial em Porto Alegre. Lembro-me de ter me precipitado em seguida na sala do diretor de redação do jornal, Ignacio Ramonet, e de ter-lhe dito: ‘Ignacio, nós vamos montar uma operação histórica: vamos afundar Davos!’ Depois que lhe descrevi rapidamente o projeto – que cabia em algumas frases –, Ignacio também ficou imediatamente entusiasmado e nós decidimos, no ato, que o *Diplô* colocaria todo o seu peso na balança para concretizar a idéia” (CASSEN, 2001, p. 15). A idéia tomou corpo a partir do momento em que no Brasil oito entidades assumiram o desafio de levar adiante a tarefa de organizar o I FSM e constituíram o Comitê Organizador Brasileiro, assim composto: ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, ATTAC – Associação pela Tributação das Taxações Financeiras em Apoio aos Cidadãos, CBJP – Comissão Brasileira Justiça e Paz, CIVES – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania, CUT – Central Única dos Trabalhadores, IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas, CIG – Centro de Justiça Global e MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

<sup>55</sup> Conforme Cassen (2001, p. 16), a concepção anti-Davos surgiu no primeiro encontro dos três principais idealizadores do FSM, Bernard Cassen, Chico Whitaker e Oded Grajew, em Paris, a partir da constatação comum que já não era mais aceitável que aquele encontro anual dos mestres das finanças e das transnacionais continuasse ocorrendo sem suscitar nenhuma reação. E assim, o sentido anti-Davos surgiu com uma tríplice dimensão: a) o FSM deveria significar uma ruptura geográfica e simbólica e, por isso, deveria ocorrer no Sul, e o Brasil reunia as condições para tal por ter um potencial forte nos movimentos populares e o apoio político institucional, e Porto Alegre se constituía em candidata “natural” a sediá-lo por sua experiência de democracia participativa mundialmente conhecida, especialmente pela implantação do Orçamento Participativo; b) o nome deveria expressar a disputa, por isso bastaria mudar apenas o adjetivo: Fórum Econômico Mundial (com

idéia de um “mundo no qual coubessem todas as pessoas”. A existência do FSM, de acordo com Cassen (2001, p. 17), “retira toda legitimidade de Davos, que de agora em diante, caso se perpetue, aparecerá como uma simples reunião de interesses corporativistas, organizada contra a aspiração de um mundo mais justo, mais solidário, mais preocupado com o futuro do planeta”. Para Grzybowski (2001, p. 19), essa realização simultânea afirmou uma ruptura simbólica e uma virada política e cultural, constituindo-se em “um daqueles marcos que pontuam a história de nossa geração que parecem definir um antes e um depois deles, pelo que contêm de ruptura e de redirecionamento do movimento histórico”, tanto do ponto de vista de proposição de iniciativas, mais democráticas, como de organização da resistência à globalização dominante. Michael Löwy (2003, p. 69), mais otimista, complementa com a afirmação de que “Davos e Porto Alegre representam duas perspectivas históricas, dois projetos de civilização e duas realidades sociais opostas, antagônicas, irreconciliáveis”.

## 2.2 O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: A UNIDADE NA DIVERSIDADE

No FSM encontram-se pessoas provindas de diferentes meios geográficos, sociais e políticos, com suas culturas, costumes, crenças, religiões, etnias, raças, hábitos, sistemas econômicos, experiências organizativas, estados de vida e visões de mundo. São milhares de participantes que constituem um mosaico de diversidade<sup>56</sup> ou, como afirma Grzybowski, uma verdadeira *ágora* da democracia mundial, enraizando o respeito às identidades, o que traduz o tom, a dinamicidade e o colorido do evento. Ele é um espaço de confluência das resistências de diferentes atores, singularizados em suas diferenças sócio-culturais, que se encontram para refletir e debater sobre os grandes dilemas e inquietações que marcam a sociedade contemporânea.

---

interesse central nas finanças) x Fórum Social Mundial (com interesse nas sociedades); c) seria importante ocorrer nas mesmas datas, para acontecer o paralelismo conflitivo com o Fórum Econômico de Davos.

<sup>56</sup> A diversidade aqui é entendida como multidimensional, atingindo as dimensões política, econômica, cultural, social, racial, étnica e geográfica; e também com uma multipolaridade de iniciativas e atividades como Fórum Parlamentar Mundial, Fórum de Autoridades Locais, Fórum Social Mundial da Saúde, Fórum Social Mundial da Educação, Acampamento Internacional da Juventude, Acampamento dos Povos Indígenas, marchas, manifestações, concertos, atividades culturais, festas, reuniões e articulações paralelas de todo tipo que caracterizam o caráter multifacetado e plural do Fórum. Este é o mosaico, como afirmado, que catalisa o espírito dos protestos descentralizados da diversidade de atores sociais e políticos que marcaram a década de 1990.

Para Navarro e Silva,

[...] o Fórum se constitui como um ponto de convergência para a diversidade de organizações de redes e movimentos sociais, originários das mais diversas partes do mundo, e assim profundamente heterogêneos em termos de tradição política, experiências organizativas e, de maneira mais ampla, marcos interpretativos culturais a partir dos quais a realidade social é pensada e as ações coletivas são desenvolvidas. Na verdade, tal diversidade expressa a pluralidade de atores que, de uma forma inédita, passaram a atuar conjuntamente, a partir do final dos anos 90, nas ações e campanhas contra a globalização corporativa e o neoliberalismo (2007, p. 38).

O FSM reúne uma pluralidade de agentes sociais que buscam construir algum tipo factível de unidade ou a “aproximação possível”, especialmente política, confrontada, contudo, por sua quase infinita diversidade. Trata-se, não mais, de sujeitos isolados, mas de redes, organizações e movimentos reunidos em torno de objetivos genericamente afins, fazendo jus ao slogan que traduz o objetivo geral do FSM: *Um outro mundo é possível*<sup>57</sup>. São diferentes redes constituídas de diversidade organizativa e temática, que interagem entre si e com a dinâmica geral do Fórum, num processo de crescimento e fortalecimento recíproco de suas ações como sujeitos sociais coletivos. Eis uma situação que evidencia oportunidades distintas de apropriação de capital político por parte de organizações sociais, conforme se tratará nos capítulos subseqüentes.

Ainda conforme sugerem Navarro e Silva,

[...] a pluralidade dos atores convergentes para os FSMs também se expressa na diversidade de estruturas organizativas observadas: movimentos sociais, ONGs,

---

<sup>57</sup> Para Whitaker, não é difícil imaginar esse mundo novo que todos desejariam. Ecoando uma visão fortemente utópica e largamente presente nos diversos fóruns, aponta que seria uma vida social onde existiria a paz, portanto sem guerras nem violências; de amizade, colaboração e cooperação entre os seres humanos, portanto, sem competições que possam matar ou pelo menos gastar o ser humano; de relações respeitadas com a natureza, sem predações ou destruição do meio ambiente desconsiderando o futuro do planeta; um mundo onde todos aqueles que carregam os interesses coletivos e políticos sirvam a tais interesses e não a seus interesses particulares; um mundo em que todos tenham o que comer todos os dias e como responder, ao menos, pelas suas necessidades essenciais; um mundo em que os modos de vida não sejam determinados nem manipulados pelos interesses de troca inventados pelo ser humano e que atualmente dominam o mundo com o dinheiro; um mundo sem preconceitos, desprezo e discriminações raciais, religiosas, culturais e de gênero; um mundo em que as pessoas não sejam dominadas pela necessidade de consumir e de possuir sempre mais bens materiais, mas sim procurem ser cada vez mais humanas em sua dignidade e no respeito à dignidade dos outros, superando o conceito atual de riqueza e voltando-se a outros valores menos materiais; um mundo em que os direitos dos cidadãos sejam respeitados, em síntese, um mundo em que todos possam viver sem medo, na alegria e no amor de uns pelos outros (WHITAKER, 2005, p. 22). Há em tais manifestações um claro eco do jovem Marx de “Os manuscritos econômico-filosóficos” e outros autores que seguem uma visão de transformação social na qual a separação entre o “objetivamente possível” e o “meramente irrealizável” se constitui em fronteira de pouca nitidez.

sindicatos, organizações políticas, entidades de representação de interesses, grupos autogestionários, instituições religiosas, fundações empresariais, entre outras. Esta diversidade organizativa é a expressão de uma diversidade de formas de atuação, de objetivos, de estratégias, enfim, de concepções político-ideológicas, que caracterizam este campo multiorganizacional (2007, p. 40).

Tal diversidade de estruturas e processos sociais se efetiva na medida em que os atores trazem em suas práticas subjetivas e objetivas as disposições enraizadas no diálogo, no respeito à diversidade e à autonomia, que os levam à predisposição para concretizar processos conjuntos no âmbito de sua atuação nas articulações e redes. Por um lado, é um encontro de organizações marcadas por um alto grau de transnacionalidade, compostas por membros de diferentes nacionalidades intervindo em espaços e processos que ultrapassam as fronteiras de uma nação específica, idealmente em torno de um mesmo ideal, ainda que vagamente definido, e, por outro, compõe-se de organizações e movimentos sociais de base inseridos em processos sociais e políticos eminentemente locais (NAVARRO; SILVA, 2007, p. 42). Na mesma linha de raciocínio, segundo Grzybowski,

[...] os que tornam possível e viável o Fórum são todos aqueles e aquelas que se forjam como sujeitos em lutas, movimentos, associações e organizações, em ações pequenas ou grandes, locais ou nacionais, regionais, globais, não importa. É a confluência da diversidade de redes e movimentos, a mais mundial possível, que gesta o Fórum Social Mundial (2001, p. 22).

É nessa pretendida interconexão entre a diversidade social e cultural e a unidade possível que o FSM adquire sua visibilidade e dinamicidade como evento catalisador das energias de enfrentamento à globalização que, para Löwy (2003, p. 71), “é um projeto de contrapoder global”, que representaria a esperança em um “outro mundo”, o qual seria baseado em economias locais, nacionais e mundiais que estivessem em consonância com as necessidades sociais e respeitassem o meio ambiente e o equilíbrio ecológico; fundado em um projeto de gestão democrática, realista e possível de “outra sociedade”, enraizada nas realidades concretas de cada povo, e que igualmente se inspirasse em valores como a fraternidade, a justiça, a solidariedade e a cooperação entre os povos. Embora sob formulação tão genérica, especialmente no tocante às formas concretas para construir tal “mundo futuro”, este norte de cunho fortemente moral e ideológico rapidamente inspirou a maior parte dos agentes atraídos ao FSM. Em face de um ideário anticapitalista dominante, esta correspondência não é surpreendente.

No que concerne à diversidade, cabe ainda mencionar dois aspectos pertinentes sistematizadas por Navarro e Silva (2007): as relações entre diversidade e identidade, e entre diversidade e eficácia política.

Na primeira relação, nota-se que a cada edição amplia-se o número de agentes individuais e coletivos que participam do Fórum e o número de atividades oficiais e paralelas por eles comandadas<sup>58</sup>. São atores que trazem consigo diferenças culturais, políticas, temáticas, organizativas e variados recursos que ajudam a solidificar a identidade do FSM e, conseqüentemente, também se fortalecem em suas próprias identidades. Dessa forma, para Navarro e Silva,

[...] pode-se apreender o FSM como um espaço de convergência de atores que compartilham em graus variados, uma interpretação crítica da globalização e do neoliberalismo, ao mesmo tempo que mantêm entre si uma grande diversidade em termos dos meios, e especialmente dos fins do seu agir coletivo ( 2007, p. 45).

Entretanto, a diversidade em relação aos “meios” e “fins” da ação coletiva dos atores envolvidos nesse espaço se caracteriza em torno de alguns pontos de disputa ou divergência que perpassam todas as edições do Fórum: a luta contra a globalização corporativa; as tensões entre proteção ambiental e busca de crescimento econômico; as divergências entre a defesa de cláusulas sociais que evitem a concorrência comercial predatória e a crítica ao protecionismo dos países mais ricos; o tensionamento entre os defensores da universalização dos direitos humanos e seus opositores que vêem esta extensão de direitos como uma imposição dos padrões da cultura européia; as diferentes visões nas escalas local, nacional, continental e global sobre a globalização corporativa e; a discussão sobre o papel do FSM no processo de transformação com contraposição entre as visões do Fórum-movimento *versus* Fórum-espaço (NAVARRO; SILVA, 2007, p. 46). Cada um desses pólos de tensão baseia-se em matrizes políticas e ideológicas distintas que demonstram fragilidade nos laços de coesão social. Ainda que haja uma relativa convergência dos atores participantes no que se refere à interpretação e à crítica à globalização

---

<sup>58</sup> Enquanto o I Fórum Social Mundial, de Porto Alegre, contou com 20 conferências e ao redor de 400 oficinas, o FSM de Nairóbi, Quênia, em janeiro de 2007, oportunizou 1.226 diferentes atividades. Em Nairóbi houve uma novidade metodológica, segundo a qual algumas conclusões das atividades desembocaram em grandes plenárias, com propostas de ação em torno de 21 “temas operativos” que continuarão motivando e estimulando iniciativas posteriores.

corporativa e seus efeitos, isso não significa que haja uma clara identidade coletiva<sup>59</sup> entre esses atores, e sim, elementos de identificação de uma larga gama de atores sociais com identidades distintas em torno de noções amplas que os unem em um campo<sup>60</sup> denominado Fórum Social Mundial.

Quanto à relação (de fato, oposição) entre a diversidade e a eficácia política, na medida em que o FSM se constitui em lugar de convergência de uma ampla gama de organizações e movimentos sociais que explicitam a diversidade, seu interior se torna um campo de forças em disputas pela hegemonia, como bem explica Klein:

O Fórum acomodou um extraordinário espectro de visões e era exatamente essa diversidade que tornou os conflitos inevitáveis. Juntando grupos com idéias tão diferentes sobre poder – sindicatos, partidos políticos, ONGs, manifestantes de rua e os Sem-Terra, o FSM apenas tornou visíveis as tensões que sempre existiram sob a superfície dessas frágeis coalizões (2002, p. 273).

Tais tensões evidenciam, por um lado, uma crítica à aceitação passiva e supostamente apolítica da diversidade e, por outro, põem-na como um valor vital a ser preservado e fortalecido. Disso resulta que, enquanto alguns agentes avaliam que a diversidade produz fragmentação e dispersão de energias e pode levar à perda de eficácia política e até a um progressivo esvaziamento do Fórum, outros defendem que é nela que reside sua força mobilizadora. Não está em jogo a defesa da diversidade como uma limitação ou, pelo contrário, como um valor do Fórum, mas sim o interesse de evidenciar a existência de tais posições que são inerentes aos processos sociais complexos como esse. Ambas as posições serão aprofundadas na seção

<sup>59</sup> Segundo Melucci (2001, p. 46), o processo de constituição da identidade coletiva ocorre quando “os atores produzem a ação coletiva, porque são capazes de definir-se e de definir a sua relação com o ambiente (outros atores, recursos disponíveis, possibilidades e obstáculos). A definição que os atores constroem não é linear, mas produzida por meio da interação, da negociação, da oposição entre orientações diversas. Os atores formam um ‘nós’ colocando em comum e ajustando laboriosamente três ordens de orientações: aquelas relativas aos fins da ação (isto é, o sentido que a ação tem para o ator); aquelas relativas aos meios (isto é, às possibilidades e aos limites da ação); e, por fim, aquelas relativas às relações com o ambiente (isto é, ao campo no qual a ação se realiza)”. Por isso, seria por demais pretensioso querer que a diversidade de atores sociais que se encontram por alguns dias num mesmo espaço, mas não necessariamente se encontram fisicamente, pudesse constituir uma identidade coletiva contemplando essas dimensões mencionadas por Melucci.

<sup>60</sup> Bourdieu (2003, 2004, 2005) concebe o conceito de campo como um espaço social que se constitui e se reproduz através das relações que se estabelecem entre os diferentes atores individuais e coletivos que interagem numa correlação de forças dinâmica. Para Crossley (2002), o campo existe enquanto as pessoas que estão fora dele e as que estão dentro dele acreditam que ele existe e agem como se ele de fato existisse. E Doimo (1995, p. 68), entende que o campo se caracteriza pela existência de uma sociabilidade comum compartilhada entre os atores sociais, podendo ser multifacetado e, inclusive, conter diversas identidades que disputam espaços de afirmação.

seguinte, mas já se pode antecipar que essa tensão permanente produz uma dinâmica e um vigor no interior do FSM que se constituem em elementos diferenciais em relação a outros processos de ação coletiva.

### 2.3 O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: ESPAÇO OU MOVIMENTO?

O FSM é um fato social cujo processo organizativo e conteúdos trazem a força da diversidade dos movimentos e organizações sociais contra a globalização corporativa na busca de alternativas de sustentabilidade para o planeta. A discussão sobre a natureza do Fórum como espaço ou movimento é polêmica, faz parte de sua curta história e se explicita principalmente através de duas posições que requerem ser analisadas nos elementos que as diferenciam.

Souza Santos, ao analisar o modelo de organização do FSM, especialmente após a realização de sua terceira edição, localiza alguns desafios que precisam ser enfrentados com firmeza e sem desvios no debate sobre sua continuidade, dentre os quais:

O FSM como um espaço ou como um movimento. Este foi um tópico de discussão mais controverso, na medida em que tocava na questão central de definir a natureza política e o papel do FSM. O debate tornou-se particularmente aceso depois do terceiro FSM, envolvido nas avaliações do Fórum que surgiram a seguir, e também devido a alguns conflitos e tensões que, durante o Fórum, ocorreram entre o CO<sup>61</sup> e a Assembléia dos Movimentos Sociais<sup>62</sup>, e dentro do próprio CI<sup>63</sup>. Este debate refletiu as tensões mais enraizadas que habitam o FSM [...] (SOUZA SANTOS, 2005, p. 81).

Essa tensão se instaura pelo fato de “espaço” e “movimento” serem perspectivas de compreensão e, sobretudo, atuação política diferentes, apesar de não serem necessariamente antagônicas ou excludentes, mas não convergem harmonicamente, porque possuem objetivos, metodologias e estratégias distintas. Para Navarro e Silva,

[...] o FSM traz em si um “dilema” que perpassa o conjunto deste “campo de contestação” unificado discursivamente sob o nome de “movimento de justiça global”, “movimento altermundialista” ou, ainda, “sociedade civil global”: a tensão entre a

<sup>61</sup> Comitê Organizador do FSM.

<sup>62</sup> Desde o primeiro FSM um expressivo grupo de movimentos e organizações sociais realiza a Assembléia dos Movimentos Sociais como uma das atividades paralelas que ocorrem no interior do FSM, que geralmente culmina com a elaboração de um documento final com as principais conclusões e agendas comuns. Em Nairóbi, apesar de terem gerado um mal-estar porque a “Assembléia” forçou o uso do tempo na plenária final, eles obtiveram amplo espaço no último dia do Fórum para divulgar as conclusões e agendas comuns.

<sup>63</sup> Conselho Internacional do FSM.

tendência de ampliação dos contatos e das articulações entre os atores envolvidos na “contestação transnacional” e a tendência de conflito de fragmentação trazida pela expressiva diversidade dos atores colocados em interação. Ou seja, observa-se um tensionamento entre, de um lado, o reconhecimento e a valorização da diversidade dos atores desta hipotética “sociedade civil global”, e, de outro lado, os esforços de unificação, articulação ou, ao menos, de convergência destes atores em torno de programas, projetos e/ou prioridades que potencializem as ações voltadas à transformação das relações de poder globais (2007, p. 10).

Ao interagir com essa tensão de fundo que acompanha o Fórum desde sua origem, um de seus idealizadores, Whitaker, esclarece que,

[...] a Carta de Princípios do Fórum o define peremptoriamente como um espaço. Mas nem todos pensam e agem como se ele realmente fosse somente um espaço, ou pelo menos como se devesse permanecer sempre um espaço. Para muitos ele é um espaço que tem algo de um movimento. Para outros, ele é “ainda” somente um espaço. Ou seja, ele pode e deve se transformar num enorme movimento, ou num “movimento de movimentos”, como alguns jornalistas chegam a chamá-lo (2005, p. 156).

Grzybowski entende que essa conflitividade no interior do FSM é parte constitutiva de sua natureza enquanto processo de mobilização social que visa ultrapassar modelos homogêneos e pré-estabelecidos de ação coletiva. Segundo ele, aí está uma das novidades:

Tentar eliminar as contradições no interior do FSM, transformando este num espaço e num processo mais homogêneo para melhor confrontar o neoliberalismo, é o objectivo de alguns grupos inspirados na tradição clássica da esquerda. Esta posição é legítima e merece respeito. No entanto, destrói a novidade do Fórum, o seu potencial para alimentar um movimento vasto e muito diverso de cidadania global orientado para construir um outro mundo possível (GRZYBOWSKI apud SANTOS, 2005, p. 99).

Os defensores da visão do Fórum como um espaço<sup>64</sup> entendem que ele não contém nenhuma hierarquia significativa em sua estruturação. O espaço é um lugar horizontal, equiparado ao de uma praça<sup>65</sup>, sem dono. Se, porventura, houvesse algum dono que não fosse a própria coletividade, ela deixaria de ser praça e passaria a ser um domínio privado. A figura metafórica da praça para demonstrar em que consiste o FSM como espaço ilustra que a praça não cumpre outro objetivo senão o de ser um território livre, disponível sem restrições àqueles que desejarem utilizá-lo como ambiente público. Assim, o FSM é um espaço aberto a todos os

<sup>64</sup> Esta concepção é consensual entre quase todos os principais idealizadores do FSM (por exemplo, Whitaker, Grajew, Cassen e Grzybowski), e amplamente majoritária no interior do Comitê Internacional, do Secretariado Internacional do FSM e entre um expressivo número de ONGs. Ver Souza Santos (2005) e Whitaker (2005).

<sup>65</sup> A praça evocada por Whitaker e Grzybowski evoca a *ágora* grega, na qual os cidadãos se encontram para discutir democraticamente os diferentes temas e assuntos que dizem respeito à vida e à gestão da cidade.

interessados em usufruir dele como lugar de compartilhamento de idéias e posições que contribuam para a construção de um outro mundo possível.

A Carta de Princípios do Fórum Social Mundial<sup>66</sup> é clara ao afirmá-lo como um espaço aberto e que ninguém é autorizado a falar em seu nome. Compreendê-lo assim não significa que ele seja um espaço neutro, como habitualmente são os espaços nas praças públicas. Ele é um espaço construído por agentes sociais movidos por interesses e posicionados em contextos socioeconômicos, políticos e geográficos específicos. As ONGs, objeto deste estudo e foco de atenção dos capítulos a seguir, evidenciam um pouco da pluralidade das concepções e interesses que movem os participantes do Fórum, bem como seus posicionamentos nas disputas de espaços nas respectivas atividades desse evento. Nesse sentido, para Whitaker,

[...] o FSM é, portanto, um espaço criado para servir a um objetivo comum a todos que a ele afluem, que funciona horizontalmente como uma praça pública, sem líderes nem pirâmides de poder em seu interior [...] De fato, o Fórum funciona como uma fábrica de idéias ou uma incubadora, da qual se espera que surja o máximo possível de novas iniciativas visando à construção do outro mundo que todos consideram possível, necessário e urgente. Ou seja, espera-se que nele nasçam muitos movimentos, maiores e menores, mais e menos combativos, cada um com seus objetivos específicos para cumprir seus papéis na mesma luta para cujo desenvolvimento a praça foi aberta. Na verdade, a maior potencialidade do Fórum-espaço é exatamente esta: a de fazer surgir movimentos que ampliem a luta (2005, p. 158).

Souza Santos aproxima-se da visão de Whitaker, quando define o FSM

[...] como um espaço, um ponto de encontro onde ninguém pode ser ou sentir-se excluído. No entanto, segundo esta posição, o FSM não é um espaço neutral, pois seu objectivo é permitir que se reúna livremente o maior número possível de pessoas, organizações e movimentos opostos ao neoliberalismo. Uma vez juntos, podem ouvir-se entre si, aprender com as experiências e as lutas dos outros, discutir propostas de acção e ligarem-se a novas redes e organizações sem serem incomodadas por líderes, comandos ou programas (2005, p. 99).

O Fórum constitui-se em um espaço no qual os atores sociais, indistintamente, podem participar de forma horizontalizada. Em sua conformação encontra-se a diversidade dos

---

<sup>66</sup> A Carta de Princípios do Fórum Social Mundial é o documento estruturante do FSM ao qual devem se referir todos os fóruns sociais locais ou continentais em sua organização. Ela foi elaborada e aprovada pelo comitê de entidades brasileiras que idealizou e organizou o I FSM, em Porto Alegre em 2001. Na seqüência, foi discutida e aprovada pelo Comitê Internacional do FSM. Por ocasião da realização do FSM na Índia, em 2004, o Comitê Indiano do FSM fez algumas adaptações à Carta para que fosse mais apropriada ao contexto específico da Índia, mas não alterou o conteúdo central da carta geral. O texto na íntegra encontra-se no site do Fórum <[www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)>.

movimentos e organizações sociais que buscam ampliar suas formas de lutas pela construção de sociedades e de um mundo, genericamente, definidos como “de todos e para todos”. Outra marca desse espaço é a co-responsabilidade presente na quase coletividade das pessoas que integram no FSM, constituindo-o como se fosse uma enorme festa de culturas, com espaço para as mais diversas manifestações sociais, culturais e políticas, nos quais cada um participa a seu modo e assume sua parcela em sua estruturação. Assim ocorrendo, como diz Whitaker (2005, p. 128), as atividades auto-organizadas adquirem efetiva prioridade na preocupação dos participantes, porque é com elas que o FSM funciona mais claramente como espaço composto por múltiplas atividades autogestionadas que se explicitam nas oficinas, plenárias, palestras, seminários, mesas de controvérsia e outras atividades que são gestadas e preparadas previamente pelas organizações participantes e integram a programação geral do evento.

Por outro lado, especialmente a partir de sua terceira edição, a concepção de FSM como um movimento<sup>67</sup> adquire maior notoriedade e discussão, tanto entre os comitês organizadores quanto entre um grande número de participantes, inclusive entre algumas organizações que fazem parte desta pesquisa, evidenciando que não se trata somente de uma divergência central relativa à organização, mas, sobretudo, de diferentes visões sobre o papel político e a própria natureza do Fórum, querendo, como expressa Saramago (2005), que ele produza propostas e objetivos consensuais e seja instrumento para a ação.

Ao referir-se ao Fórum como movimento ou um movimento de movimentos, Souza Santos é categórico em relação à sua própria posição, quando afirma que:

Esta concepção tem sido exposta, praticamente desde o início, por membros influentes da rede global de movimentos sociais cuja assembléia geral reúne em paralelo ao FSM. A idéia por detrás dessa concepção é que, se o FSM não se tornar um actor político em nome próprio, depressa será descreditado como uma conversa inconseqüente, um *talk-show*, e a energia anticapitalista que gerou será desperdiçada. A celebração da diversidade, por muito louvável que seja, se for abandonada a si própria terá um efeito

---

<sup>67</sup> Desde a primeira edição esta posição é protagonizada por diversas redes e coalizões de movimentos e organizações sociais e seus apoiadores que gostariam de encontrar no Fórum um movimento ou um ator político de expressão, articulação, fortalecimento e ressonância de suas agendas estratégicas na resistência e proposição de ações que poderiam tornar-se referências ou modelos de mobilização e contestação mundial frente à globalização corporativa. Para ilustrar tais posições pode-se rememorar momentos como: a reunião do Conselho Internacional em Bangkok, em 2002, na qual foi defendida com veemência a elaboração de uma carta de apoio à mobilização social contra a reunião da OMC em Cancun; a pressão pela elaboração de uma declaração contra a guerra do Iraque, na reunião do mesmo Conselho, em Porto Alegre, em 2003; a leitura de uma carta com as principais deliberações da Assembléia dos Movimentos Sociais, em Mumbai, 2004; e a pressão constante pela concessão e/ou ampliação de espaços formais para que partidos políticos possam se expressar no Fórum.

paralisante e tornar-se-á um brinquedo nas mãos da dominação capitalista. Para ser capacitante, a diversidade deve ter um centro organizativo e político capaz de decidir e de levar a cabo acções colectivas em nome do FSM. Essas decisões devem ser afirmadas numa declaração final de cada edição do FSM e para isso a Carta de Princípios tem de ser revista. A organização horizontal, baseada no consenso, deve ser substituída por um comando democrático capaz de agir em nome do FSM, ou, pelo menos, deve ser articulada com tal comando (2005, p. 98).

Na concepção do Fórum como movimento a noção opositora como um espaço aberto deve ceder lugar a uma organização com comando e papéis claramente definidos, que representa, delibera e fala em nome do FSM. Os atores sociais se articulariam no Fórum com uma identidade política comum<sup>68</sup> que se visibilizaria na contestação à globalização econômica, constituindo-se, como resultado, em ator político catalisador desse movimento de contestação mundial<sup>69</sup>.

Para Whitaker, um movimento congrega pessoas que decidem se organizar para realizar de forma coletiva seus objetivos. Nesse sentido, sua existência implica na definição de estratégias correspondentes ao alcance desses objetivos. Quem define essas questões influencia e lidera os participantes levando-os, com autoritarismo ou com métodos democráticos, segundo a escolha que tenham feito os formadores do movimento, a cumprir a parte que cabe a cada um nessa ação coletiva. Nesse caso, existe uma noção organizativa piramidal, hierárquica, por mais democráticos e participativos que sejam os processos decisórios internos aos movimentos e a maneira de escolher os que ocupam os diferentes níveis e instâncias de direção que uma pirâmide comporta. Aqui a eficácia da ação dependerá da clareza e da precisão de seus objetivos específicos (WHITAKER, 2005, p. 158).

Ambas as posições, que ora se confrontam e ora se complementam, se constituem em energia que retroalimenta o processo e o vigor argumentativo no interior do Fórum. É nessa perspectiva que se pode afirmar que eliminar as contradições e tensões no interior do Fórum seria

---

<sup>68</sup> Permanece uma dúvida sobre os componentes que viriam a compor essa identidade política comum, nos termos da identidade defendida por Melucci (expressa na nota 59), para além da genérica afirmação de que o Fórum é um movimento de contestação mundial contra a globalização econômica, algo insuficiente para identificar a diversidade que o compõe, ao mesmo tempo em que poderia se constituir em um risco de afirmação hegemônica de um novo pensamento único, tão combatido pelo conjunto das organizações e movimentos que constroem o FSM.

<sup>69</sup> Pfeifel (2002, p. 295-296), descreve o que parece ser uma intuição bastante comum entre os defensores do FSM como movimento, ao denominá-lo de “nosso movimento contra o capitalismo neoliberal”, mas toma o cuidado de desvinculá-lo de conotação partidária e caracterizá-lo como “um movimento popular de massa, claramente anticapitalista, saído de um leque de descontentamentos e, apesar disso, sem a necessidade de hegemonização de uma única crítica – antiimperialista, ambiental, anti-racista, classista ou anarquista – acima das outras. Um movimento que, em sua plenitude, carrega uma mistura poderosa de seriedade moral e criatividade impetuosa, e advoga, precisamente, a ‘política sem garantias’, que Stuart Hall prescreveu para nosso desejo e nossa ação socialista”.

também eliminar grande parte de suas novidades para os processos sociais. Quem ensaia uma alternativa intermediária de superação das dicotomias entre essas posições mais cristalizadas é Teivanen, ao afirmar:

Temos de ir além das dicotomias movimento/espço se quisermos compreender o papel do FSM. O FSM pode desempenhar e tem desempenhado um papel de facilitar a ação social radical. Um exemplo é o fato de que os protestos antiguerra maciços de 15 de Fevereiro de 2003 foram, de um modo significativo, iniciados e organizados a partir de dentro do processo do FSM. Devíamos usar este exemplo com maior consciência, para contrariarmos as afirmações de que o FSM é inútil politicamente. Também devíamos usá-lo como experiência de aprendizagem, a fim de construir canais mais eficazes para a ação concreta sem, ao mesmo tempo, construir um movimento tradicional (ou movimentos). O FSM não devia ser transformado num partido político ou numa nova Internacional. Deveria, contudo, ter mecanismos melhores para trocar, disseminar e debater estratégias de transformação radical. Mais mecanismos e procedimentos significam mais possibilidades de realizar coisas (2004).

Por mais que não seja essa a sua intenção, ao externalizá-la, Teivanen reforça a posição do Fórum como movimento ao propor que o evento facilite ações sociais radicais, que seja politicamente eficaz, que construa canais conseqüentes de ação concreta, debata estratégias e procedimentos de enfrentamento do neoliberalismo sem, contudo, se confundir com os canais e espaços tradicionais já constituídos e institucionalizados.

A complexidade das diferentes posições em relação ao FSM, sua natureza e objetivos, remete para uma questão que ultrapassa a circunscrição histórica, geográfica e política do Fórum e faz parte do legado histórico que marca as forças sociais em suas lutas libertárias. Segundo Souza Santos (2005), esta faceta decorre de uma tensão entre lideranças influentes na condução do Fórum que tem pouca ressonância entre sua base social, já que a maioria das organizações e movimentos sociais se insere no Fórum para trocar experiências, ampliar relações de alianças e fortalecer suas lutas. Foi com esse intuito que, inicialmente, as três ONGs que são objeto deste estudo adentraram no Fórum, conforme se evidenciará nos capítulos seguintes. Isso possibilita compreender que a riqueza do Fórum é sua diversidade e que a “especificidade do FSM radica no facto de todas estas clivagens coexistirem no seu seio sem perturbarem o seu poder de agregação” (SOUZA SANTOS, 2005, p. 100). E prossegue o mesmo autor (2005, p. 101), sugerindo que os três fatores que contribuem para essa agregação seriam: primeiro, porque essas clivagens são importantes, mas sob formas diferentes para os atores sociais, possibilitando e provocando entre eles, ao mesmo tempo, um movimento de faccionismo e de consenso. Segundo, porque até o momento não houve alguma exigência tática ou estratégica de interesses que exigissem a

radicalização de posições, o que não interessa aos atores do FSM, ou, dizendo de outra forma, interessa mais fortalecer o que os une do que o que os divide. Finalmente, continua o mesmo autor, porque ao reconhecerem as clivagens, os movimentos e organizações se distribuem nelas de modo não linear nem uniforme, o que contribui para evitar o reforço unilateral de algumas posições divergentes que poderiam se alinhar e se tornar hegemônicas, de tal forma que elas se neutralizam entre si e convergem para agregações mais abrangentes expressas no FSM (2005, p. 101).

## 2.4 O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL COMO UM PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

As abordagens anteriores apontam para a importância de se completar este texto com aportes sobre a dinâmica do Fórum como um processo de mobilização social. Ao tratar da metodologia imperante, Navarro e Silva apontam que,

[...] de fato, o método que orienta o formato e a dinâmica dos Fóruns é o resultado de um esforço para a concretização de um conjunto de princípios ético-políticos, mais ou menos explícitos, defendido por um grande segmento de atores que ascendeu a uma posição dominante no início do processo do FSM, conseguindo ao longo do tempo, manter-se à frente da condução do mesmo processo (2007, p. 52).

Isso mostra que o Fórum tem sido uma construção social orientada e dinamizada por um *método*, que se concretiza em meio a muitas tensões, como aquela anteriormente mencionada entre a noção de Fórum como espaço ou movimento. Em consonância com cada uma dessas perspectivas de compreensão, também há métodos correspondentes. Assim, ao mesmo tempo em que o Fórum tem um método que lhe garante a objetivação da realização de suas atividades, ele também se constitui em processo que se expressa em *metodologia de mobilização social*. O método dinamiza os atores que dele participam, de tal forma que a partir daí se pode compreender o Fórum como uma metodologia que se processa para muito além dele próprio e pode ser chamada de “processo Fórum Social Mundial”.

Ainda conforme Navarro e Silva:

O FSM desde o início foi marcado por uma tentativa de conciliação entre uma perspectiva “socializadora”, voltada à ampliação dos atores participantes e a garantia da expressão da diversidade dos mesmos através da constituição de um espaço não hierárquico e não deliberativo, e uma perspectiva “mobilizadora”, centrada na busca de

articulação e construção de ações coletivas através da construção de propostas e estratégias de atuação comuns (2007, p. 61).

Ambas as perspectivas põem em evidência a compreensão do Fórum como um processo com poder mobilizador entronizado entre aqueles que dele participam, e de muitos outros que não têm condições de participar fisicamente, mas que se sentem representados, contemplados e envolvidos pelo “espírito” do processo Fórum. Não se trata de compreendê-lo como um receituário para aplicar um conjunto de técnicas e instrumentos para alcançar determinados resultados, previamente planejados, mas como um processo que, segundo Bello (2002), envolve atores sociais que buscam romper com o “paradigma velho” e instaurar parâmetros que apontem para um novo paradigma<sup>70</sup> de gestão do sistema econômico e político mundial. Desse modo, o Fórum mobiliza e põe em ação uma diversidade de atores sociais e redes, congregados em torno de valores que acenam para uma nova civilização<sup>71</sup>. Ao mesmo tempo em que esses atores potencializam o Fórum, também são por ele potencializados em suas práticas sociais, ampliando seu capital político, num ciclo que se retroalimenta continuamente, como se pode perceber na afirmação de Cattani, logo após a primeira edição do evento:

Apenas a realização das oficinas teria justificado todo o esforço de organização do Fórum Social Mundial. Mas, os resultados mais significativos não terminaram no dia 31 de janeiro. Nas oficinas, a ação de milhares de cidadãos do mundo, os esforços isolados, mesmo quando implementados por instituições, e as iniciativas geograficamente limitadas tiveram a oportunidade de serem confrontadas com experiências e esforços similares. Redes internacionais foram criadas; articulações políticas, científicas, sociais e culturais foram desenvolvidas; novas associações nasceram em Porto Alegre. Algumas ONGs com presença no cenário internacional receberam novas adesões ou ampliaram sua esfera de atuação. Inúmeras experiências sociais localizadas tiveram seus resultados divulgados para o mundo todo. A troca de experiências, o conhecimento compartilhado e a soma de esforços não cessaram com a volta dos participantes para seus países. Pelo contrário, foram ampliados e reforçados através das inúmeras agendas de colaboração e intercâmbio definidas a partir de Porto Alegre. O internacionalismo solidário, democrático e portador não só de uma nova esperança mas, sobretudo, da real

<sup>70</sup> Conforme Bello (2002), o atual sistema de governança econômica e política global atravessa uma crise sistêmica que já não se resolve mais com ajustes nesse modelo. Por isso, as mudanças requeridas pelo FSM fazem parte de uma visão de um novo mundo, cujas estratégias de construção partem da desconstrução, da desglobalização e do desmantelamento do que é velho para reconstruir o novo, que para ele seria um sistema pluralista de governança, a partir de novos princípios e fundamentos que respeitem a diversidade das sociedades. Por sua vez, alguns idealizadores do FSM, como Whitaker, Grajew, Grzybowski e Cassen, não falam em novo paradigma, mas em nova etapa de resistência ao pensamento hegemônico no mundo, marcada por manifestações de massa e protestos, passando para uma etapa propositiva de busca de respostas concretas aos desafios de construção de *outro mundo possível*.

<sup>71</sup> Para Betto e Löwy (2002), os valores que reúnem e movem os participantes do FSM rumo uma nova civilização são valores idealmente qualitativos, éticos e políticos, sociais e culturais, que caracterizam sociedades igualitárias, fraternas, democráticas e socialistas.

capacidade de mudança, mobilizou corações e mentes para a agenda construtiva que está sendo materializada no mundo todo (2001, p. 70).

Whitaker relaciona essa dinâmica social que se gera em torno do mosaico<sup>72</sup> que constitui o FSM com sua eficácia política, ou seja, como ele orienta os atores sociais à prática de ações eficazes. Ao ser indagado sobre isso, o autor afirma:

[...] eu considero que o FSM é em si mesmo, um resultado político. Muita gente no Fórum pensa que, para ganhar eficácia, seria necessário que definíssemos temas, ações precisas e que nos organizássemos um pouco mais. Considero que se formos nessa direção corremos o risco de matar o Fórum. Ele deve continuar como espaço, e um espaço em que se respeite a caminhada, o ritmo e as idéias de cada um [...]. Um fruto fundamental do FSM é seu método. Nós nos damos conta que inaugurávamos uma nova maneira de fazer política. Não mais aquela das palavras de ordem e da reunião de todos sob uma mesma autoridade, mas uma ação política em rede, horizontal, que permite a expansão da participação [...]. A verdadeira força do Fórum é a de renunciar a ter poder enquanto Fórum. [...] Damos às pessoas a possibilidade de encontrar pontos de apoio comuns e criar novas iniciativas (WHITAKER, 2005, p. 84).

Esse é o modo pelo qual o Fórum, em seu processo de realização, inaugura uma nova forma de fazer política, respeitando as identidades particulares dos atores sociais, de forma descentralizada e horizontal. Ele reforça o princípio da democracia enquanto meio e fim, constituindo-se em um método de organizar e mobilizar atores sociais individuais e coletivos, diferenciado de outros métodos caracterizados pela representação vertical e a busca de resultados previamente estabelecidos. Assim, se poderia afirmar que o FSM é uma construção gradual de *um outro mundo possível*, mediante uma metodologia que, em meio às tensões<sup>73</sup>, tanto em relação ao processo quanto às estratégias (KLEIN, 2002), respeita os diferentes atores com suas culturas, crenças, hábitos e concepções políticas. Para Whitaker (2005, p. 87), nisso se evidencia que o

<sup>72</sup> Durante a realização da primeira edição do FSM um grupo de artistas lapidou pedras trazidas por pessoas e organizações de diversas partes do mundo e criou um quadro denominado mosaico do FSM, que foi inaugurado em um ritual solene com a presença de milhares de participantes do Fórum. Este mosaico representa a diversidade de atores sociais com suas concepções e propostas que compõem o FSM.

<sup>73</sup> Para Klein (2002), os diferentes atores sociais, desde os grupos anarquistas mais radicais aos cidadãos mais moderados, movidos por interesses, estratégias e processos distintos tensionam entre si, mas convergem movidos pela força da articulação ágil que é o FSM. Para ela, uma lição do FSM é que a responsabilidade e a democracia devem ser exercidas e fortalecidas em escalas locais, nos pequenos grupos e comunidades, para então alcançar espaços e escalas mais amplas e complexas, em que milhares de ativistas de concepções e matrizes teóricas distintas se encontram num mesmo espaço como o do FSM. Neste mesmo sentido, Aguiton (2002) faz um balanço dos diversos movimentos de protestos mundiais, especialmente contra a OMC, que têm no Fórum Social Mundial de Gênova um momento forte, que requereram muitas horas de discussão para diminuir tensões e se chegar à formação de alianças em torno de um quadro de referências comum que possibilita, por exemplo, a realização de passeatas massivas que reúnem desde pessoas e grupos pacifistas até ativistas que praticam a violência simbólica.

Fórum cumpre um papel intermediário e contribui de modo específico e diferenciado daquele que exercem os demais instrumentos de ação política, justamente por ultrapassar os tradicionais espaços partidários de representação formal e constituir-se em um método de mobilização de atores sociais a partir da diversidade dos contextos sócio-organizativos nos quais se encontram inseridos. Ainda, na compreensão do evento como invenção e aprimoramento de uma nova forma de ação política, Corrêa Leite afirma:

O Fórum Social Mundial é uma das grandes inovações políticas deste cenário, o lugar em que desde janeiro de 2001 boa parte do movimento global se encontra e articula suas lutas com um método inovador. Ele estabelece uma nova forma de fazer política, um espaço que tem como referência a idéia de rede, estruturada horizontalmente, e não a pirâmide hierárquica, de modo a reduzir os pontos de disputa e potencializar a dinâmica de encontro, diálogo e colaboração (2003, p. 12).

Uma observação sistemática<sup>74</sup> das atividades realizadas em diferentes níveis e espaços do Fórum possibilitou afirmar que ele é um processo de aprendizagem organizacional e metodológica. O crescimento expressivo do número de participantes<sup>75</sup>, especialmente no Fórum de 2003, conforme Souza Santos, o tornou vítima de seu próprio êxito, mostrando que sua atual forma de organização chegou ao limite e que novas formas deveriam ser gestadas. O quarto Fórum, que ocorreu em Mumbai, na Índia, já incorporou algumas mudanças, mas foi a partir da realização do quinto, em Porto Alegre, que o evento incorporou inovações organizacionais para responder fundamentalmente a dois problemas: primeiro, proporcionar maior equilíbrio na participação por parte das organizações e movimentos das diferentes regiões do mundo e; segundo, avançar na maximização da eficácia dessa participação mediante a radicalização da democracia interna (SOUZA SANTOS, 2005).

---

<sup>74</sup> O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) constituiu uma equipe que observou sistematicamente as principais atividades realizadas no FSM de 2003, dentre elas, *as conferências, os painéis, as atividades autogeridas, as mesas de diálogo e controvérsias e o perfil dos participantes*. Esse trabalho, que resultou na publicação da coleção *Fórum Social Mundial 2003* (IBASE, 2003), subsidiou avaliações do desempenho do FSM, através da identificação dos principais problemas e desafios, dentre eles, a necessidade de se repensar sua metodologia para que respondesse às demandas de participação mais equilibrada dos diferentes grupos e regiões do mundo.

<sup>75</sup> Observando-se a evolução do número de participantes nas cinco primeiras edições do FSM pode-se observar o seguinte quadro: em 2001 contou com 20.000 participantes, 4.700 delegados de 117 países e 1.870 jornalistas; em 2002 contou com 50.000 participantes, 12.274 delegados de 123 países e 3.356 jornalistas; o FSM de 2003 conta com 100.000 participantes, 20.763 delegados de 130 países e 4.091 jornalistas; em 2004 houve 115.000 participantes, 74.126 delegados e 3.200 jornalistas; e o FSM de 2005 contou com 155.000 participantes, não mais havendo separação entre participantes e delegados e 6.823 jornalistas. Fonte: <[www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)>.

A partir dessas demandas provindas de avaliações realizadas em diferentes meios, o Conselho Internacional do Fórum decidiu estimular e fortalecer a realização de fóruns continentais, regionais, nacionais, locais e temáticos, tanto em vista da preparação do encontro mundial quanto pela importância de estimular articulações políticas próprias nos diversos âmbitos de ação. Também introduziu uma nova estrutura de funcionamento do Fórum, com a criação das comissões: de estratégias, conteúdo, metodologia, comunicação, expansão e finanças. De debates ocorridos na comissão de metodologia, por exemplo, decorreu a alteração na metodologia do Fórum de 2005, que se realizou basicamente a partir das atividades autogestionadas provindas da convergência e aglutinação de atividades afins, resultantes de diálogos estimulados por um grupo facilitador entre as organizações propositoras.

A referida inovação metodológica e política, sistematizada por Whitaker (2005) e analisada por Souza Santos (2005), fundamenta-se em dois objetivos centrais: organizar toda a programação do Fórum, desde as demandas das organizações e movimentos que são os sujeitos de sua realização e, também, potencializar ao máximo a articulação em torno de ações comuns através de atividades aglutinadas e autogestionadas. Com essa forma de organização, mais democrática e participativa, se estimula a multiplicação e o fortalecimento de iniciativas locais e regionais que envolvem mais pessoas e organizações como sujeitos ativos nos processos preparatórios, na realização desses fóruns e em articulações em torno de agendas comuns<sup>76</sup>, delas decorrentes, as quais se estendem ao longo do tempo. É uma metodologia que possibilita a ampliação e focalização de espaços temáticos, contribui para a delimitação mais clara de possíveis áreas de interesse dos participantes e estimula as atividades autogestionadas a partir dos interesses das organizações. Assim, são desencadeados impactos altamente positivos no crescimento das organizações, conforme se poderá constatar nos capítulos que seguem. Entretanto, também requer o reposicionamento e a descentralização das decisões e tarefas, sobretudo aquelas exercidas pelo Conselho Internacional, no sentido de monitorar a realização das atividades regionais e temáticas, a fim de que se mantenham em conformidade com a Carta de Princípios do Fórum e fortaleçam as iniciativas locais e globais ao mesmo tempo. Todas essas alterações no campo organizacional vêm contribuindo para que o Fórum se caracterize como um

---

<sup>76</sup> No FSM de Nairóbi, África, a organização contemplou outra novidade com a destinação de um dia para grandes plenárias nas quais as redes e articulações tiveram oportunidade de apresentar, debater e planejar propostas e ações de interesse comum, fortalecendo sua capacidade de atuação local e articulação em torno de ações e agendas internacionais.

amplo processo de mobilização social que, conforme Whitaker (2005, p. 63), se constitui em um “mural de propostas para a construção de outros mundos”.

A partir deste capítulo sintético sobre o Fórum Social Mundial e suas principais características como um complexo processo de mobilização social, pode-se proceder à análise sobre a ampliação da capacidade de ação e adensamento relacional de organizações não-governamentais em sua relação com o Fórum, o que será feito no próximo capítulo.

### **3 O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, OS AGENTES E OS CAPITAIS: O NOVO CAMPO DAS PRÁTICAS SOCIAIS**

Neste capítulo visa-se analisar a tessitura das práticas sociais através das quais os agentes específicos ampliam ou modificam as expressões de capital sob seu comando, quando interagem em um campo como o Fórum Social Mundial. Para isso, tomam-se como pressupostos as indicações analíticas apontadas nos capítulos anteriores, especialmente no que concerne ao capital político e às características do Fórum Social Mundial. As organizações não-governamentais (ONGs) objeto deste estudo são o Centro de Assessoria e Estudos Urbanos (CIDADE), o Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP) e o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP).

A análise contempla sobretudo duas dimensões, inter-relacionadas entre si. Na primeira, abordam-se as especificidades da inserção dessas organizações no espaço do FSM. Em um segundo momento, examina-se em que medida o Fórum contribuiu para ampliar o reconhecimento e a visibilidade das ONGs, especialmente em sua expressão de capital político e, de modo inverso, como tais agentes contribuíram para potencializar o reconhecimento do FSM como resultado de ações coletivas.

#### **3.1 O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL COMO O ESPAÇO PRIVILEGIADO DAS ONGS**

A inserção de atores sociais como ONGs, movimentos sociais, redes, organizações e entidades diversas no FSM e o resultante complexo adensamento de suas relações ocorrem, como seria esperado, de forma diferenciada, de acordo com os objetivos e interesses distintos e específicos de cada agente, ainda que haja um objetivo mais geral, embora relativamente vago, que congregue a todos, qual seja, a mobilização contra a globalização corporativa e sua substituição por um *outro mundo possível*.

Em sua gênese o Fórum foi marcado por sentimentos e manifestações mescladas de euforia e otimismo, de um lado, e um certo descrédito e pessimismo em relação ao seu êxito, por outro lado, por tratar-se de uma iniciativa inédita e audaciosa para os agentes sociais envolvidos nos distintos movimentos e entidades e, ainda mais, para a população em geral. Desse clima de expectativa mais geral reinante resultou que, principalmente nas duas primeiras edições, as três

ONGs analisadas participaram do FSM com o objetivo primordial de satisfazer a uma certa curiosidade e conhecer no que consistiria e como se constituiria esse evento, para então, na seqüência, imergir gradativamente em seu processo de construção.

As formas de inserção no FSM variaram de uma entidade para outra, de acordo com diversos fatores, dentre eles a história, a compreensão analítica e política, os interesses e apostas táticas ou estratégicas em relação à participação nesse espaço, conforme se depreenderá da análise que segue, antecedida de breve contextualização sobre cada uma das organizações.

### **3.1.1 Centro de Assessoria e Estudos Urbanos**

O Centro de Assessoria e Estudos Urbanos (CIDADE)<sup>77</sup> é uma associação sem fins lucrativos, regimentalmente autônoma em relação ao Estado e a partidos políticos, com atuação voltada ao meio urbano. Rege-se pelos princípios do direito à cidadania e à autonomia dos movimentos e organizações sociais, e contribui para que ocorra a participação efetiva da população na gestão da cidade, através da assessoria técnica, pesquisa e realização de estudos e debates com lideranças e a população em geral.

No final da década de 1980, vivia-se no Brasil um período de intensas discussões sobre a vida política e social, especialmente estimuladas por ímpetos democratizantes ativados pela promulgação da nova Constituição brasileira, em 1988. Entre os temas abordados, a reforma urbana aparecia como importante nas agendas dos movimentos sociais em expansão.

A idéia de fundar a organização surgiu em 1987, quando as ocupações de conjuntos habitacionais por populações sem-teto, somadas às demandas por saneamento básico e transporte público levaram os movimentos populares de Porto Alegre a reivindicar o apoio de técnicos mais acessíveis politicamente e comprometidos com suas lutas. Naquele momento, as associações e movimentos passaram a contar com o apoio do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, que ofereceu sua sede para que profissionais de várias áreas se reunissem regularmente com lideranças comunitárias para avaliar e projetar seus trabalhos.

---

<sup>77</sup> Em agosto de 2006, quando foram feitas as entrevistas para esta pesquisa, o CIDADE contava com 9 pessoas em sua equipe de trabalho, sendo 1 homem e 8 mulheres. A escolaridade e a formação profissional era assim distribuída: 1 mestre em Ciência Política, 1 doutoranda e 1 mestranda em Ciência Política, 2 pedagogas, 1 cursando Jornalismo, 1 cursando Hotelaria e 1 com Ensino Médio completo.

Em maio de 1988 um grupo de agentes sociais realizou, em Porto Alegre, a assembléia de fundação do CIDADE, estabelecido com a finalidade voltada à assessoria e capacitação técnica de lideranças e organizações sociais em assuntos relacionados à habitação, transporte público e outros temas urbanos. Quase vinte anos depois, a entidade ampliou consideravelmente o escopo de sua ação e exerce sua finalidade institucional através dos seguintes objetivos: assessorar as organizações populares no acesso à informação, provendo-as de orientação técnica qualificada; estimular o desenvolvimento de novas formas de produção de conhecimento; propor políticas públicas que contribuam para desenvolver práticas de gestão participativa, também atuando na concretização de uma agenda de aprendizagem que conduza a uma ampla visão das ações sociais que se realizam na cidade.

Essas diretrizes se desdobram em objetivos específicos, dentre os quais pode-se mencionar a realização de pesquisas sobre temas de interesse das associações e movimentos urbanos; o estabelecimento de contatos com órgãos de pesquisa, universidades, entidades afins e movimentos sociais, visando à troca de experiências e de conhecimentos; a divulgação do conhecimento e de experiências acumuladas, através de publicações, seminários, palestras e cursos, e o acompanhamento sistemático da execução de algumas políticas públicas e da ação de organizações populares em demandas urbanas.

Ao longo de sua história, o CIDADE vem exercendo sua missão a partir das orientações e definições expressas nos planejamentos anuais. Entre as principais ações e atividades desenvolvidas constam: a manutenção de um banco de dados com diferentes materiais produzidos sobre o Orçamento Participativo, cujo acervo é disponibilizado ao público; a constituição de parcerias com universidades, organizações não-governamentais e prefeituras para qualificar o processo de assessoria aos movimentos sociais; a pesquisa e a produção de informações para a sociedade em temas urbanos, e o desenvolvimento de iniciativas de redes de organizações não-governamentais que tenham por objetivo a redução da pobreza e a democratização do Estado.

O CIDADE assessoria movimentos sociais, associações e lideranças populares na região metropolitana de Porto Alegre, especialmente em municípios e regiões que possuam gestão compartilhada através do Orçamento Participativo, realizando cursos de formação política que ajudem a qualificar suas práticas de organização e de formulação de políticas públicas para as cidades. Para tanto, oportuniza espaços de socialização de experiências de participação popular,

favorecendo o estabelecimento de intercâmbios entre os participantes dessas experiências, oriundos de outras localidades e regiões que desenvolvam processos participativos.

### **3.1.2 A inserção do CIDADE no Fórum Social Mundial**

A partir de 1989 a cidade de Porto Alegre passou a ser governada pelo Partido dos Trabalhadores, o que se sucederia por quatro mandatos consecutivos, em situação inédita na história política brasileira republicana, no que concerne às capitais brasileiras. Em 1998, o mesmo partido venceu as eleições no Rio Grande do Sul e governou por um mandato. Uma das características do assim chamado “modo petista de governar” tem sido a introdução do Orçamento Participativo (OP) em âmbito municipal (em 1989) e estadual (em 1999), com o objetivo de dinamizar a participação popular dos cidadãos em diferentes níveis, mas especialmente na discussão sobre o orçamento público. Nesse contexto, o CIDADE, que já vinha realizando diversas atividades nas áreas do transporte urbano e habitacional, ampliou a abrangência de seu trabalho e passou a realizar assessorias enfocadas no tema da “participação popular”, mais especificamente no processo de formação e organização dos cidadãos, visando aperfeiçoar a sua participação nas diversas esferas do Orçamento Participativo. A organização percebeu nesta atividade a possibilidade de ampliar a concretização dos direitos dos cidadãos com os quais trabalhava e também o seu potencial de ação política enquanto entidade de assessoria.

O primeiro FSM ocorreu em Porto Alegre em 2001, no auge das discussões sobre a novidade que significava o Orçamento Participativo<sup>78</sup> como mecanismo para reorientar os processos de gestão democrática do Estado e a alocação de recursos públicos. Essa foi, inclusive, uma das razões mais fortes que impulsionaram a decisão dos organizadores de realizar o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, a outra razão significativa tendo sido, precisamente, a recém chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder estadual, em 1998. Nesse período, o CIDADE já mantinha iniciativas de trabalho em várias regiões de implantação do Orçamento Participativo em Porto Alegre, de tal forma que seu processo de inserção e participação no Fórum,

---

<sup>78</sup> O nome do projeto que viabilizava os recursos financeiros para a maioria das atividades da organização, aprovado por uma agência de cooperação internacional, levava o nome de “Participação Popular e Orçamento Participativo Municipal em Porto Alegre”, evidenciando em seu título a centralidade do trabalho da ONG a partir de 2001. Outro projeto realizado em 2002 foi denominado “Novas Dimensões da Participação Popular no Orçamento Participativo de Porto Alegre: práxis política e questão de gênero”.

[...] vem num crescente, apesar do CIDADE ter ajudado a organizar alguma oficina lá no início do Fórum.[...]. No último Fórum [2005] que teve aqui em Porto Alegre o CIDADE conseguiu organizar mais fortemente duas oficinas, uma de gênero e a oficina da Escola de Cidadania. Participou de outras sobre economia solidária e sobre gestão, mas onde a gente centrou mais força foi nestas duas oficinas (Entrevista 02).

A presença do CIDADE no Fórum foi, no início, uma participação pontual e restrita a algumas oficinas mais voltadas à participação popular em Porto Alegre. À medida que a organização percebeu que esse era um espaço que poderia ser mais potencializado, procurou ampliar seu envolvimento. Tal compreensão é corroborada pela afirmação de que “na verdade, nos primeiros fóruns a gente quase não se envolveu. O CIDADE participou como convidado em algumas mesas. A participação foi mais neste sentido” (Entrevista 04). Ainda havia, certamente, incertezas acerca do Fórum, como algo desconhecido e cujas possibilidades eram ainda incertas. Na primeira edição, “a gente não foi protagonista” (Idem), mas “no terceiro a gente começou a entrar mais e agora está mais claro. A própria idéia do Fórum já significa um novo momento de disputa política, tanto aqui quanto globalmente, porque o Fórum expressa um novo processo político. No terceiro a gente já teve uma participação maior e mais articulada” (Idem). Tratava-se de uma inserção gradativa, que se intensificou e se ampliou de uma edição para outra, na medida em que os atores envolvidos perceberam que o evento poderia constituir-se em um espaço estratégico de formulação de alternativas para um “mundo melhor”, mas também para potencializar ações da própria entidade, visibilizando-a mais amplamente e situando-a em teias de relações que foram ampliadas notavelmente na seqüência das edições do FSM. A afirmação seguinte aprofunda tal compreensão e mostra que,

pegando em bloco, a atuação do CIDADE nos fóruns mudou significativamente, e ela traduz as modificações do próprio trabalho da ONG. A gente começa no Fórum de uma forma muito mais pautada. No primeiro Fórum fomos convidados para uma mesa, mas sempre juntos com a prefeitura e falando do Orçamento Participativo. No segundo, seguimos com o trabalho de ser convidados a participar de mesas, mas aí já começamos a participar de outras oficinas com outros grupos, falando também sobre participação, principalmente, sobre o Fórum Nacional de Participação Popular. No terceiro Fórum nós damos um salto e ali fomos mais propositivos, não só ser pautados para falar sobre participação popular, mas nós já construímos, juntos com outros grupos, oficinas e trabalhos para serem desenvolvidos conjuntamente no espaço do FSM. Então, eu vejo que sempre tivemos uma participação forte no FSM, mas nos dois primeiros anos ela foi muito pautada pelo externo, pelo governo municipal, no sentido de apresentar trabalho. Isso mudou na medida em que percebemos que podíamos ampliar e articular outros grupos e que nós poderíamos ser propositivos em construir atividades no momento do FSM. Isso mudou muito, a gente culminou neste último FSM com três oficinas com temas completamente distintos (Entrevista 05).

Há uma aparente unanimidade nas avaliações dos membros do CIDADE em relação à sua inserção no FSM. A partir de uma participação mais ou menos espontânea e secundária na primeira e segunda edições, a organização adotou uma postura propositiva a partir da terceira edição do evento. Até então, sua atuação estava estreitamente relacionada a uma ação relativamente subordinada, derivada de convite do gestor público de Porto Alegre, em torno da experiência de organização e implantação do OP no município. As formas de participação no evento foram ampliadas e refinadas com o passar dos anos, de tal forma que, atualmente, além de estar envolvida em algumas atividades sobre participação, a entidade também propõe atividades conjuntas com outras organizações. Assim, nesse segundo momento, foi

[...] modificando e fazendo com que a gente tivesse uma posição mais propositiva e não só respondendo a convites, o que altera muito. Se nós pegarmos o último Fórum, nós tivemos três assuntos em que as três oficinas não foram iniciativas do CIDADE, mas em conjunto com outros grupos. Então, para tudo isso houve todo um movimento antes, que foi uma construção coletiva e refletiu internamente no grupo. A gente teve divisão de tarefas na equipe, quem estava mais envolvido com um determinado tema, isso repercutiu na entidade (Entrevista 05).

Em consequência, o FSM passou a ser gradativamente incorporado como uma atividade relevante para a organização, que nessa nova fase propôs oficinas próprias em torno de temas afins e em conjunto com outras entidades da sociedade civil.

As derrotas do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre (2004) e no Rio Grande do Sul (2002) incorreram no relativo desmantelamento de certos espaços instituídos no aparelho burocrático do Estado e deixaram muitas lideranças sem referências para a continuidade de sua atuação sob uma perspectiva participativa. Um grupo de entidades percebeu o novo contexto de “stress” nos processos participativos e propôs “uma tentativa de reação internacional para organizar a resistência”, através da realização de uma oficina específica no quinto FSM, o que resultou na criação da Escola de Cidadania: Democracia Participativa e Experiências de Orçamento Participativo, como um instrumento importante para “construir um movimento de proteção ao OP” (Entrevista 04). O CIDADE exerceu liderança expressiva na articulação dessa proposta, tanto na preparação da atividade quanto na sua realização, bem como na animação de ações dela decorrentes que atualmente se explicitam em atividades nacionais e internacionais em torno da defesa da participação popular, já que o eixo de sua ação é a gestão democrática. Isso facilitou a abertura e o fortalecimento de canais de articulação e iniciativas com organizações e

instituições internacionais<sup>79</sup>, em uma espécie de “solidariedade comum” em defesa de processos de participação popular. Concomitantemente, também cresceu o número de organizações e pesquisadores de diversos países que aproveitaram suas relações com o Fórum e passaram a buscar o CIDADE, especialmente o seu qualificado banco de dados, para conhecer mais sobre suas atividades no campo da participação popular, inclusive oportunizando intercâmbios de experiências entre os envolvidos nesse trabalho. Nesse novo momento de inserção no FSM também ocorreram alterações freqüentes nas agendas<sup>80</sup> da entidade. Ao lado de temas como a reorganização do trabalho em torno da participação popular, após a derrota eleitoral acima referida e o lançamento de um projeto na área de gênero<sup>81</sup>, as demandas decorrentes do Fórum passaram a ocupar expressivo espaço em suas agendas, pois:

[...] o que mudou muito na nossa agenda foi a derrota do PT. Este foi o elemento mais importante. O FSM foi uma forma de articular uma parceria internacional para fazer uma defesa do OP e para isso eu acho que funcionou. A gente conseguiu fazer uma parceria com o pessoal da Espanha, do Canadá e com um instituto transnacional com sede na Holanda (Entrevista 04).

Assim como em uma fase anterior a organização habilmente se autonomizou em relação ao gestor público na proposição de novas atividades no Fórum em um claro indicativo de seu maior capital político, em um momento seguinte antecipou-se na proposição de ações no sentido de defender o acúmulo histórico e metodológico sobre o processo de participação popular nas políticas públicas diante da nova conjuntura política e a possível alteração na condução dos rumos<sup>82</sup> dessas políticas no âmbito dos governos municipal e estadual. O Fórum, especialmente o

<sup>79</sup> A ONG consolidou alianças com a Universidade de Florença (Itália), a Prefeitura de Sevilla e a Universidade Complutense de Madrid (ambas na Espanha), a Universidade de Toronto (Canadá), além de organizações civis do Chile, Uruguai, República Dominicana, Peru e África do Sul.

<sup>80</sup> A partir de 1995, quando o Orçamento Participativo surgiu como importante inovação na gestão municipal, o CIDADE passou a cumprir uma intensa agenda de participação em atividades nacionais e internacionais que até 2005, de longe, superava as do CEAP e do CAMP em número, com seus membros participando em diferentes seminários, cursos, painéis, conferências, simpósios e congressos, quase sempre a convite das organizações promotoras. Os motivos podem resumir-se na afirmação: “compartilhar a experiência do OP de Porto Alegre”.

<sup>81</sup> A entidade realizou pesquisa sobre a participação das mulheres nos conselhos e plenárias do Orçamento Participativo, seguida de uma publicação que foi muito significativa para estimular a presença das mulheres no Orçamento Participativo. Por outro lado, o CIDADE, o CEAP, o CAMP e outras organizações promoveram uma oficina sobre o gênero no FSM de 2005, com a participação de 92 pessoas providas de 48 cidades, de 12 países e representantes de 38 organizações.

<sup>82</sup> Em 2003 o governo estadual recém eleito introduziu a Consulta Popular em substituição ao OP. E o prefeito de Porto Alegre, vitorioso nas eleições de 2004, introduziu um novo modelo de gestão para a cidade, chamado de Governança Solidária Local. Ambos alteraram expressivamente os moldes em que vinha sendo desenvolvido o OP no município e no Estado. Com isso, a ONG também passou a redirecionar o seu trabalho, atribuindo maior

de 2005, favoreceu articulações e a concretização de novas relações, na defesa dos processos de radicalização da democracia mediante a participação popular, possibilitando que pessoas e organizações de diversos países se encontrassem para debater sobre as experiências de participação populares.

### 3.2.1 Centro de Educação e Assessoramento Popular

O Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP)<sup>83</sup> surgiu em 1987, por iniciativa de profissionais liberais, dirigentes sindicais, religiosos, lideranças políticas e militantes populares. É uma associação civil, sem fins lucrativos, autônoma, comprometida com iniciativas que permitem o avanço da democracia e da cidadania nos meios populares, a partir da educação popular. Nasceu para garantir apoio e estrutura física aos movimentos sociais e suas organizações, bem como para contribuir com seus processos educativos, organizativos e sistematizar tais práticas. Desenvolve seu trabalho nas áreas de assessoria, pesquisa e formação, como campos estruturantes de sua ação, os quais convergem para a unidade em torno do eixo institucional expresso no foco da “Educação Popular e Cidadania”. A ONG procura seguir alguns princípios basilares, dentre eles, a promoção da vida, a solidariedade, o respeito à diversidade, a democracia e a autodeterminação nas relações.

Para viabilizar sua atuação, a organização estabelece relações de cooperação, convênios e parcerias institucionais, além de articulações em redes de acordo com a realidade e a situação dos diferentes atores sociais. Para tanto, relaciona-se com organizações e movimentos sociais populares, entidades sindicais, instituições de ensino e pesquisa, administrações e órgãos públicos, conselhos setoriais e temáticos, enfim, organizações que se encontram empenhadas no desempenho de iniciativas e estratégias que visem estabelecer processos entendidos como sendo de transformação social.

---

atenção aos movimentos sociais e comunitários para tentar garantir os espaços de participação e gestão democrática já conquistados, mediante novas estratégias, além de migrar para outros temas e passar a assessorar municípios da região metropolitana, como São Leopoldo e Gravatá.

<sup>83</sup> Em agosto de 2006, quando foram efetuadas as entrevistas para esta pesquisa, o CEAP contava com 9 pessoas em sua equipe de trabalho, 3 mulheres e 6 homens, com escolaridade assim distribuída: 1 mestre em História, 1 mestre em Filosofia, 1 mestre em Educação, 1 mestrando em Filosofia, 1 formada em Ciências Contábeis e especialista em Direitos Humanos, 1 administradora de empresas, 2 concluindo a Filosofia, 1 graduado em Filosofia e Especialista em Direitos Humanos, além de contar com o trabalho de 1 mestre em Filosofia, 1 mestre em Sociologia e 1 mestrando em Sociologia como colaboradores eventuais.

Ao longo da última década, o CEAP expandiu sua abrangência de ação. Inicialmente suas atividades eram limitadas a Passo Fundo e à região Norte do Rio Grande do Sul. Gradualmente ampliaram-se para todo o Estado e a região Sul, também alcançando interfaces nacionais<sup>84</sup> e internacionais, especialmente no campo do direito humano à saúde. Atualmente a associação realiza sua missão em educação popular articulada em torno de dois programas. O de Políticas Públicas Sociais de Saúde ocupa-se com a formação de lideranças, a organização de fóruns em diversos níveis e a elaboração teórica e de publicações que subsidiem as organizações que trabalham com o tema da saúde. O segundo, que é o Programa de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, é mais direcionado à assessoria e o fortalecimento de organizações e movimentos sociais que visam forjar novos modos de organização política e econômica a partir da agricultura familiar. Ambos os programas são perpassados, transversalmente, em todas as suas atividades, pelas noções de gênero e direitos humanos. As três áreas de atuação - assessoria, pesquisa e formação - estão interconectadas continuamente nos programas e ações da organização para garantir intervenções mais coesas de seus membros e dos diferentes sujeitos com os quais desempenha sua missão institucional.

### **3.2.2 A inserção do CEAP no Fórum Social Mundial**

O CEAP apresenta uma especificidade em relação ao CIDADE e ao CAMP, no que se refere à sua localização geográfica. Sua sede está instalada em Passo Fundo, a 300 quilômetros de Porto Alegre, enquanto as outras organizações possuem suas sedes localizadas na capital. Essa distância geográfica com frequência se transforma em “distância política” porque possibilita o acesso desigual a certos recursos e oportunidades entre as entidades, demandando a disposição de mais recursos humanos e financeiros para participar de certas atividades, as quais geralmente ocorrem em Porto Alegre. Ponderada esta singularidade, percebe-se que o processo de inserção do CEAP no Fórum Social Mundial também ocorreu de forma crescente e continuada. Nas

---

<sup>84</sup> Desde 2002 o CEAP participa da Plataforma Brasileira de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, encarregando-se pelo monitoramento do direito à saúde nessa rede e, a partir de 2007, é o responsável pelo Observatório do Direito Humano à Saúde na mesma Plataforma e no Fórum Social Mundial da Saúde. A partir de 2005 iniciou um projeto de intercâmbio com o Centro Nordestino de Medicina Popular, que contempla atividades de intercâmbio em cursos de formação, sistematização de metodologias de trabalho em saúde e a elaboração e publicação conjunta de materiais pedagógicos.

primeiras edições a ONG se aproximou e participou como “quem queria conhecer o evento” e localizar possíveis nichos que a identificassem com aquela mobilização:

[...] desde o primeiro Fórum o CEAP participa. No primeiro, participou como uma entidade delegada, mais como participante, sem nenhuma atividade puxada pelo CEAP, mas ao mesmo tempo enxergando nesse espaço um outro mundo possível para fazer frente à globalização. No segundo, nós já desenvolvemos uma oficina com o tema da saúde. No terceiro também colocamos oficinas e cada vez mais fomos vendo no FSM um espaço de articulação, de abrir contatos e de construir redes. No quinto FSM nós ajudamos como “peça” fundamental na organização do I Fórum Social Mundial da Saúde (FSMS). Assumimos a secretaria executiva do I FSMS e depois continuamos na secretaria executiva, mesmo não sendo no Brasil e sendo na África, porque temos a deliberação de continuar com o FSMS acontecendo por dentro do FSM e não paralelo ou separado (Entrevista 08).

A partir da primeira edição houve uma deliberação interna e o estímulo para que a equipe participasse do Fórum como um espaço privilegiado de formação interdisciplinar de seus membros. Sob essa orientação eles se incluíram em diferentes atividades, com ênfase no envolvimento naquelas relacionadas à qualificação pessoal e às áreas de saúde, desenvolvimento e gênero. Aí buscaram oportunidades para trocar experiências, seja em conversas informais ou em reuniões programadas. Essa forma de participação distribuída ajudou a organização a acumular forças, coletar informações e obter condições para ultrapassar sua postura mais “expectadora” e de busca de aprendizado pessoal para posteriormente inserir-se de modo mais ativo e institucional nas atividades do Fórum. Ainda timidamente, no segundo evento a entidade, junto com o Conselho Estadual de Saúde, propôs uma oficina sobre o controle popular das políticas públicas de saúde, que foi muito freqüentada<sup>85</sup>. Com base em sua repercussão, no terceiro FSM ampliou as condições de oferta de suas atividades, desta vez nos temas de saúde e gênero, em conjunto com outras entidades, e se credenciou para exercer a secretaria executiva do I Fórum Social Mundial da Saúde, que ocorreu no quinto FSM. Esse crescimento resultou de avaliações e deliberações internas na ONG, que vem edificando

[...] uma trajetória crescente de envolvimento no FSM. O CEAP sempre esteve envolvido com o Fórum, desde o primeiro até o quinto. No primeiro muito mais acompanhando, fazendo parte como milhares de organizações e sujeitos sociais do Brasil e do mundo inteiro, numa expectativa muito grande em torno do FSM em vista da construção de uma sociedade diferente. Do primeiro até o terceiro o CEAP se inseriu na participação de oficinas que estavam sendo planejadas no Fórum. A partir de 2005, no quinto Fórum, assumiu para si uma tarefa muito importante que foi de ajudar a organizar

<sup>85</sup> Contou com a participação de 87 pessoas provindas de seis países e painelistas de renome nacional.

o I FSMS, que é um dos fóruns vinculados ao FSM, exercendo sua secretaria executiva. Agora o CEAP está integrando o Comitê Internacional de Organização do FSMS e exercendo a secretaria. É uma relação de parceria com um conjunto de organizações voltadas ao FSM (Entrevista 09).

O envolvimento do CEAP no Fórum como um espaço estratégico se intensificou a partir da terceira edição e, especialmente, no quinto evento, quando assumiu a secretaria executiva do FSMS. Forjou-se então um novo canal de relação e articulação com outras entidades que trabalham com o tema da saúde em diversas regiões do país e em diferentes países. Dessa forma, o FSMS consolidou e visibilizou uma opção da ONG centrada na saúde como a principal referência de sua inserção e participação no FSM. O CEAP alçou-se, em consequência, a um outro patamar de relações e compreendeu que o Fórum,

[...] sem dúvida nenhuma, é um espaço de encontro, debate e articulação que contribui muito para a entidade, porque recebe pessoas de todo o mundo e lá acontecem vários debates e articulações para colocar as experiências que cada entidade desenvolve. Entidades de cooperação e entidades que desenvolvem trabalhos em diferentes temáticas, uma diversidade de organizações que enriquecem umas às outras. Para o CEAP, a partir do terceiro Fórum se começa a discutir a idéia de fazer um Fórum mais na área da saúde e que, inclusive, já é o segundo ano que vai se realizar o FSMS, que é fruto dos debates desenvolvidos no FSM. Ou seja, há necessidade de estar debatendo e discutindo com entidades que atuam na área da saúde. Aí o CEAP se credenciou pela trajetória que tem na área da saúde para estar na secretaria executiva do FSMS (Entrevista 10).

A passagem de uma participação mais episódica e de caráter individual para uma ação proativa e coletiva enfocando atividades na área da saúde, de caráter institucional, aconteceu a partir da participação em geral, mas, sobretudo, de avaliações internas em que se constatou que a organização já acumulava um capital político que poderia ser otimizado, e assim deveria ter uma ação mais qualificada e planejada para ocupar os espaços centrais nos debates do Fórum. Isso não aconteceu apenas na ação do CEAP, mas foi uma fase vivida por muitas entidades envolvidas nesse ainda jovem processo de mobilização social que é o FSM. E nem poderia ser diferente, porque o próprio evento vem sendo uma construção permanente, e seria talvez inadequado afirmar que no início essas organizações teriam atuado nele de forma limitada. Aos poucos, “no decorrer do Fórum elas foram se dando conta disso e também houve uma incidência do Comitê Internacional para que os movimentos tivessem os espaços e uma agenda cada vez mais propositiva” (Entrevista 11). Isso ficou mais claro nas atividades autogestionadas e na expansão dos fóruns regionais. O CEAP acompanhou, assimilou e potencializou essa mudança interna e

externa, constituindo-se em um “ator sujeito” do Fórum, mais diretamente na organização do FSMS, conforme atesta a declaração:

[...] nós fomos para o Fórum com uma expectativa de ver o que acontecia nesse espaço e como cada um a partir de sua ação individual poderia participar das atividades. Aos poucos houve uma avaliação interna que indicou que além da ação geral, o Fórum merecia uma agenda específica. Parece-me que ali houve um salto importante dentro do CEAP, no sentido de constatar que a atuação geral no Fórum é importante, mas que é necessário se ter uma agenda específica em que se possa fortalecer as lutas específicas no cenário nacional e internacional. A partir daquela avaliação nós tivemos uma participação mais qualificada e incisiva, e conseguimos ocupar os espaços do Fórum para articular e construir uma agenda mais propositiva e sair com um saldo organizativo mais fortalecido do que nos primeiros fóruns (Entrevista 11).

Entretanto, os planos trienais e os planejamentos anuais apontam que desde 1998 o CEAP já vinha projetando sua atuação para além do município de Passo Fundo e da região Norte do Estado. Tal deliberação encontrou ressonância e confluência nas ações do FSM. Dito de outra forma, o Fórum e, mais especificamente o FSMS, se constituíram em um novo espaço fundamental para a organização concretizar a estratégia de ampliação institucional de sua ação, passando de uma ONG com atuação eminentemente local e regional para uma atuação também nacional e internacional, evidenciando uma nítida ampliação de seu capital político. Sua atuação na secretaria executiva e no Comitê Organizador do FSMS projetou o CEAP como uma organização que está organicamente inserida na constituição do FSM. A afirmação a seguir aprofunda essa passagem para uma atuação propositiva:

O CEAP, até os anos 90 tinha uma atuação bastante local e regional, com alguma inserção em nível estadual. No Plano Trienal elaborado em 1998, colocou como um objetivo estratégico à ampliação de sua área de atuação. Aí tinha a ação temática da saúde que contribuiu para isso e a estratégia da organização do Fórum Sul da Saúde nos três estados do Sul, e isso permitiu a inserção maior em nível nacional. Bom, nessa perspectiva também há um processo que se conjuga com a inserção do CEAP no FSM. No segundo, o CEAP participou muito no sentido de espectador do Fórum. No terceiro Fórum já se passa a abrir uma série de expectativas, tanto nacionais como internacionais, e também o CEAP passa a discutir mais a sua participação. A partir do terceiro FSM há uma busca do CEAP se inserir mais na programação, no desenvolvimento de oficinas e começa a enxergar o Fórum como um espaço de potencialização institucional e do debate em torno das transformações sociais. O processo de inserção maior no Fórum se dá a partir do debate do FSMS. Aí, de fato, o CEAP passa a ter uma ação mais orgânica e efetiva no Fórum. Em função de, já na organização servir como secretaria executiva do FSMS, na época não tanto pela estrutura e pelo acúmulo, mas pela necessidade de uma entidade cumprir com este papel diante da premência da organização do FSMS e da desestruturação do ponto de vista organizativo e de inserção social. Diante disso, o CEAP participa do primeiro FSMS na secretaria executiva, mas participa também de toda sua programação e realização. A partir disso continua seu processo de inserção no

FSM pela temática da saúde. Ele continuou como secretaria executiva do Fórum das Américas e do FSMS na África. Este papel que permite a contribuição do CEAP ao FSMS também contribui, junto com um conjunto de outros fatores, para uma maior visibilização da atuação do CEAP, tanto no Brasil como a nível internacional (Entrevista 12).

As atividades realizadas sob o tema do direito humano à saúde no âmbito do Fórum situaram o CEAP em outro nível de relações político-institucionais, em face do reconhecimento obtido ao longo desse processo. Assim, a ONG, como o foi no caso do CIDADE, incorporou o Fórum em sua agenda política e em sua estrutura, com a alocação de recursos humanos e financeiros especificamente destinados à realização de atividades da secretaria executiva e da articulação e realização do FSMS. Diante disso, passou a requerer maior dedicação de tempo de seus educadores<sup>86</sup> na assessoria e nos debates em torno do FSMS e também assumiu a responsabilidade, não única, de providenciar a busca de recursos financeiros para custear as atividades, o que se viabilizou, tanto com o apoio de uma agência de cooperação internacional quanto de órgãos públicos federais<sup>87</sup>. E, na seqüência, tornou-se a entidade jurídica responsável pela administração e prestação de contas dos referidos recursos, em nome do FSMS, evidenciando ainda mais seu intenso envolvimento político, organizativo e operacional com o Fórum Social Mundial da Saúde dentro do FSM.

### 3.3.1 Centro de Assessoria Multiprofissional

Em 1983, um grupo de lideranças formado por jovens, religiosos, sindicalistas e ativistas ligados a movimentos sociais rurais e urbanos, reuniu-se em assembléia geral e fundou o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP)<sup>88</sup>. A organização nasceu com a missão de promover a

<sup>86</sup> As ONGs objeto deste estudo surgiram na década de 1980, sob influência da propagação das idéias de Paulo Freire, Moacir Gadotti, Carlos Brandão e outros pedagogos que propunham a substituição dos métodos da “educação bancária” pela “educação libertadora”. Fundamentados nessas referências pedagógicas, os membros das equipes do CEAP e do CAMP se auto-definem “educadores populares”, enquanto os membros da equipe do CIDADE se auto-definem “equipe técnica” ou “assessores”, sem com isto definir precisamente funções e qualificações técnico-profissionais.

<sup>87</sup> O CEAP realiza suas atividades com recursos provindos de agências de cooperação, recursos públicos e serviços de assessoria. Desde a primeira edição do FSMS, conta com recursos complementares provindos da agência de cooperação Misereor, especificamente destinados às atividades da secretaria executiva e do próprio FSMS. Nas duas edições do FSMS, realizadas em Porto Alegre e Nairóbi, o CEAP também gestionou a apresentação de projetos e a posterior administração dos recursos financeiros provindos do Ministério da Saúde brasileiro ao FSMS.

<sup>88</sup> Por ocasião da realização das entrevistas para esta pesquisa, em agosto de 2006, o CAMP contava com uma equipe de trabalho constituída por 18 pessoas, das quais 8 homens e 10 mulheres, com escolaridade assim

capacitação de lideranças e apoiar a organização de trabalhadores urbanos e rurais no Rio Grande do Sul e em outras regiões do Sul do país. Seu trabalho de educação popular visa oportunizar condições para que os agentes sociais ampliem sua consciência política e organizativa e afirmem sua autonomia e cidadania. Depois de um período de intensas mudanças no mundo do trabalho, e de fragmentação das lutas dos trabalhadores do campo e da cidade, com o afastamento de muitas lideranças de suas organizações de base, a ONG sentiu-se impelida a contribuir para a reorganização dos movimentos sociais a partir do fortalecimento de suas bases sociais.

A fundação do CAMP atendeu ao objetivo de ser uma entidade capaz de compreender as lutas dos trabalhadores, valorizá-las e apoiar a sua expansão. A organização nasceu com a tarefa de contribuir para a motivação, o estudo e o acompanhamento de experiências inovadoras no movimento sindical que pudessem expressar algum grau de protagonismo da classe trabalhadora no processo de mudança no Brasil. Na atualidade, o CAMP tem o desafio de interpretar as mudanças no mundo do trabalho e na vida econômica e política do país, e ajudar os trabalhadores a identificar o papel que os movimentos sindicais e sociais são instados a desempenhar nesse contexto. Para a ONG, eles não têm apenas o papel de resistir e protestar, mas também de propor o “novo” na organização social e política. Seu objetivo estratégico é o de contribuir na edificação de uma sociedade “radicalmente justa” e fraterna, na qual a sociedade civil assuma e construa a sua cidadania através de organizações autênticas, autônomas e democráticas.

Na visão de desenvolvimento do CAMP, destaca-se a sustentabilidade baseada no respeito ao meio ambiente e na busca de qualidade de vida dos cidadãos, com solidariedade e cooperação. Nesse sentido, a entidade ressalta que tal desenvolvimento não é somente tarefa das instituições do Estado, mas de todas as organizações e movimentos sociais. Cabe-lhes a responsabilidade de contribuir para um desenvolvimento economicamente sustentável e socialmente justo.

A ONG atua em quatro regiões do Rio Grande do Sul: Metropolitana, Altos da Serra, Vale dos Sinos e Sul. Fomenta, com agentes locais, formas de desenvolvimento alternativo para gerar trabalho e renda para a população da região e criar condições para uma sobrevivência digna. Articula a participação dos movimentos sociais nos espaços locais de decisão, como conselhos de saúde, educação, moradia e emprego, entre outros. Fortalece organizações da

---

distribuída: 1mestre em Sociologia, 1 graduada em Sociologia, 1 mestre em Desenvolvimento Rural, 2 advogados, 1 jornalista, 2 agrônomos, 1 zootecnista, 3 administradores de empresas, 1 antropóloga, 3 cursando ensino superior, 1 cursando Ensino Médio e 1 com Ensino Fundamental incompleto.

sociedade civil mediante cursos de formação e assessoria em diversas áreas, especialmente em diagnósticos e planejamentos das organizações. Em cada região de sua atuação organizam-se “fóruns de desenvolvimento regional alternativo”, formados por movimentos e organizações sociais, conselhos municipais e regionais nos quais são debatidas propostas de desenvolvimento, guiadas por parâmetros de sustentabilidade, biodiversidade, equidade, solidariedade e cooperação.

### **3.3.2 A inserção do CAMP no Fórum Social Mundial**

No contexto do surgimento do primeiro Fórum Social Mundial, a entidade já possuía um histórico diversificado de atividades junto aos movimentos e organizações sociais, inclusive com ações no interior do Estado. Por outro lado, desde a década de 1990 já tinha associados envolvidos em serviços da gestão pública municipal, o que se ampliou a partir de 1999, durante o mandato da gestão pública estadual, mas logo cessou, com a derrota do Partido dos Trabalhadores nas eleições seguintes para o executivo estadual. Essa inserção em diferentes espaços da sociedade civil, a participação de alguns associados em meios instituídos de governo e a facilidade e proximidade do acesso a informações desde as primeiras sondagens em relação à realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre favoreceram para que o CAMP se inserisse ativamente desde o início no Fórum. Mesmo que ainda existissem dúvidas, a ONG envolveu-se no processo preparatório e de organização de atividades desde a primeira edição.

Dá para dizer que o CAMP sempre esteve presente nos fóruns que aconteceram aqui em Porto Alegre. No primeiro, a gente não tinha, e eu acho que ninguém tinha, noção do que era o FSM. Mas a gente ajudou, esteve nos espaços mais amplos de discussão, participando de oficinas. Sugerimos oficinas com temáticas ligadas ao trabalho do CAMP, já no primeiro FSM, que foi uma loucura para todo mundo. Eram tantas coisas, tantas discussões... A nossa participação foi bastante intensa, mas poderia ter sido mais bem organizada. Poderíamos ter focado melhor, claro que até por ser o primeiro não se sabia muito que fazer. O segundo, eu acho que foi mais tranquilo porque a gente preparou melhor. Mas o quinto foi o que a gente preparou melhor no sentido de focar a atuação no tema da reciclagem, a questão do desenvolvimento local e a questão de gênero que foi bem intensa. Eu acho que houve um crescente na participação. Foi um crescente no sentido de organização de estrutura e de discussão política sobre o que estava na atuação do CAMP no FSM. A gente incidiu mais no sentido de propor coisas no quinto FSM, de juntar o que se discutia internamente com os debates do FSM (Entrevista 13).

Certa insegurança e falta de clareza caracterizaram quase todas as entidades que participaram da primeira edição do FSM, por ser algo novo em seu conteúdo e metodologia. Daí decorreu a consciência de que a participação da ONG, especialmente nas primeiras edições do Fórum, poderia ter sido mais organizada e refletida para expressar uma elaboração mais coletiva sobre sua própria inserção no evento. Isso se alterou a partir do segundo Fórum, que já contemplou um conjunto de condições preparatórias em sua organização, o que facilitou a inserção da diversidade de movimentos e organizações nas atividades. Nesse meio, o CAMP foi localizando sua participação em múltiplas atividades, propostas individualmente ou em conjunto com outras organizações, conforme indica a afirmação:

[...] o CAMP desde o primeiro Fórum se envolveu muito, participou muito. Eu acho que o FSM se insere na busca de novos referenciais. Nós vivemos nos anos 90 o fim do socialismo real, com a fusão do mundo socialista com o capitalista [...] Nós, do CAMP, desde o primeiro Fórum participamos do Comitê Organizador, a gente participou muito da preparação no Estado. O fato de ser aqui em Porto Alegre foi determinante. Desde o começo a gente teve muito envolvimento, sobretudo no último Fórum de 2005 que foi aqui em Porto Alegre. Neste a gente entrou de cheio. Nos outros a gente entrava mais como ONGs que apoiavam, que estavam ali. A gente como ABONG, sim, porque o CAMP sempre teve uma participação na ABONG e ela é um dos organizadores do Fórum. Então, não o CAMP como tal, mas com a ABONG. O CAMP sempre esteve no Fórum Sul da ABONG (Entrevista 15).

O CAMP adentrou o Fórum enquanto organização, mas em estreita relação e referenciado pela Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), da qual é uma organização filiada e também a representa em certas atividades de organização no evento internacional. Sua vinculação ao Fórum, portanto, é distinta e em nível “superior” em relação às duas outras entidades aqui analisadas, evidenciando níveis de apropriação de capital político igualmente mais elevados. E sua forma de inserção traz, inclusive, a contribuição de análises presumidamente mais ambiciosas, as quais relacionam a ação do Fórum e sua continuidade a fatores macrossociais, que marcariam a sociedade capitalista e deveriam ser alterados, concebendo-o como “lugar da contra-hegemonia mundial” (Entrevista 16), que comportaria o reconhecimento da diversidade em torno de propostas alternativas de sociedade. Assim, a organização tem sua

[...] inserção no FSM em torno de algumas questões: uma é que quando se começou a discutir e a propor uma articulação mais ampla da reflexão de questões que estão colocadas para as organizações da sociedade civil e para a perspectiva do desenvolvimento de outro mundo, este era o período que a esquerda ainda tinha uma

compreensão que era de ocupar espaços institucionais, com alguns partidos que pudessem ter grandes projetos políticos que pudessem ser aplicados tal e qual que se consolidariam em planos estruturais na construção deste outro mundo. Existem constatações suficientes que este modelo de desenvolvimento não é sustentável, nem em termos sociais, nem culturais e ambientais. Acho que o FSM veio para articular as diferentes organizações civis, apesar de ter a presença de instituições, como é o caso de partidos políticos e de correntes de esquerda, mas a referência central é da sociedade civil que se contrapõe a este modelo de desenvolvimento capitalista. O que eu acho que foi um primeiro resultado positivo do FSM é que ele reforça a afirmação, a importância de diferentes entidades terem esta perspectiva, se desafiarem e qualificarem suas ações e que, portanto, aquilo que em alguns momentos entrava em crise da utopia das ações, o FSM veio reforçar esta utopia. O que é óbvio, não muitos se iludiram que seria no FSM que se pudesse pensar sem conflitos uma nova ordem mundial. Se, por um lado, o FSM reúne diferentes organizações e movimentos que aspiram politicamente de forma comum, por outro lado, isso veio identificar as diversidades existentes e que, portanto, não é possível pensar um projeto único de desenvolvimento para diferentes povos e continentes. O grande desafio é de como construir a unidade na diversidade. E aí, no segundo momento, se colocou o desafio das entidades contribuírem nos debates no FSM na perspectiva de conseguirem, ao máximo, propor algumas questões em torno das instituições e construir agendas de ações, mesmo que elas considerassem as diversidades deste mundo que a gente sonha e acredita. Acho que esta tenha sido uma segunda questão. Hoje está colocado como manter a continuidade disso e, por outro lado, quais são as preferências. E aí, por um lado indica o que eu acho que é rico, o FSM provocou e permitiu que houvesse novas articulações e o fortalecimento das relações já existentes entre organizações da sociedade civil nos âmbitos internacionais em torno de uma temática estratégica para o desenvolvimento sustentável, o que por outro lado coloca um desafio de se priorizar mais temáticas setoriais e relativizar momentos de debates e construção de concepções e de referências destas situações mais gerais que acontecem no FSM (Entrevista 17).

A ação do CAMP traz implícita a tensão entre acentuar a sua participação ativa mediante a proposição de atividades setoriais e temáticas<sup>89</sup> ou fortalecer e propor ações que contribuam para o avanço de concepções e mudanças estruturais na sociedade. Sua participação, via ABONG, em espaços de coordenação e gestão do Fórum, parece indicar que a segunda posição seja majoritária em seu interior, conforme explicita a afirmação: “Eu acho que o CAMP tem uma participação muito mais relevante com a execução e consolidação do Fórum do ponto de vista do debate político do que sua interseção com a criação de uma, duas ou três atividades lá no dia a dia” (Entrevista 18). Em conformidade com esta concepção, “o CAMP é muito mais importante na realização do Fórum do que na realização de oficinas, porque as oficinas ficam como uma coisa subsumida (sic) em meio a milhares de oficinas” (Entrevista 18), enquanto a participação na discussão de estratégias políticas e na parte operacional seria mais relevante para a entidade e ao

---

<sup>89</sup> Em novembro de 2002 a organização definiu ampla e ambiciosa “pauta de interesses” para sua participação no FSM de 2003: alternativas de desenvolvimento e políticas públicas; enfrentamento da crise social; exclusão social, desemprego, violência, saúde e educação; iniciativas de economia solidária; organização de mulheres e “temas específicos” como: saúde, educação popular, produção e comercialização da agricultura familiar.

próprio Fórum. Tal afirmação, supostamente, ancora-se na noção de que a ONG seria portadora de um capital político que lhe possibilitaria analisar o Fórum e priorizar sua participação em atividades cuja incidência produziria efeitos sobre sociedades inteiras, talvez até com fortes impactos internacionais.

Por outro lado, o crescimento do número de atividades propostas especificamente pela ONG em conjunto com outras organizações, desde a primeira até a quinta edições do Fórum, também poderia indicar que ela está investindo nas duas vias como forma de inserção no evento. No quinto Fórum ela acentuou a proposição de atividades em diversos temas como educação popular, gênero, desenvolvimento local, moeda social, reciclagem e economia popular solidária. Ainda que esses temas dêem a impressão de serem relativamente dispersos e com pouca conexão orgânica entre si, eles, de modo genérico e em sintonia com os objetivos institucionais, parecem confluir para o fortalecimento de novas formas de organização política e econômica na sociedade contemporânea, mantendo, desse modo, consonância com a estratégia anterior que prioriza a participação em espaços político-estruturais do Fórum.

Independentemente das posições sobre a inserção da ONG no Fórum, é inegável que tal evento recebeu atenção proeminente na agenda da organização:

[...] alterou muito. Antes do Fórum a gente tinha reuniões, reuniões, reuniões. A gente se sentava para discutir. Durante nem se fala, era toda a equipe trabalhando em função do Fórum. Depois, também tem demandas até hoje. Como a gente participa de outros fóruns, como fazer com que as discussões do Fórum possam continuar acontecendo? Coisa que hoje ainda requer uma demanda e até mesmo nesta questão da infra-estrutura que a gente participou (Entrevista 13).

Antes da realização propriamente dita das edições do Fórum que ocorreram em Porto Alegre, a entidade participou em muitas reuniões preparatórias das atividades específicas e gerais da gestão do Fórum; durante o processo de realização das atividades se envolveu intensamente nelas e, posteriormente, o Fórum continua nas pautas a partir de demandas pendentes e de novas articulações que surgiram a partir dele. Para alguns membros da organização o evento ajudou a orientar sua ação e influenciou sua agenda e dinâmica de trabalho, contribuindo com novas idéias, conceitos, princípios e valores compartilhados no Fórum (Entrevistas 15 e 17). No entanto, para outros, ele produziu algumas mudanças na pauta da ONG no período mais próximo à sua realização, mas não significou alterações na agenda geral de ação da entidade (Entrevistas 14 e 18). E sua realização em Porto Alegre facilitou a participação do CAMP pela sua

proximidade, e possibilitou maior envolvimento, inclusive para assumir a responsabilidade pela gestão jurídico-administrativa do quinto Fórum.

Ao mesmo tempo em que a associação se envolveu, ela foi envolvida pelo Fórum, como expressa a afirmação: “Eu diria que pelo fato das primeiras edições do FSM terem acontecido em Porto Alegre e do CAMP ter a sua sede aqui, isso por um lado desafiou e, por outro, nós na prática fomos jogados” (Entrevista 17). Contudo, apesar do intenso volume de atividades e do envolvimento geral da estrutura física e de pessoal, especialmente no período imediato de sua realização, constata-se que o Fórum aparece de modo discreto nos planos trienais e nos planejamentos anuais do CAMP, evidenciando que “quando a gente faz o planejamento a articulação do Fórum não está na nossa referência, na nossa conjuntura, não é um sujeito com o qual a gente dialoga, se é que dá para chamar de sujeito” (Entrevista 14), de tal forma que ele recebe maior atenção nas denominadas “ações conjunturais” da entidade em detrimento de ações mais processuais e duradouras.

### 3.2 O NOVO CAMPO E A VISIBILIDADE E O RECONHECIMENTO DOS AGENTES

O FSM é uma mobilização social resultante da ação das organizações e movimentos sociais que o integram. Esses atores, individuais e coletivos, são potencializados pelo evento em seus recursos pessoais e institucionais, no sentido bourdieusiano, ao mesmo tempo em que potencializam o Fórum, assim estruturando este campo. Alguns deles demonstram uma inserção crescente no decorrer das edições do FSM, através de investimentos em temas específicos, como ocorre mais acentuadamente no caso do CIDADE e do CEAP, enquanto outros aplicam-se em diversos temas, como é o caso do CAMP, ampliando seus capitais e, conseqüentemente, sua visibilidade e reconhecimento na relação com o Fórum e com outras entidades e movimentos. O material empírico disponível para a análise possibilita aferir algumas considerações a respeito dessa relação entre as ONGs e o Fórum, no que se refere à ampliação de sua visibilidade e reconhecimento.

### 3.2.1 O CIDADE e seu reconhecimento através da participação popular

Na compreensão dos membros do CIDADE, não é automática a relação entre a participação no FSM e o aumento da visibilidade da entidade, mas há entendimento comum de que o evento contribuiu para consolidar o reconhecimento da ação da entidade:

O Fórum trouxe muitas contribuições para o CIDADE e para a cidade de Porto Alegre. O CIDADE passa a ser uma referência para pessoas que vêm visitar a cidade, a capital do OP, que vão para a assembléia do OP. Em todos os sentidos é positivo para a auto-estima das pessoas e elas podem dizer: olha, o nosso trabalho valeu a pena! O mundo está olhando para Porto Alegre. Os jornais internacionais publicavam o FSM, como no caso dos jornais franceses. Na capa era possível encontrar reportagens sobre o FSM. Esse trabalho ser reconhecido como um trabalho importante que vai além da minha rua e da minha cidade, no plano político isso tem um significado enorme, de quem acredita em um processo de mudança e transformação social numa perspectiva que supere barreiras e nacionalismos. O Fórum contribuiu muito para que o CIDADE tivesse ainda mais visibilidade. Aí entra a seriedade do pessoal, que com uma equipe pequena consegue fazer tantas coisas. Tem muita gente que se comunica pela internet, milhares de pessoas do mundo inteiro se comunicam com o CIDADE e isso abre muitas portas para ele (Entrevista 3).

O FSM ajudou a destacar mais amplamente a organização, especialmente a partir do seu intenso trabalho sobre o Orçamento Participativo<sup>90</sup>, objeto de interesse de centenas, talvez milhares, de visitantes, especialmente estrangeiros<sup>91</sup>, que participaram das edições do Fórum em Porto Alegre. Em seus primeiros anos de implantação o Orçamento Participativo encontrou nessa ONG uma das únicas organizações de assessoria, o que, quase necessariamente, fazia dela uma entidade com certo “monopólio” sobre esse tema tão atraente, expressão de capital político acumulado. Entre as pessoas que vieram a Porto Alegre havia algumas que já sabiam da existência do trabalho do CIDADE nessa área, mas muitas outras conheceram-no por ocasião do Fórum. Não poucos, especialmente pesquisadores, visitaram a sede da entidade para consultar o

<sup>90</sup> Atualmente, conforme o CIDADE, estimula-se que há 250 cidades no mundo que adotam diferentes formas de democracia participativa para discutir o orçamento público. Alguns países (como Venezuela, África do Sul, Bolívia e Peru) já possuem mecanismos legais e diversas cidades e estados brasileiros (como Porto Alegre e Sergipe) possuem leis orgânicas e outras normativas que facilitam a participação direta dos cidadãos nos debates sobre o orçamento público. A introdução do OP fundamenta-se nos princípios da justiça tributária (paga mais quem ganha mais), justiça distributiva (ganha mais quem tem menos) e justiça política (conferir poder real a quem nunca o teve), ancorados nos pilares da integridade administrativa e da inversão de prioridades. Ver BAIERLE, 2000.

<sup>91</sup> No I FSM e ao longo de 2001 o CIDADE recebeu visitantes e delegações de Portugal, Peru, Timor Leste, Itália, México, Vietnã, Canadá, Colômbia, Estados Unidos e França. Em 2005 recebeu 30 canadenses em intercâmbio, 10 conselheiros do OP do Chile, lideranças e pesquisadores dos Estados Unidos, Alemanha, Austrália, África do Sul, Portugal, México, Espanha, Ilhas Canárias, Venezuela, Bélgica, Holanda, Argentina, Canadá, Inglaterra, além de brasileiros.

banco de dados em diversos períodos do ano. Também buscaram informações ou iniciaram intercâmbios, tanto durante os dias do evento quanto em contatos e atividades posteriores, as quais, algumas vezes, se desdobraram em articulações permanentes e outras vezes em atividades pontuais de interesse político ou acadêmico. As pesquisas e publicações da entidade, em sua maioria voltadas ao tema da democracia participativa e do Orçamento Participativo sob diversos enfoques, identificaram um grau de crescimento do público do OP que forjava um novo tipo de cidadania. Ou seja, cidadãos que não se contentavam apenas em ser portadores de direitos, mas inovavam a democracia brasileira porque queriam participar ativamente como instituintes de direitos em uma nova esfera pública, nem estatizada nem privatizada.

O que há em comum nessa intensa procura por informações é o reconhecimento político do trabalho da organização, a qual encontrou no Fórum um instrumento e “mais um espaço, um canal que dá mais visibilidade ao trabalho com o Orçamento Participativo. E o fato da ONG ter priorizado o trabalho permanente com o OP e não havia outra ONG que fazia isso” (Entrevista 5). Esta condição a legitimou em alguns espaços e a credenciou em outros que ainda não lhe eram convencionais, ampliando notavelmente o seu capital político. Ao mesmo tempo, o envolvimento em diversas atividades, com ênfase na participação popular<sup>92</sup>, possibilitou que a entidade contribuísse com o Fórum sobre a importância de se debater políticas em espaços plurais, sem necessariamente transformar as discussões em palcos de lutas e disputas faccionais, como é freqüente em meios partidários. O Fórum constituiu-se em um espaço privilegiado para que as organizações e movimentos sociais realizassem um exercício da democracia participativa, externando que as mudanças sociais acontecem mediante o diálogo, ainda que conflitivo, entre as pessoas e grupos diferentes, com abertura para ouvir e expressar críticas e posições convergentes e controversas.

A criação da Escola de Cidadania: Orçamento Participativo e Democracia Participativa<sup>93</sup>, que tem no CIDADE um de seus sustentáculos principais desde sua proposição

---

<sup>92</sup> No Brasil existe o Fórum Nacional de Participação Popular e, mais recentemente, o Fórum Brasil de Orçamento, dos quais o CIDADE participa desde sua fundação e em nome dos quais tem participado em muitas atividades nacionais e em outros países. Ambos reúnem uma diversidade de organizações e movimentos sociais e representantes de órgãos públicos de cidades e estados que introduziram formas de participação direta na gestão pública. Esses fóruns discutem metodologias de trabalho e de monitoramento de políticas públicas relacionadas ao orçamento público.

<sup>93</sup> A proposta de criação da rede/movimento - abreviadamente denominada de Escola de Cidadania - foi elaborada pelo CIDADE, discutida em uma oficina com o mesmo nome no FSM de 2005 e aprovada por unanimidade pelos presentes. A oficina contou com a presença de 93 pessoas provindas de 48 cidades, 12 países e 38 organizações. Na oportunidade aprovou-se um documento que contém a definição do público, das tarefas, das

até sua realização e continuidade como rede de articulação permanente, é, sem dúvida, uma iniciativa que canaliza muitas energias da entidade, mas também lhe propicia reconhecimento na relação com um conjunto de atores nacionais e internacionais envolvidos na implementação de processos e instrumentos de democratização das organizações e da gestão pública.

### **Participação popular e crescimento institucional do CIDADE**

O CIDADE, desde que iniciou seu trabalho com o Orçamento Participativo, preocupou-se com a organização de um sistema de registro da história do OP, já que o poder público não se preocupou com tais registros. Durante vários anos, o único banco de dados com informações abrangentes e consistentes, que hoje é totalmente informatizado, foi o da entidade, constituindo-se em um meio de aproximar informações entre a gestão pública e os cidadãos. Igualmente tornou-se objeto de interesse de muitos pesquisadores nacionais e estrangeiros, devido à quantidade e qualidade de suas fontes primárias. A Prefeitura de Porto Alegre, aos poucos, incrementou um banco de dados, mas que está muito aquém das demandas, sobretudo de lideranças sociais e de pesquisadores, que historicamente tem encontrado dificuldades de ordem burocrática para acessar tais informações. Assim, a própria Prefeitura constituiu-se em uma demandante de informações sobre o OP na entidade, ao mesmo tempo em que a reconheceu e até recomendou a pessoas que procuravam informações na Prefeitura.

Em 1995 a ONG realizou uma pesquisa com os participantes do OP e em 1996 outra com os vereadores de Porto Alegre, para saber como eles se relacionavam com o OP. Em 2001 fez uma pesquisa ampla com dois eixos: um para avaliar as concepções de política e os critérios que permeavam as práticas dos participantes do OP; e o segundo, para avaliar em que medida as políticas do OP reconheciam as mulheres com suas histórias de vida enquanto sujeitos sociais e políticos. Nos anos seguintes fez pesquisas sobre as experiências de gestão comunitária, sobre sombreamentos entre diferentes espaços de participação popular, e sobre geração de trabalho e renda para subsidiar propostas para o OP. Os

---

parcerias e dos princípios orientadores da nova rede, que está pautada na defesa do OP: participação direta, discussão de todo orçamento com base em parâmetros de justiça social, universalidade, transparência orçamentária e criação de Escolas de Cidadania. Finalmente foi aprovada uma coordenação, que ficou constituída por 11 entidades com integrantes do Chile, Canadá, Espanha, Colômbia e de diversos Estados brasileiros, para dar continuidade ao processo de articulação das atividades desenvolvidas. Além das atividades de articulação, o CIDADE constantemente tem sido convidado a participar em atividades em outros países para explanar sobre as experiências de participação popular e o Orçamento Participativo de Porto Alegre. Maiores informações sobre a rede podem ser encontradas no “Texto orientador para o debate sobre a constituição da rede”, disponível em [www.ongcidade.org.br](http://www.ongcidade.org.br).

resultados foram amplamente divulgados em atividades e eventos como: em três oficinas do II FSM; na Câmara de vereadores de Porto Alegre; no seminário estadual sobre relações sociais de gênero na educação popular, promovido pelo CEAP; em um seminário promovido pela Universidade Estadual do RS; em um seminário internacional na Espanha; em um seminário do Fórum Nacional de Participação Popular; em seminários e eventos na Bolívia, Peru, Espanha, Canadá, México e Chile; em entrevistas e reportagens em televisões nacionais e internacionais (Espanha, França e Bélgica). Entre as publicações decorrentes dessas pesquisas destacam-se: *Quem é o Público do OP?*; *Ciclo do OP de Porto Alegre*; *Histórico do OP de Porto Alegre*; *Olhar de mulher – fala das conselheiras do OP de Porto Alegre*; um texto de um de seus membros, Sérgio Baierle, sobre *a explosão da experiência* de Porto Alegre, publicado por Dagnino (2002); além do boletim periódico *De olho no orçamento* e de publicações curtas e mais direcionadas ao público do OP.

O relatório de atividades de 2001 mostra que a partir daquele ano a organização “colhia os frutos” do reconhecimento pelo seu trabalho de assessoria e capacitação realizado ao longo de vários anos, cujo teor também é frisado nos relatórios de atividades dos anos subsequentes. Em 2002 a ONG foi condecorada pela Prefeitura de Porto Alegre com o prêmio “Amigos da CIDADE de Porto Alegre”, valorizando o seu trabalho com o OP. No mesmo ano, a Fundação Getúlio Vargas premiou duas experiências de participação popular (Porto Alegre e Sobral-CE), cujo mérito foi dividido entre o poder público de Porto Alegre e o CIDADE. Essas são algumas das atividades que evidenciam o reconhecimento e a ampliação do capital político do CIDADE acumulado ao longo dos anos de seu trabalho, especialmente com o OP.

### 3.2.2 O CEAP e sua visibilidade pelo campo da saúde

O CEAP gradualmente identificou sua participação no FSM pelo viés da saúde e definiu neste campo as oportunidades de acumular capital político. Desde o início da década de 1990 a entidade assessora organizações e movimentos sociais que se articulam em torno do tema da saúde nos âmbitos municipal e regional. A partir do final da mesma década ampliou suas atividades no Estado, expandindo-as à região Sul do Brasil, com interfaces em outros estados e regiões do país, especialmente do Nordeste brasileiro. Em 2003 a organização promoveu, em conjunto com o Fórum Sul de Saúde<sup>94</sup>, a oficina sobre controle social de políticas públicas de

<sup>94</sup> O Fórum Sul de Saúde constituiu-se a partir de 2002, e atualmente integra aproximadamente 83 organizações e movimentos sociais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que, por sua vez, compõem os fóruns

saúde<sup>95</sup> no FSM. Fortalecidas pelo crescimento das atividades de articulação e organização nos diversos níveis, em janeiro de 2005 várias organizações e movimentos sociais se encontraram na realização do I Fórum Social Mundial da Saúde (FSMS). Esse Fórum realizou-se em Porto Alegre, em data e local concomitantes ao FSM. Contou com a presença de 814 participantes, dos quais 409 vinculados a organizações e movimentos sociais e os demais eram interessados individuais, provindos de 31 países. Nesse evento se confirmou e ampliou o Comitê Internacional de Organização, que até então era provisório, composto por 10 organizações de diversos países. Por um lado, devido ao acúmulo técnico-político e a capacidade de incidência entre as organizações articuladas em torno do tema da saúde e, por outro lado, facilitado pelas condições geopolíticas, a ONG assumiu a secretaria executiva<sup>96</sup> desse Fórum, na compreensão de que estaria ancorada “pela história e o acúmulo que nós temos no tema e pela importância política de sua discussão em nível mundial, assumimos a responsabilidade pela sua operacionalização a partir da secretaria executiva” (Entrevista 07). O Fórum Social Mundial da Saúde, para o CEAP, constituiu-se em extraordinária oportunidade de encontro com organizações com as quais ele já vinha mantendo relações e com novas entidades nacionais e da América Latina, Europa, África e Ásia, oportunizando intercâmbios de experiências em saúde e solidificando um espaço de relações. Nesse sentido, o FSM surgiu como um espaço complementar, mas estratégico, de ampliação da visibilidade e do reconhecimento da organização:

[...] hoje a relação do CEAP com o FSM é na temática da saúde, ligada ao FSMS em diversos sentidos. Contribui na articulação política, na organização e na busca de abrir espaços a partir dos contatos aqui no Brasil. Ajuda a pensar temas, pela compreensão que tem no tema da saúde e pelos contatos que tem com “figuras” que ele tem condições de chamar para ajudar a pensar esse espaço. Abre contatos com a cooperação financeira, desde contatos com entidades internacionais até com o Ministério da Saúde, que foram as duas principais fontes que possibilitaram as edições do FSMS. O FSM dá visibilidade

---

estaduais e regionais de saúde e realizam atividades de formação e mobilização social na área da saúde. Desde seu nascimento esses fóruns contam com a assessoria técnica e política do CEAP.

<sup>95</sup> A oficina contou com painelistas de três países e a participação de 94 pessoas provindas de 53 organizações, majoritariamente brasileiras.

<sup>96</sup> Houve alguns fatores que convergiram para que o CEAP assumisse a secretaria executiva do FSMS: primeiro, a sua capacidade de produção teórica e prática expressa nas publicações e assessorias na área do direito humano à saúde, que o referenciou como entidade com certo “monopólio” sobre o tema no Sul do Brasil; segundo, a sua proximidade geográfica de Porto Alegre, já que um evento de tamanha envergadura implicava em organizações no Estado que assumissem um conjunto de atividades relacionadas à viabilização de infra-estrutura para o evento; terceiro, e talvez mais determinante, é que o CEAP era uma organização ainda pouco conhecida em âmbito nacional e internacional, o que facilitou para que passasse “ilesa” das disputas e clivagens recorrentes entre as organizações e redes “mais clássicas” no campo da saúde, constituindo-se em uma espécie de *tertius*, com capacidade técnica e política de exercer a mediação entre os pólos em tensão, através do “diálogo entre eles sem tomar partido” (Entrevista 11).

ao CEAP junto com o FSMS, pela sensibilidade que tem com o tema da saúde, inclusive potencializa o CEAP para angariar recursos para estas atividades. E, pelo CEAP estar neste debate, o legitima para estas articulações, dando maior visibilidade para o CEAP (Entrevista 08).

A atuação da associação em outras áreas, como desenvolvimento sustentável e gênero, nas quais possui experiência profissional e acúmulo de longos anos, ocupa espaço secundário e diluído em meio às suas atividades no Fórum. Mas a atuação política e operativa em saúde recebeu estímulo e apresenta um diferencial para a entidade e ao FSMS:

[...] um papel importante que fizemos até agora e que faz com que o CEAP continue na secretaria executiva do FSMS é que ele tem relação política e circula com um conjunto de sujeitos nacionais e também internacionais, mantendo um diálogo entre estes sujeitos. Nós sabemos que a natureza e atuação destas entidades têm um conjunto de elementos tensionados. Uma disputa aqui, no bom sentido do termo, entre movimento e entidades. Qual é o adendo que o CEAP dá nestas relações? Ele consegue manter um diálogo entre eles no sentido de “não tomar partido”. Esta, sem dúvida, é uma contribuição neste espaço do FSMS. O CEAP aproveita disso para ampliar suas relações internacionais e nacionais que nunca antes teve. Não tenho dúvida que depois que o CEAP passou a atuar diretamente no FSMS ele construiu relações com sujeitos estratégicos que atuam na luta da saúde em nível mundial. Temos contatos com redes internacionais que foram propiciados pelo FSMS. Acho que este é um dos principais elementos. Associado a isso o CEAP fez uma discussão mais qualificada dos seus temas estratégicos de atuação interna. Nós começamos a “beber” de forma mais qualificada o que se discute a nível internacional no tema da saúde ou o que é a agenda específica da saúde (Entrevista 11).

Ao longo de sua participação na preparação e realização do Fórum Social Mundial da Saúde a ONG identificou tensionamentos e disputas políticas entre as organizações participantes. Conhecedora de seu potencial para a acumulação de capital político e a expansão de seu poder de influência, ao mesmo tempo em que não lhe interessava entrar nesse acirramento “tomando partido”, adotou uma postura corajosa de assumir uma posição intermediária de dialogar com as diversas forças, visando encontrar soluções conciliadoras que congregassem as entidades e movimentos interessados na sustentabilidade política e estratégica da mobilização mundial nascente. Decorrente dessa postura mediadora, a organização conquistou a confiança e o reconhecimento das organizações sociais e a conseqüente legitimidade política para exercer com autoridade a secretaria executiva do FSMS. Com as forças internamente acomodadas, o FSMS vem crescendo, após cada edição, em seu potencial de mobilização de organizações nacionais e internacionais, e a ONG cresce junto, em sua relação e atuação que, às vezes, ocorre através dos canais formais de articulação do evento e, outras vezes, se realiza pelo estabelecimento de relações bilaterais estreitadas no decorrer das atividades ligadas ao Fórum. O exercício da função

na secretaria executiva tem contribuído para qualificar o debate, a elaboração e a produção teórica da organização, bem como para ampliar e consolidar sua legitimidade institucional e abrir contatos com experiências nacionais e internacionais desenvolvidas por organizações que fazem parte do Comitê Brasileiro do FSMS e do Comitê Internacional do FSMS (Entrevista 12). Igualmente qualificou o debate político e o poder de negociação com agências de cooperação internacional e órgãos públicos de financiamento, abrindo portas para a manutenção e a ampliação do apoio financeiro a atividades específicas do FSMS e outras que fazem parte do plano de ação da entidade.

### **Visibilidade do CEAP no campo da saúde**

No exercício da função na secretaria executiva do FSMS, o CEAP desempenhou o trabalho de articulação na organização do I Fórum Social Mundial da Saúde, realizado em janeiro de 2005, em Porto Alegre, do Fórum Social Continental da Saúde, ocorrido em Caracas, em 2006, e do II FSMS, realizado em Nairóbi, África, em 2007, período que coincide com um intenso crescimento de seu capital político e seu reconhecimento nacional e internacional.

O Fórum Social Continental da Saúde, realizado em janeiro de 2006, em Caracas, reuniu 218 participantes de diversos países latino-americanos. Por sua vez, o II FSMS, que se realizou em janeiro de 2007, em Nairóbi, reuniu 612 participantes de 51 países, dentre os quais representantes de mais de 300 organizações que trabalham com saúde. Na oportunidade ampliou-se o número de integrantes do Comitê Internacional do FSMS, ampliando seu caráter e sua representatividade internacional, que passou de 10 para 21 membros. Um fato politicamente marcante foi que o II FSMS sediou e coordenou a plenária geral realizada no final do FSM sobre o tema da saúde, o que simbolicamente representou a confirmação da legitimidade do FSMS pelo Fórum Social Mundial.

A secretaria executiva do FSMS é assumida por uma organização integrante do Comitê Internacional do FSMS, mas a função é exercida por uma única pessoa dessa ONG que se referenciou no decorrer do processo e foi por ela investida no cargo de secretário executivo. Se é verdade que a organização soube avaliar e posicionar-se com discernimento político em meio às tensões entre as organizações realizadoras do FSMS, é igualmente verdade que o secretário executivo é portador de uma gama de conhecimentos e capacidades, expressão de capital político e cultural, que lhe credenciam para o exercício de uma função que requer muita habilidade técnica e política em seu desempenho. Isso não lhe

exime de problemas e limitações, que vão desde a dificuldade de domínio de idiomas até os poucos recursos financeiros para viabilizar adequadamente os serviços da secretaria.

No período recente e sob influência do FSMS, o CEAP já lançou várias publicações, dentre elas, as cartilhas *Direito humano à saúde com controle social, Financiamento do SUS e Pacto pela saúde*; os artigos *O Brasil e o direito humano à saúde*, publicados nos Relatórios Periódicos sobre Direitos Humanos no Brasil, em 2003 e 2007; o livro *Luta pelo direito humano à saúde: experiência de Passo Fundo*, em 2004; e a coordenação da elaboração do relatório sobre direito humano à saúde no Brasil, comissionado pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, denominado *Contra Informe PIDESC*.

Decorrente de encaminhamentos do II FSMS, realizado em Nairóbi, a ONG ficou incumbida de coordenar um projeto de intercâmbio e formação de agentes em saúde denominado Sul-Sul, entre países que possuem experiências de sistemas de saúde universais (como Brasil, Venezuela e Cuba) e países com políticas focalizadas (como é o caso da maioria dos países latinos e africanos). Igualmente incumbiu-se de estar à frente da coordenação da Campanha Internacional pelo Direito Humano à Saúde, da I Conferência Internacional sobre Sistemas Públicos de Saúde e do Seminário sobre Saúde de Populações Negras (assessorado por Boaventura de Souza Santos), atividades que serão realizadas em 2007, no Brasil. Na condição de representante do FSMS e com a responsabilidade de facilitar relações internacionais com experiências em saúde, a entidade está integrando a comissão organizadora da XVIII Conferência Nacional de Saúde, que será realizada em 2007, com a responsabilidade de construir uma metodologia de avaliação e sistematização da referida conferência. Em parceria com o FSMS e como membro da Plataforma Brasileira de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, a partir de 2007 a organização também iniciou um Observatório de Monitoramento do Direito Humano à Saúde.

### **2.2.3 CAMP: visibilidade e reconhecimento**

O CAMP se caracteriza por participar ativamente desde a primeira edição do Fórum. Diferentemente das duas outras organizações, as quais tiveram sua participação mais destacada a partir de um tema central, o CAMP tem participado em múltiplas atividades político-estruturais e temáticas, incluindo a própria organização do Fórum. Como representante da ABONG, a ONG participou de reuniões e seminários do Comitê Brasileiro de Organização do FSM, do Comitê Executivo Brasileiro e de outras atividades de planejamento de organizações que expuseram produtos e serviços no evento. Em função de ter assumido a responsabilidade jurídica pela gestão

administrativa do Fórum<sup>97</sup>, a ONG estabeleceu relações com organizações e movimentos sociais que puseram stands<sup>98</sup>, com empresas que prestaram serviços<sup>99</sup> e com órgãos públicos. Com isso, conheceu e estreitou laços políticos e administrativos com diversos atores sociais.

As atividades específicas propostas pela entidade e em conjunto com outras organizações, não necessariamente guardaram continuidade temática entre as diversas edições. A ONG ofereceu oficinas em diversos temas como educação popular, relações entre sociedade civil e Estado<sup>100</sup>, relações de gênero, desenvolvimento local, moeda social, reciclagem e economia popular solidária. Mesmo que esses temas não mantivessem conexão orgânica entre si, alguns deles sobressaíram do ponto de vista do volume de discussão interna e de recursos despendidos para a sua realização, como é o caso da educação popular<sup>101</sup> e também os temas mais voltados ao desenvolvimento e à economia popular solidária.

A organização ampliou sua presença em redes, qualificou sua relação com as ONGs de educação popular e efetuou contatos e ações no campo da economia solidária. Inclusive incidiu

---

<sup>97</sup> No Fórum de 2005 o CAMP assumiu a responsabilidade, delegada pela ABONG, pela parte administrativa do evento, que implicou em efetuar os contratos com as organizações e empresas que prestaram serviços na instalação da infra-estrutura, contratar e dispensar os funcionários que estiveram a serviço do evento, e estar na retaguarda da resolução de todo tipo de problemas decorrentes de infra-estrutura.

<sup>98</sup> Nos primeiros três fóruns que ocorreram em Porto Alegre a maior parte dos restaurantes, lanchonetes e quiosques que prestaram serviços ao Fórum não possuíam vinculação com a proposta política do Fórum. Em 2003 já houve um ensaio pela Rede Ecosol para oferecer alguns produtos e serviços ao FSM. No evento de 2005 o Fórum Brasileiro de Economia Popular Solidária e o Fórum Estadual de Economia Popular Solidária organizaram diversas atividades de estudo, mas também exerceram influência na estrutura física do Fórum, através da organização, exposição e venda de produtos, especialmente alimentícios, provindos da economia solidária. Inclusive houve uma complexa organização dos recicladores de materiais sólidos para dar conta da coleta da maior parte dos materiais recicláveis (latas, vidros, papel, etc.). Incluído nesses serviços estava o esforço dos fóruns referidos e dos recicladores, assessorados pelo CAMP, Cáritas e outras organizações, com a disposição de “mostrar na prática” que é possível organizar a economia sob bases e valores solidários, mas também oportunizar agregação de valor às iniciativas de economia solidária e dos recicladores de materiais.

<sup>99</sup> Como em 2005 não havia mais o Partido dos Trabalhadores no poder estadual nem municipal, muitos serviços que antes eram assumidos pelos órgãos públicos tiveram que ser assumidos pelo próprio Fórum, que contou com a contratação de serviços terceirizados, coordenados por entidades do Comitê de Organização.

<sup>100</sup> Este tema tornou-se uma demanda mais forte entre organizações e movimentos sociais a partir da eleição de Olívio Dutra para Governador do Estado, em 1998. Naquele contexto criaram-se expectativas de os setores da sociedade civil estabelecerem relações mais proativas com o Governo estadual. Foi então que várias ONGs e pastorais sociais, coordenadas pelo CEAP, o CAMP e a Cáritas, iniciaram uma articulação denominada “Parceiros da Misereor”, para realizar seminários de avaliação, estudos e intercâmbios sobre as práticas das organizações sociais nessa nova relação com o Governo estadual. Tal articulação extinguiu-se em 2005 com a perda daquele mandato e o tema deixou de ser importante porque o governo que sucedeu ao governo de Olívio Dutra governou ignorando as organizações sociais e populares.

<sup>101</sup> Dois membros do CAMP (nas entrevistas 15 e 16) expressaram que o a entidade levou ao Fórum a retomada do debate sobre a Educação Popular, que estava secundarizada naquela ocasião. A entidade, em parceria com o Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL), inclusive realizou oficinas nos fóruns de 2003 e 2005, que contaram com expressivo número de participantes de diversos países e aqueceram a rearticulação do CEAAL, cuja coordenação nacional é integrada pelo centro de educação popular mencionado.

diretamente, em 2005, “na organização do serviço que a economia solidária prestou para o Fórum, demonstrando que ela é possível. O CAMP puxou para si essa questão da economia solidária junto com outros atores e ele se fortaleceu como um fomentador da economia solidária” (Entrevista 13). E, indo mais longe,

[...] o Fórum de Economia Solidária nasceu muito a partir do FSM. Ele tem uma organização de empreendimentos de economia solidária nos fóruns regionais, estaduais e nacional. Então, isso existe muito em função do FSM. Se pegarmos a questão dos fóruns da cidadania, por exemplo, que são também um espaço da sociedade civil que está discutindo as questões de resíduos recicláveis. Estes fóruns são muito do caminho, da vertente do FSM. A gente tem todo um acompanhamento nestes espaços que são democráticos, apartidários, mas são espaços políticos. É evidente que estes fóruns têm dificuldade de se implantar porque são coisas novas. Acho que a economia solidária é um espaço que avançou mais, que teve uma estrutura mais consolidada. Se pegarmos o fórum de cidadania, é um espaço que está mais lento na sua organização. É nestes espaços que o CAMP tem uma atuação forte. E há outros fóruns que o CAMP não tem muita incidência, como o fórum da saúde e o de políticas públicas, que não temos muita participação, mas que sabemos que existem, que estão se organizando e ocupando o espaço dentro da sociedade, sendo canal de expressão da sociedade civil junto ao Estado e ao governo (Entrevista 15).

Para a ONG, a economia solidária não só está ligada, mas também é uma forma de concretizar o desenvolvimento local<sup>102</sup> e fortalecer a organização social. Por isso se explica seu empenho no acompanhamento, anterior ao Fórum e durante a sua realização, dos empreendimentos de economia solidária os quais, através de estandes nas quais venderam seus produtos e coletaram materiais recicláveis, prestaram um serviço ao Fórum ao mesmo tempo em que mostraram inovações nos modos de organização social e econômica. Os organizadores desses serviços avaliaram que aí se apresentavam oportunidades reais de vivenciar “um outro mundo possível” proposto e defendido pelo FSM, através do trabalho e da venda de produtos da economia solidária. Assim, o FSM potencializou novos contatos e relações a partir da troca de experiências entre os envolvidos nessas propostas organizativas, possibilitando maior visibilidade política e até volume de negócios às organizações relativamente novas e localizadas.

<sup>102</sup> Desde a década de 1990 a entidade contempla o desenvolvimento, denominado de “Projetos de Desenvolvimento Regional ou Local Alternativo”, como eixo de atuação em seus planos trienais e nos planos de ação anuais. Pelo espaço que ele ocupa na dinâmica da organização, este poderia ter sido um dos temas constantes nas atividades por ela desenvolvidas no Fórum, mas as evidências não o confirmam, tanto que no evento de 2005 esse tema mais geral parece ter cedido lugar para as atividades de economia solidária e reciclagem de materiais sólidos (já que a entidade assessora fóruns locais e regionais de economia solidária e reciclagem), o que permite interpretar que essa seria uma forma mais concreta de visibilizar resultados de empreendimentos populares e solidários e concretizar o desenvolvimento local e regional, conforme acentua o planejamento do CAMP de 2005.

### O CAMP e a economia solidária no FSM

Entre as atividades nas quais o CAMP esteve envolvido no FSM, especialmente em sua quinta edição, a economia solidária mereceu destaque. A Associação Casa da Economia Popular Solidária (ACEPS), tornou-se a entidade jurídica responsável pela administração financeira de quase todas as atividades da economia solidária no FSM de 2005. Uma versão sintética do documento “A economia solidária no FSM de 2005”<sup>103</sup>, sistematizado pelo CAMP que assessorou tais atividades, oferece uma boa noção do que foi a participação desse segmento no Fórum:

“A economia solidária, além de ser prestadora de serviços e ofertadora de produtos para os participantes do FSM, foi à coordenadora e administradora de vários serviços necessários para a realização deste evento, como a colocação dos tablados em todos os espaços do FSM; a confecção das bolsas dos participantes do Fórum; as praças de alimentação; os espaços institucionais e de comercialização; o recolhimento de materiais recicláveis em todos os territórios do FSM; parte dos serviços de segurança nas praças de alimentação; confecção de camisetas de quem desempenhou tarefas de coordenação e orientação; e a própria moeda social. De um total aproximado de R\$ 14 milhões gastos com o FSM, a economia solidária se beneficiou com aproximadamente R\$ 2 milhões, que foram gastos para pagar serviços e produtos da economia solidária.

As bolsas dos participantes do FSM foram produzidas por 36 empreendimentos de economia solidária dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. 120 trabalhadores da Cooperativa Nova Esperança produziram o fio, que foi transformado em 15.000 metros de tecido por 60 trabalhadores da Coopertêxtil, ambas de São Paulo. Este tecido foi transformado por 380 trabalhadores de 34 empreendimentos de confecção e serigrafia dos três estados do Sul em 60.000 bolsas. Os trabalhadores destes empreendimentos receberam por estas bolsas um valor de R\$ 270.000,00.

Em torno de 50 trabalhadores de 5 cooperativas de trabalho colocaram 40.000 m<sup>2</sup> de piso nos espaços de debates do FSM, montaram vários quiosques e instalaram a rede hidráulica e elétrica destes quiosques e da Central Nacional de Abastecimento, obtendo de pagamento direto pela sua mão-de-obra e despesas com alimentação e transporte um valor em torno de R\$ 85.000,00. Todo o material reciclável, produzido no território do FSM foi recolhido por 70 trabalhadores de 10 associações de reciclagem, que recebera para realizar este serviço R\$ 50.000,00. Mais de 800 agricultores/as, artesões/ãs, tecelãs/ões ofereceram inúmeros produtos da agricultura familiar, alimentos produzidos por empreendimentos de alimentação, artesanato e roupas em dois espaços organizados para este fim, a Feira Nacional de

<sup>103</sup> Disponível em <[www.camp.org.br](http://www.camp.org.br)>.

#### Economia Solidária e a Central Nacional de Abastecimento.

No total, em torno de 2.500 associados de cooperativas, associações, empresas e grupos solidários participaram do FSM, atendendo as necessidades dos 150.000 participantes do FSM, através dos seus serviços e produtos.

Das 280 atividades de debate realizadas durante o FSM, 90 delas socializaram experiências e analisaram resultados e possibilidades, além de debateram conceitos e práticas relacionadas à economia solidária. Os resultados da experiência da Moeda Social também foram positivos, tanto na sua dimensão política e simbólica, como na sua dimensão operacional”

No que tange às relações internacionais, desde a primeira edição do Fórum o CAMP participou de oficinas com temas correlatos à cooperação internacional<sup>104</sup>. Isso não garantiu a ampliação do aporte de recursos financeiros, mas permitiu que a entidade ficasse mais conhecida pela sua atuação. Com isso, qualificou seu debate político e reforçou algumas articulações em torno do tema<sup>105</sup>, que mostram o reconhecimento de sua atuação e lhe garantem a não diminuição de recursos financeiros por parte de agências de cooperação internacional, além de novos apoios em algumas atividades pontuais e de curto prazo. Ou seja, a organização aproveitou o aporte do Fórum de tal forma que muitas de suas ações estão referenciadas no evento, aumentando seu capital político e social, mas praticamente sem alterar as condições de seu capital econômico.

Segundo um membro da organização, a educação popular atravessa uma certa crise de perspectivas desde a década de 1990 e tornou-se secundária para alguns movimentos e organizações sociais que se fixaram na realização de projetos voltados às “políticas de resultados”<sup>106</sup> para sobreviver. A ONG avalia que contribuiu na retomada do debate sobre a

<sup>104</sup> Houve atividades em 2002, sobre a relação sociedade civil e Estado, promovidas por várias entidades brasileiras e agências de cooperação; em 2003, sobre as perspectivas da cooperação internacional, encabeçadas por agências de cooperação e ONGs brasileiras e, em 2005, sobre os novos desafios para a cooperação em tempos de globalização. Em todas essas atividades as ONGs em estudo participaram ativamente.

<sup>105</sup> Há vários anos a organização integra a coordenação do Fórum Sul da ABONG e participa do Processo de Articulação e Diálogo do Sul – PAD Sul, uma articulação de ONGs que são financiadas por agências de cooperação internacional ecumênicas.

<sup>106</sup> A partir da década de 1990, como parte da política de ajustes estruturais, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial passaram a priorizar o financiamento de políticas focalizadas ao invés de políticas universais, ao mesmo tempo que aumentaram as exigências do cumprimento de metas e resultados nos projetos financiados. Essa concepção também está presente em diversos governos e agências de cooperação, que financiam projetos sociais mediante a apresentação de planos de metas com resultados e impactos previamente definidos. Isso traz questionamentos as ONGs sobre os tipos de financiamento a serem acessados sem ferir-lhes a autonomia.

educação popular, o que caracterizaria seu capital cultural, ainda que este seja um tema incômodo pelo seu caráter transformador. Ultimamente há movimentos e organizações sociais, inclusive com suas articulações estaduais, nacionais e latino-americanas, que incorporam princípios da educação popular em suas práticas educativas e político-organizativas (Entrevista 16). A atenção a esse tema faz parte da trajetória do CAMP, que por longos anos acentuou a necessidade do esclarecimento das relações entre capital e trabalho e o potencial transformador do trabalho. Mas, a partir do Fórum assimilou outros temas como gênero, raça, opção sexual e religiosa, direitos humanos e cultura, que “têm tudo a ver com a construção de uma sociedade diferente” (Idem 16), e abrem novos canais de relações com agentes que o reconhecem no respeito à autonomia e à diversidade de temas e atores.

A partir deste conjunto de evidências, pode-se concluir que o CIDADE, o CEAP e o CAMP identificaram e lapidaram um modo próprio de inserir-se gradualmente no processo de construção das edições do Fórum Social Mundial. A trajetória percorrida por essas ONGs na relação com o evento permite afirmar que cada uma delas é portadora de um capital político específico, o qual se expressa nas relações entre os agentes, e que ocorrem em espaços sócio-políticos distintos. As três ONGs ingressaram no Fórum a partir de motivações políticas forjadas no campo da esquerda, entendendo que o Fórum poderia ser um espaço privilegiado para impulsionar a expansão de iniciativas e ações das organizações e movimentos sociais, genericamente, formuladas nesse campo. O CIDADE e o CEAP identificaram e se lançaram na ocupação desse espaço como uma oportunidade de ampliar seu capital político nos campos específicos da participação popular e da saúde, respectivamente. O CAMP, talvez influenciado por uma visão mais nitidamente partidária e limitada geograficamente, e, por isso, mais dependente de condições políticas instáveis e fora de seu domínio, percebeu as oportunidades de modo distinto e inseriu-se no Fórum envolvendo-se em múltiplas atividades temáticas e de condução política do próprio evento, obtendo, assim, um menor crescimento e visibilidade de seu capital político, mas, por outro lado, mais distribuído em diversas áreas. Inclusive, o CIDADE e o CAMP, que não tiveram funções diretamente relacionadas e/ou comprometidas com atividades nos fóruns de Caracas e Nairóbi, dos quais não participaram, apresentam situações desaceleradas de acumulação de capitais no período recente em relação ao CEAP, que ampliou expressivamente seu capital político nesses dois últimos fóruns em função de sua posição estratégica na secretaria executiva do Fórum Social Mundial da Saúde.

## 4 O CAMPO DO FÓRUM: UM ESPAÇO DE INOVAÇÕES

Neste capítulo pretende-se evidenciar e analisar o aprendizado metodológico que a experiência seqüencial do Fórum Social Mundial aportou ao CIDADE, ao CEAP e ao CAMP, o qual aponta para a qualificação das práticas e incidências sociais destas organizações, ao mesmo tempo em que elas redefinem suas trajetórias sociais, solidificam suas presenças como agentes em um novo campo de poder e, assim, reconfiguram seus capitais sociais, enquanto ampliam as oportunidades de acumulação e reconversão das formas de capital político. Como apontado no capítulo anterior, o campo constituído pelo nascimento e desenvolvimento do FSM sinalizou crescentes probabilidades de acesso a recursos e oportunidades “com valor”, apontando para a produção de novos capitais e um “mercado de apropriação e reconversão”, ao qual os agentes passaram a se dirigir. Neste novo campo, os agentes e os grupos procuraram a aferir os recursos culturais, sociais, políticos e simbólicos para manter ou, idealmente, aperfeiçoar sua posição na ordem de relações que foi sendo estruturada. Tais recursos são cruciais como capital porque funcionam como uma “relação social de poder” e como tal, são disputados porque são “recursos com valor” (BOURDIEU apud SWARTZ, 1997).

Em um primeiro momento retoma-se o tema do pluralismo e da heterogeneidade, como elementos característicos do FSM e crucialmente indutores de práticas de convivência democrática das ONGs em seus espaços de atuação. Na seqüência, discute-se se essas organizações cresceram qualitativamente, especialmente sob um ângulo político, em sua intervenção nesse campo, na produção e apropriação de conhecimentos e outros recursos, assim como na expressão de suas “teias” de relações, a partir da intensificação de sua participação no Fórum e em atividades a ele relacionadas. Finalmente, são analisados alguns aspectos promissores e alguns dilemas sobre as ações em redes na organização social e sobre o capital o capital político das ONGs, estimuladas pela dinâmica do Fórum Social Mundial.

### 4.1 CONVIVÊNCIA NO PLURALISMO E NA HETEROGENEIDADE

O Fórum Social Mundial, como já foi referido, é um campo no qual se encontram agentes sociais oriundos de distintas organizações e movimentos sociais que, por sua vez, explicitam sua ação e suas posições políticas a partir das referências teóricas e práticas que lhes

são inerentes. É um lugar de exercício de aprendizado e, também, de disputas por poder, ainda que simbólico, a partir da convivência democrática de uma diversidade de atores sociais, cujas propostas metodológicas, presume-se, contêm valores e princípios que incidem sobre o cotidiano da ação das pessoas e das organizações que dele participam. As ONGs sob análise encontram-se em meio a este espaço de pluralidade e heterogeneidade e dele recebem sua influência. Como são portadoras de diferentes capitais acumulados ao longo de sua história de atuação, tendem a posicionar-se no evento de forma a valorizar e canalizar suas energias<sup>107</sup> para os fatores que agregam e contribuem para o fortalecimento das causas comuns que defendem, sem, contudo, ignorar as tensões e contradições no interior das organizações, as quais também se manifestam no Fórum<sup>108</sup>.

O FSM é, em primeiro lugar, um espaço construído a partir da conjuntura internacional de globalização. Explícita a capacidade rápida e as possibilidades que os movimentos sociais estavam tendo para convergir entre si. Evidentemente, os movimentos sociais, partidos políticos e ONGs não possuem compreensões homogêneas sobre o mundo, a sociedade e as relações sociais e políticas. Portanto, o FSM, ao mesmo tempo em que é um espaço de convergência, é um espaço de divergências e de compreensões diferentes. Isso é da dinâmica das pessoas do mundo. Sempre haverá disputas, interesses e percepções diferentes e eu vejo que o FSM tem tido uma lógica mais de aglutinação do que de disputa (Entrevista 09).

O papel congregador e aglutinador do Fórum é corroborado na afirmação que segue:

Eu acho que o Fórum trouxe uma coisa muito interessante para nós num espaço mais amplo: ele foi construído num espaço que todo mundo, naqueles dias, está despido de autoridade, mas aberto para discutir alternativas para enfrentar os problemas de nossa

<sup>107</sup> Não é ocasional escrever sobre “energias canalizadas”, em relação à terminologia de Bourdieu. Ao discutir o capital cultural em um de seus mais conhecidos livros, o autor (1990, p. 122) menciona que capital é um tipo de “energia de física social” que pode existir sob formas variadas e certas condições, podendo ocorrer conversão entre tais formas.

<sup>108</sup> O CAMP fez um esforço considerável para ajudar a produzir “convencimentos” no interior das complexas redes e organizações de economia solidária sobre a importância de minimizar ou superar suas divergências e articular propostas mais unificadas, tanto em relação aos debates teóricos quanto em relação à oferta de produtos e serviços por parte dessas organizações no Fórum. O CIDADE influenciou decisivamente para reunir organizações e instituições com orientações políticas e metodológicas distintas na oficina e na posterior fundação da Escola de Cidadania. O CEAP garantiu a “roda do discurso” na mediação entre as entidades participantes do FSMS, principalmente no Comitê Internacional, onde houve uma tensão entre o Movimento de Saúde dos Povos e o próprio FSMS. Ou seja, o Movimento de Saúde dos Povos, uma das maiores redes internacionais de saúde, fundada no final da década de 1990, na Itália, onde está sediada, sob influência das organizações européias de saúde, entendia que o FSMS poderia sombrear ou ocupar seu lugar, e, ao inverso, o FSMS se propunha a ser uma articulação (embora com uma agenda política que ultrapassa o FSMS) que integre as agendas políticas das diferentes redes e movimentos. Esclarecida a situação e a natureza do FSMS, o Movimento Saúde dos Povos integrou e potencializou o FSMS, na África.

sociedade. Ali você encontra representantes de governos, parlamentares, ONGs, estudantes e cidadãos que resolveram passar ali uma tarde. Ele é amplamente democrático. Possibilitou um patamar de convivência democrática nestes dias para todas as pessoas. Isso força, acho que não se dá espontaneamente, para que os governos se coloquem mais abertos e mais permeáveis às diferentes opiniões. Tem palestrantes representando o governo que fazem palestras e manifestações, mas vão ouvir da platéia o que surgir. Isso faz com que partidos e parlamentares se misturem mais com esta diversidade que se tem na vida. Faz com que muitas pessoas que não têm ligação com uma ONG ou com alguma associação tenham contato com diferentes segmentos e grupos e consigam discutir sobre assuntos que no seu dia a dia nem chegam a ganhar importância e relevância. Isso nos trouxe um espaço realmente democrático, onde as pessoas estão lá porque estão a fim de ouvir, de falar, ou de comunicar e interagir de alguma forma para construir alternativas. Isso provoca mudança. As pessoas, por muito tempo, como vêm o assunto do FSM, dizem que se discute, mas que não se constrói algo de concreto. Mas, o discutir já é altamente positivo e motivador para posteriormente se pensar algo de concreto e os desdobramentos destes fóruns que tivemos terão muito mais efeitos no depois do que no momento (Entrevista 05).

A ação das ONGs no âmbito do Fórum transforma-o em um campo, no sentido bourdieusiano do conceito, onde os agentes sociais que nele se encontram, movidos por interesses diversos e até contrários, explicitam posições e buscam estabelecer acordos em torno de possíveis pontos de convergência<sup>109</sup> e incidência na mudança social. Ou seja, o Fórum é, por excelência, um campo de disputas, cujo território é ocupado por uma diversidade de atores que ali se concentram nos dias de sua realização, mas que em sua maior parte vivem geográfica e socialmente dispersos. Não obstante o meta-conceito de campo, explicitado no primeiro capítulo, e suas exigências analíticas, é importante (re)enfatizar neste ponto o foco analítico deste estudo, centrado em “capitais” e suas formas de expressão. A evidenciação mais exaustiva do FSM como campo exigiria esforço de pesquisa significativamente mais ousado. Da mesma forma, os limites analíticos em relação à teoria sociológica de Bourdieu que na presente dissertação igualmente devem ser ressaltados, pois o foco preciso deste estudo distancia seus resultados de uma “teoria das práticas sociais”, nos termos da fórmula contida em outro famoso livro do autor (Distinção), sob a qual são relacionadas as partes constitutivas das práticas sociais [(*habitus*) (capital)] + campo = práticas sociais (BOURDIEU, 1984, p. 101). O exame empírico do Fórum sob a

<sup>109</sup> O próprio Fórum é um exemplo de inovações metodológicas ao longo de suas edições. Especialmente, a partir da quinta edição o Comitê Internacional introduziu na metodologia de preparação e realização das atividades, um conceito denominado “aglutinação ou convergência de ações”, que consistiu em motivar as organizações e movimentos sociais a realizarem ações conjuntas em temas afins, estimuladas por um grupo facilitador. Ver Whitaker (2005) e IBASE (2003). Essa recomendação metodológica, que não era algo totalmente novo entre as organizações, encontrou boa receptividade entre elas, de tal forma que as três ONGs se abriram mais para a realização de ações em conjunto com outras organizações. Um exemplo disso foi a oficina sobre gênero (2005), promovida por um grupo de entidades entre as quais estavam as três estudadas, e da qual surgiu um grupo permanente de estudos sobre gênero denominado GT Gênero.

ambição analítica desta fórmula, por representar imenso desafio, ultrapassa os objetivos do presente estudo.

A proximidade física propiciada pelo evento se constitui em oportunidade de explicitação de múltiplos interesses dos agentes e seus esforços em materializá-los. Isso tornou-se possível devido ao Fórum possuir uma proposta política e metodológica aglutinadora e mais abrangente do que aquelas expressas nos projetos políticos das organizações sociais e partidárias, manifestando seu potencial congregador, quando sugere a existência de novos modos de vida social. Tal compreensão, assim como as práticas de convivência plurais e democráticas experimentadas no evento<sup>110</sup>, têm produzido impactos democratizantes no interior das organizações, especialmente no que se refere ao incremento de temas em suas agendas e o respeito à pluralidade de formas e projetos de organização social<sup>111</sup>.

Por outro lado, o evento evidenciou tensões, conflitos e contradições também existentes no interior das organizações sociais e de seus membros que se encontram envoltos nos processos sociais.

O que eu percebo é que se vive em um momento complicado e contraditório. Eu me lembro que quando o Fórum saiu de Porto Alegre as pessoas a ele ligadas escreviam em artigos de jornais que Porto Alegre iria perder a hotelaria, o que é uma visão mercantil. Eu compreendo que as pessoas defendam que o Fórum deveria continuar em Porto Alegre, mas não com argumentos deste tipo. Este deveria ser um dos últimos argumentos a ser usado por alguém que é realmente comprometido com o Fórum. Portanto, não é por causa de cartão postal, de rede hoteleira, mas é por causa de uma idéia, e conseguir isso é uma coisa fantástica. A gente não consegue em nossos sindicatos juntar tanta gente como ali. A gente não quer viver em um mundo em que o mercado seja o regulador que divide nossa vida. A gente quer mudar, a gente quer ter uma participação nisso. É claro que o Fórum vai estabelecer posições muito contraditórias. Muito provavelmente, o sujeito que está desesperado está enxergando o Fórum sair de Porto Alegre como uma perda para a cidade e para a esquerda. O Fórum estabeleceu relações concretas entre estados, governos e movimentos sociais. Aqui e ali é preciso negociar de outra maneira os recursos, começam a aparecer patrocínios. O Fórum sempre quis manter o seu espaço de autonomia. Bom, no mundo tudo se relaciona, a gente não tem uma relação única, mas com outros espaços, com os governantes do momento, com o Estado. Todo mundo é contra a polícia, mas ali precisa de segurança. As pessoas que participam do Fórum são pessoas humanas. Eu vivi experiências no Fórum que eu poderia viver num shopping. Vi gente querendo furar, querendo levar vantagem e passar a perna. Todos bem posicionados, de esquerda. Também tem o lado do espetáculo do individuo presente no Fórum. [...] Então, eu acho

<sup>110</sup> Os acampamentos da juventude, da Via Campesina, de grupos de nações indígenas e outros, além de serem uma alternativa de viabilizar hospedagem a baixo custo, também pretendiam ser uma oportunidade para os seus integrantes experimentarem novas formas de convívio social.

<sup>111</sup> No grupo focal os participantes destacaram, sem dissonância, que a maior riqueza do Fórum é o fato dele não defender um projeto único, mas impulsionar vários projetos e ações típicas da diversidade social contemporânea.

que ali fica uma questão de até onde se pode negociar e de que se pode abrir mão (Entrevista 03).

Entre os participantes do evento se explicitaram interesses convergentes e divergentes à medida que se encontravam e relações eram estabelecidas neste complexo campo. Interesses que, na ótica de membros das ONGs estudadas, inclusive eram contraditórios, às vezes, com a Carta de Princípios do FSM. Estranhamentos e tensões podiam ser percebidos desde as concepções políticas dos participantes até as preocupações de setores do comércio e do turismo, alguns dos quais mais preocupados em ampliar seu ingresso de renda do que em ajudar a promover ações que apontassem para um “outro mundo”. Tais contradições são inerentes ao Fórum, às organizações e às próprias pessoas. Ou seja, dentro das estruturas sociais e individuais convivem habitus e, também, interesses mais ou menos cristalizados que, em conformidade com Bourdieu seriam as disposições duráveis, que incidem e se manifestam nas práticas dos agentes sociais. O Fórum se constituiu em uma espécie de um “mercado de oportunidades”<sup>112</sup> em que cada um aproveitou o que lhe convinha, de acordo com seus princípios, sem a necessária sincronia com os princípios explicitados na gênese do evento.

Uma das razões relevantes justificadoras para os primeiros fóruns se realizarem em Porto Alegre foi porque os governos estadual e municipal apoiaram amplamente a iniciativa, além, é claro, da força das múltiplas organizações da sociedade civil. Obviamente, na seqüência, a seu modo, cada organização ou instituição também galgou certos espaços no evento para expressar suas ações e propostas políticas. Nesse contexto, os interesses diferentes dos partidos, dos governos e das organizações da sociedade civil geraram disputas por capital político cujas soluções tiveram que ser negociadas em cada momento<sup>113</sup>, em vista do andamento do conjunto do Fórum. Um entrevistado posiciona o Fórum em três momentos e explica melhor algumas das tensões em seu interior na medida em que algumas organizações quiseram atribuir-se o poder de “gerenciá-lo”:

<sup>112</sup> Não coincidentemente, é possível encontrar em Bourdieu o conceito de campo sendo também entendido como “mercado”, termos que o autor utiliza indistintamente em algumas de suas obras.

<sup>113</sup> No Fórum de 2005 o Comitê Executivo Brasileiro precisou ocupar-se intensamente com a solução de problemas relacionados à infra-estrutura do evento como, por exemplo, mediar a solução diante da ameaça de ocupação de uma área de domínio do poder público municipal por parte de um grupo indígena que estava no Fórum. Isso implicou em um novo aprendizado às organizações do evento (dentre elas, o CAMP) que estiveram mais diretamente encarregadas por tais demandas. Nas edições anteriores esses serviços eram integralmente assumidos pelo poder público local.

Eu acho que são três aspectos importantes. Especialmente o primeiro FSM saiu em Porto Alegre devido à simbologia, porque ali existia uma administração municipal que já estava há 12, 13 anos e tinha no Estado um governo com características de ser democrático e popular. Quem olhava o mundo enxergava o Rio Grande do Sul e Porto Alegre, compreendia este como um local importante do ponto de vista de políticas públicas, da gestão do Estado, da participação da sociedade civil como um ponto muito importante, uma espécie de “porto seguro”. Penso que o primeiro, bem como o segundo tiveram muito esta caracterização de serem viabilizados, inclusive financeiramente, pelo Estado e pela esperança que isso significava do ponto de vista de políticas públicas e da gestão do Estado. Evidente, acho que no primeiro e no segundo estávamos todos de lua de mel, as organizações, não estávamos sozinhos, estávamos em muita gente. O segundo momento foi o terceiro Fórum, que aconteceu em 2003, num contexto em que o governo do Estado do RS não estava mais com uma característica democrática e popular. Portanto, isso foi um contexto, um baque do ponto de vista geral. Nessa experiência se depositava muita esperança e o povo do RS fez outra opção. Então, eu acho que isso nos fez refletir num segundo momento. Uma coisa que, se for olhar do ponto de vista pedagógico, é uma dinâmica muito importante, que os governos são importantes, mas eles não são os temas estratégicos, porque se não o mundo cairia. Perdemos o governo do Estado, se for assim ver. Acho que isso foi uma característica de um segundo momento que eu percebo. Evidente que também neste segundo momento tem uma expectativa positiva diferente, que é o fato que o governo do Brasil começava a ser comandado por alguém que tem esta perspectiva, inclusive com a presença do Presidente no Fórum. Mas percebi que o debate era muito mais de como avançar para que a sociedade civil assumia mais para si a responsabilidade de tocar as questões. Acho que este fato de ter feito o quarto Fórum fora daqui e depois retornar para Porto Alegre, em 2005, caracteriza como o terceiro aspecto importante a se ressaltar: a impressão que eu tive parecia que o FSM passou a “ter dono”, com alguém que manda e alguém que obedece, o que é muito ruim. Esta era minha impressão antes de começar o Fórum, de que as grandes entidades tinham que cumprir o papel de ser o “ponto de referência” e de “organizar” e aglutinar aquele debate “desorganizado”, no sentido de muitas coisas acontecendo, nos passava a idéia de que iam literalmente buscar dar a linha política para o Fórum. Se alguém quiser comandar o Fórum, ele vai morrer. Eu acho que isso acabou não tendo muita força, assim como era o desenho anterior, no sentido de haver entidades que meio dessem a palavra final. Não que tem que ser algo anárquico, de não ter coordenação, tem que ter. Mas acho que estamos vivendo este período de alguém querer ser dono do Fórum e isso, na minha opinião, é um grande perigo e a gente pode daqui a pouco começar a pipocar e criar um fórum do B, do C, etc (Entrevista 07).

Essa disputa, política e ideológica, começou a se instalar no interior do Fórum desde sua primeira edição, mas atingiu maior intensidade na medida em que o Fórum referenciou-se como uma expressão dos movimentos de protesto e contestação contra a globalização corporativa, conforme discutido no segundo capítulo. No Brasil, encontrou no Partido dos Trabalhadores e em suas respectivas gestões municipal e estadual mais uma força impulsionadora para o desenvolvimento de suas ações. A postura de “fazer disputa deste espaço acaba prejudicando o Fórum e a sociedade civil” (Entrevista 08), na medida em que alguns aspiram apropriar-se do Fórum, utilizando-o em seu benefício. Tal posição foi adotada tanto por setores partidários quanto por movimentos sociais e ONGs, especialmente aquelas que dispõem de maior capital político, econômico, social e cultural que, com isso, alcançaram maior autonomia e,

conseqüentemente, amealharam maior poder de barganha nos centros de decisões políticas e de direção do Fórum, expressos no Conselho Internacional e no Comitê Executivo Brasileiro. Atualmente o evento já não tem mais a sua harmonia inicial e é expressão de disputas heterogêneas por espaços entre aqueles que dispõem de capitais acumulados em algum campo específico.

Outro entrevistado mencionou com pertinência que para se criar articulações nacionais e internacionais consistentes depende-se do financiamento das agências de cooperação internacional<sup>114</sup>. Algumas dessas, com freqüência são financiadas pelos governos dos respectivos países desenvolvidos, e através do financiamento reconvertem seu capital econômico em capital político de influência sobre as diretrizes das atividades financiadas. Caberia indagar até que ponto tais governos estariam interessados em cooperar com iniciativas para ajudar a construir um “outro projeto”, e se este, de fato, poderia se constituir como um projeto possível diante dessa dependência financeira. E as respostas dos últimos fóruns têm revelado que não seria possível, porque a maioria das agências e fundações prefere financiar intercâmbios a apoiar movimentos mais explicitamente políticos que almejam mudanças mais ambiciosas. Outro entrevistado referiu ainda que no passado as articulações internacionais da esquerda ocorreram graças à força dos movimentos populares operários, que possuíam capacidade financeira construída desde sua própria organização, e a partir de países de regime político socialista ou de social democracia mais radicalizada (Entrevista 04). Nessa perspectiva, conceber processos de articulação abrangentes sem ultrapassar as tradicionais formas de sustentação econômica e política, ainda mais se forem de caráter permanente, atualmente seria algo pouco sustentável, conforme reitera o mesmo entrevistado, na citação abaixo, onde explicitamente são enfatizadas as diferenças de capital (político e econômico, sobretudo) entre os agentes, em face de processos de apropriação anterior em outros campos onde uma pequena parte dos mais visíveis e poderosos agentes do Fórum participam. Desta forma,

---

<sup>114</sup> Coincidentemente, diversas agências de cooperação e fundações internacionais que aportaram recursos financeiros para a viabilização do Fórum são as mesmas que contribuem com o financiamento de um expressivo número de organizações que são atores estratégicos no Fórum, dentre elas, as que são objeto deste estudo. Todavia, por parte das três ONGs em nenhum momento ouviu-se reclames de possível tolhimento de sua autonomia de ação por parte das agências que as financiam. Isso, também, porque existe um leque amplo de agências, com perfis políticos e estratégias de cooperação e financiamento diferenciadas e até com perspectivas contrárias.

Então tem esse elemento que está no debate: se o Fórum deve ter alguma coisa além de uma articulação ou ser simplesmente uma articulação. Eu acho que tem um dilema ali, que a solução não é assim tão simples. Vamos transformar ou não vamos transformar ele em movimento? Mas tem um limite básico de sustentação desses processos e também de quem é quem nestes processos. Porque, na verdade, as figuras chaves nestes processos são as figuras constituídas pelas agências. Por que determinadas ONGs no Brasil são as ONGs que estão organizando e articulando o FSM? Porque são as ONGs que conseguem ter uma interlocução privilegiada com algumas agências. Então, não foram escolhidas ou votadas. As ONGs não representam, elas são parte da sociedade, são importantes, mas elas não representam a sociedade. Nós não representamos o conselho, nem os setores comunitários. A gente atua sobre estes espaços, temos opinião, mas não respondemos pelas pessoas. Só que tem gente que não pensa assim” (Entrevista 04).

Nas avaliações do CIDADE e do CEAP, que não integram formalmente as instâncias instituídas de organização do Fórum e podem assim proclamar maior autonomia da sociedade civil em relação às disputas pelo poder em seu interior, tanto a pauta quanto a condução do evento não passam ilesos às influências de governos, partidos políticos, mercados<sup>115</sup> e ONGs, portadores de expressivo capital político e econômico, e de organizações e grupos aliados que se beneficiam dessas posições, apesar da Carta de Princípios deixar claro e de seus organizadores pretenderem que ele seja uma iniciativa eminentemente da sociedade civil. Tal influência manifestou-se ainda mais na realização do Fórum Social Continental, realizado em Caracas, Venezuela (2006), sobretudo pela proximidade de ONGs e movimentos sociais com posturas políticas de alguns governos<sup>116</sup>, o que pode ser bom para viabilizar economicamente<sup>117</sup> o evento, mas limita sua autonomia política (Entrevista 11). Confirma-se assim uma “estrutura de disposições” que é, por sua vez, uma estrutura que aloca poder, assegurando aos que possuem

<sup>115</sup> No Fórum realizado em Nairóbi quase todos os produtos e serviços foram oferecidos por empresas e grupos do mercado local com forte incidência sobre a estrutura do Fórum. O grau de insatisfação decorrente dos preços abusivos que teriam sido praticados na venda de produtos, aliado à contestação política por parte de participantes do Fórum, resultou no saque de um dos restaurantes de uma rede internacional de alimentos que vendia seus produtos no Fórum.

<sup>116</sup> O Comitê Organizador precisou dispensar energias, tanto na relação com o governo quanto com um expressivo grupo de organizações e movimentos sociais que o defendiam, para mediar e minimizar os impactos da influência política e econômica do governo venezuelano sobre o Fórum, e evitar que houvesse associação direta de sua imagem com a imagem do governo local.

<sup>117</sup> O FSM de 2005, pela primeira vez, contou com expressivo volume de recursos públicos provindos do Governo Federal brasileiro. Em consequência, precisou evidenciar tal apoio em material de publicidade e propaganda, bem como garantir a presença de lideranças notáveis do Governo em alguns eventos representativos, como foi o caso de atividades relacionadas ao programa Fome Zero, à economia solidária e à saúde, entendidas como “marcas” características do governo Lula na efetivação das políticas públicas sociais. De passagem, saliente-se aqui como tais relações são claramente de poder, pois em janeiro de 2005, o Fome Zero não passava de uma expressão retórica, substituído que fora pelo Bolsa Família. Mas a força propagandística da expressão, particularmente em evento com tanta visibilidade externa, se impunha. De qualquer forma, a sustentabilidade econômica do Fórum e, por extensão, de muitas ONGs que dele participam, é um dilema presente em todas as edições e requer ser aprofundada para se garantir maior autonomia das formas de ação coletiva.

mais capitais incidirem mais fortemente sobre o Fórum, às vezes constituindo-se em quase “donos” do evento (Entrevista 07).

Sob o ponto de vista da inovação metodológica, percebe-se que as ONGs em estudo desenvolveram uma compreensão bastante similar na montagem das relações de campo, ou seja, que o processo do FSM se constrói na forma de um grande laboratório de experiências no qual co-existem práticas novas e velhas, inovadoras e conservadoras. A pluralidade e heterogeneidade de visões políticas dos atores sociais também se explicitam em uma diversidade de concepções e práticas metodológicas, e não há como aplicar “um receituário” metodológico único para trabalhar com sistemas complexos como o FSM. Um evento que reúne uma multidão de mais de 100 mil pessoas em um mesmo território por determinado período, como ocorreu em 2005, oportuniza uma série de atividades, tanto aquelas genericamente denominadas de “transformadoras” quanto aquelas entendidas por alguns como “equivocadas”, por moverem-se na lógica comercial para satisfazer interesses setoriais ou individuais que se sobrepõem aos interesses coletivos (Entrevista 17). Em boa medida, as ONGs assimilaram que é fundamental vivenciar as relações do propalado “mundo possível”, o que passa pelo estabelecimento de novas relações econômicas, sociais, políticas e culturais (Entrevista 17) no cotidiano das organizações, através do esforço contínuo para estabelecer coerência entre seus interesses e estratégias e as práticas sociais<sup>118</sup>. Portanto, o aprendizado é que tais relações somente acontecem mediante o respeito à heterogeneidade de concepções políticas, temáticas e organizativas, mas também refletem a disposição das pessoas para transformarem interiormente suas práticas culturais e as de suas organizações, marcadamente individualistas, superando posturas sectárias baseadas na defesa intransigente de interesses pessoais e setoriais que dificultam a realização de iniciativas mais abrangentes e coletivas (Entrevista 03), bem como na capacidade de conviver com concepções e posições diferentes e até contraditórias no interior das ONGs. Mudanças desse tipo historicamente foram lentas e não ocorrem apenas no nível do discurso, mas, sobretudo, no âmbito da ação humana que transforma estruturas individuais e sociais concomitantemente. Além disto, é igualmente necessário enfatizar que este campo recebe, notavelmente, o impacto da retórica política, do jargão ideológico e do peso, por vezes dogmático, das doutrinas, políticas ou

---

<sup>118</sup> Entre as lições e aprendizados destacados pelos entrevistados (Entrevistas 3, 4, 7, 11, 14) houve ênfase sobre a necessidade de incrementar o respeito à heterogeneidade de identidades e formas de expressão, além de reprovar práticas incongruentes com o “espírito” do Fórum em seu interior e nas ONGs, na compreensão de que as mudanças ocorrem a partir das ações das pessoas e de suas organizações.

não. Assim, há claramente, em seu desenvolvimento, o fortalecimento de uma *doxa* própria, singular e típica do campo analisado, nem sempre percebido pelos próprios agentes.

#### 4.2 QUALIFICAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DOS AGENTES

A indagação a ser analisada nesta seção é saber em que medida o Fórum Social Mundial oportunizou o aperfeiçoamento da produção de conhecimento nas ONGs, mas em uma relação de via dupla, onde também os agentes são igualmente capazes de “estruturar a estrutura”.

Com base na produção bibliográfica disponível e nas avaliações das ONGs, pode-se afirmar que o FSM *realmente* é um espaço privilegiado de produção de conhecimentos em diferentes ramos, mas especialmente quando são analisados temas próprios das ciências sociais. Nesse sentido, é concebido como um espaço de potencialização de práticas sociais que possibilita novos aprendizados, muitos desses cruciais contribuintes para a formação de capitais, pois o evento “amplia relações com experiências diferentes, conhecimentos e práticas distintas e a aprendizagem decorrente disso é que as pessoas que estão trabalhando acabam adquirindo e revertendo para a organização do Fórum e para a entidade” (Entrevista 01).

Gradativamente, com o passar das edições, observou-se que as organizações experimentaram diferentes fases no aperfeiçoamento institucional e do próprio Fórum. Em um primeiro momento, para as três ONGs, o conhecimento identificou-se com a admiração, o espanto, a curiosidade e a atitude de busca e compreensão das novidades, mas ainda sem viabilizar maior clareza sobre o que poderiam “levar e o que trazer” do Fórum para aperfeiçoar suas práticas sociais.

Um segundo momento logo se explicitou, especialmente na trajetória do CIDADE e do CEAP, pois o CAMP já havia entrado de forma mais proativa desde a primeira edição, com a auto-crítica de que poderiam e deveriam adentrar no Fórum de modo “mais ativo e participativo” (Entrevista 07), identificando nichos mais adequados para inserir-se naquele processo em andamento, do qual já não havia mais como permanecer ausente, pelo tamanho e o significado do evento em curso. A ausência e o distanciamento, aliás, poderia ser dramaticamente desastrosa para os agentes analisados. Seus capitais políticos sofreriam processo de fortíssima erosão, com conseqüências imprevisíveis. Ou seja, se tais agentes apostassem, por hipótese, pela postura mais desinteressada, haveria um alto risco de perda de seu capital antes acumulado, pois o evento abriu

um campo riquíssimo de produção de novos capitais, especialmente o capital político. Não havia, portanto, uma opção alternativa, e as três entidades, vencida a primeira fase, procuraram imergir no espaço aberto. Tratava-se, todavia, de um evento com múltiplas oportunidades cujos contornos e espaços não estavam ainda claramente definidos, mas requeriam ser ocupados e construídos na relação com as demais organizações e com o evento como tal, mediante estratégias que precisavam ser arquitetadas pelos atores envolvidos. Com base nessa leitura, as ONGs ofereceram oficinas temáticas em áreas estreitamente relacionadas à sua atuação e sobre as quais já detinham razoável domínio do conhecimento, suplantando as atitudes iniciais de curiosidade e timidez pela postura criativa e propositiva. Isso implicou que elas introduzissem e aperfeiçoassem dinâmicas internas de preparação e produção de conhecimento, o que caracterizou uma terceira fase.

Este terceiro momento aconteceu especialmente a partir do quinto Fórum, quando as ONGs, por caminhos diferentes, inauguraram uma etapa mais proativa de “inserção epistemológica”<sup>119</sup> no evento, mediante a qualificação de suas intervenções nos diferentes momentos e espaços do evento. Aumentaram expressivamente a sua participação como painelistas, conferencistas, debatedores, expositores de experiências e propositores de atividades específicas ou em múltiplos temas, já evidenciando, na linguagem conceitual de Bourdieu, não apenas a captura de mais capital político, mas também processos de reconversão de outras formas de capital. Pois, ampliaram as suas articulações políticas e as incidências específicas no FSM, inclusive assumindo a coordenação de atividades complexas como as da Escola de Cidadania, do Fórum Social Mundial da Saúde e da Associação Casa da Economia Popular Solidária. Tudo isso resultou em um salto de qualidade<sup>120</sup> em sua produção e elaboração técnico-científica<sup>121</sup>. Nas três

---

<sup>119</sup> Para Souza Santos (2005), o FSM levou a cabo uma operação epistemológica que ele designa de “sociologia das ausências” e “sociologia das emergências”, cujos pressupostos podem ser entendidos como alternativos ou contra-hegemônicos àqueles das ciências sociais hegemônicas, pela sua capacidade de tornar convencíveis as experiências sociais emergentes no Fórum. A sociologia das ausências, segundo o autor, ajuda a “transformar objectos impossíveis em possíveis, objectos ausentes em presentes”, enquanto a sociologia das emergências possibilitaria “identificar e ampliar os sinais de possíveis experiências futuras, sinais inscritos em tendências e lactências que são activamente ignorados” (pela epistemologia da racionalidade hegemônica).

<sup>120</sup> Bebbington (2002), analisa “a relação problemática entre o Norte e o Sul na produção de conhecimentos sobre as ONGs e seu impacto social” e constata que o problema principal não se localiza precisamente nessa polarização, mas antes, na baixa qualidade dos conhecimentos produzidos pelas ONGs na América Latina, as quais continuam com sua atividade intelectual vulnerável às idéias e relações de poder que fluem da relação com a cooperação internacional, à qual interessam determinados tipos de conhecimentos em detrimento de outros.

<sup>121</sup> Desde a primeira edição do FSM o CIDADE e o CEAP expuseram seus materiais em estandes coletivas com outras entidades e o CAMP manteve estande própria, inclusive com apresentação de um vídeo de cada edição

ONGs percebe-se um expressivo crescimento quantitativo e qualitativo<sup>122</sup> da produção de materiais didático-pedagógicos, desde folhetos populares e boletins impressos e eletrônicos até a sistematização de práticas sociais e a produção de publicações científicas sobre participação popular e Orçamento Participativo (no CIDADE), políticas públicas e o direito humano à saúde (no CEAP), desenvolvimento e economia solidária (no CAMP), entre outras<sup>123</sup>.

É analiticamente problemático dissociar a relação entre a intervenção política das organizações no Fórum e seu aprofundamento epistemológico, porque uma depende da outra, ao mesmo tempo em que força um inevitável aprimoramento<sup>124</sup>. Pode-se observar, por exemplo, no caso do CEAP, que, ao ocupar seu espaço no tema da saúde, as novas relações com as entidades e movimentos de caráter nacional e internacional propiciaram um alargamento de seus contatos e parcerias, caracterizando uma contribuição recíproca e a ampliação de suas relações no Fórum (Entrevista 09) em torno desse tema que é mais ou menos universalmente relevante. Junto com o aperfeiçoamento institucional ocorreu também a qualificação acadêmica e profissional dos membros da entidade<sup>125</sup>, pelo grau de exigência e domínio de conhecimentos técnicos e políticos requerido daqueles que estão na execução das atividades resultando, por extensão, no aperfeiçoamento do próprio Fórum Social Mundial de Saúde e das atividades dele decorrentes.

---

do Fórum. As duas primeiras organizações aproveitaram momentos do Fórum para lançar livros sobre o Orçamento Participativo e sobre o direito humano à saúde.

<sup>122</sup> Teixeira (2002) constata que quanto mais as ONGs vocacionam seu trabalho para alguma área específica, mais qualificadas e especializadas elas precisam tornar-se para responder às novas exigências dos campos específicos. Ao mesmo tempo, para a autora, elas tendem a ampliar seu reconhecimento pelo governo e pelos organismos de cooperação internacional. Essa tese se confirma na ação do CEAP e do CIDADE, que aumentaram seu status na relação com os financiadores e com as organizações e movimentos com os quais trabalham.

<sup>123</sup> As três ONGs aproveitaram e criaram oportunidades no Fórum, especialmente nas edições de 2003 e 2005, para fazer o lançamento de suas publicações bibliográficas e audiovisuais. Entre as publicações do CAMP destacam-se os *Cadernos de Debates*, *Reinventando a Utopia*, *Economia Solidária*, *Educação Popular em Busca de Alternativas*, *Desenvolvimento Regional Alternativo* um vídeo sobre cada edição do Fórum Social Mundial.

<sup>124</sup> Landin (1993) constata que com a profissionalização crescente das pessoas vinculadas às ONGs o que antes era serviço militante e voluntário, gradualmente passou a ser realizado como profissão. Segundo Alvarez (1999), isso traz novas dificuldades às ONGs porque elas precisam conciliar sua face técnico-profissional com a face mais histórica de organização e mobilização social, já que foi para isso que surgiram. Na mesma linha, Teixeira (2002), acentua a necessidade das ONGs empreenderem esforços no sentido de manter o caráter de mobilização social a fim de que a “inteligência” por elas produzida seja resultado de interesses sociais mais amplos e não apenas de seus financiadores.

<sup>125</sup> Em 2001 o CEAP contava com 1 mestre em sua equipe e hoje conta com 3 mestres, 2 mestrandos e 2 especialistas; o CIDADE tinha 1 mestre e hoje conta com 1 mestre, 2 mestrandas e 1 doutoranda; o CAMP contava com 2 mestres, mas neste caso o quadro continua o mesmo. Embora escape aos objetivos deste estudo, comparando-se o número de membros contratados ou bolsistas nas três organizações (CIDADE 9, CEAP 9 e CAMP 18), é reveladora a despreocupação (pelo menos aparente) do CAMP em aprimorar-se de “capital acadêmico” que ultrapasse algum curso superior. Talvez seja uma evidência de uma “estrutura de capitais” na qual sobressai o capital político (de fonte partidária, especialmente), o que reduziria, em sua estratégia, a necessidade de acúmulo de outras formas de capital.

Algo idêntico ocorreu com o CIDADE e seus membros, os quais participaram em mesas de debates no Fórum, mas também em atividades em diversos países para tratar do tema da participação popular. Isso requereu uma exigente e contínua atualização e sistematização dos conhecimentos sobre o tema da democracia participativa e suas diversas facetas (Entrevista 13), ao mesmo tempo em que enriqueceu as atividades no Fórum com novas concepções e análises. Além do mais, o evento não se pretende apenas como um espaço de discussão, mas também de convivência democrática que congrega os diferentes atores sociais em atividades como sujeitos participantes da produção de “novas epistemologias”, que em meio às divergências e contradições, contribuam para o avanço de formas de gestão democráticas.

Por sua vez, na relação com o Fórum, o CAMP deu-se conta da diversidade de temas implicados na transformação social. Até então a organização tinha uma trajetória mais centrada nos temas econômicos, no sentido das relações entre capital e trabalho (Entrevista 16), e percebeu que poderia qualificar-se diante das contínuas mudanças no tocante aos diversos temas nos quais a entidade está envolvida, buscando

[...] aprender com outros grupos, porque a gente tinha uma visão talvez um pouco limitada da intervenção, por exemplo, sobre o movimento popular de base. O FSM possui uma série de outros grupos, mesmo setores da classe média como os ambientalistas, a questão de direitos sexuais, de gênero, que no CAMP isso foi o que a gente aproveitou mais, de aprender mais dos diferentes grupos e movimentos que não são movimentos ideológicos ou partidários, que têm interesse em uma luta específica, mas que podem ir se agregando em uma luta maior de construir uma sociedade diferente. Acho que a gente teve esta contribuição de ampliação das temáticas de trabalho. [...] A contribuição que o FSM trouxe para o CAMP foi a ampliação dos princípios de uma sociedade, de um projeto de utopia de sociedade e a abertura para outros projetos que a gente vai trabalhar. Eu acho que o aprendizado é a capacidade de estar atento aos sinais e aberto a coisas novas que não se sabe onde vão dar, mas que se precisa construir, aos poucos, porque não tem uma receita única” (Entrevista 15).

Nesse caso, ocorreu a ampliação da compreensão da organização em relação a um conjunto de temas que até então seus membros não tinham incorporado como relevantes em seu trabalho. A afirmação a seguir esclarece melhor em que dimensão o aprendizado e a produção do conhecimento são entendidos na ONG:

Eu acho que o Fórum contribui para a compreensão de que existem atores enquanto organizações sociais que pela sua dimensão e sua ação estratégica acabam tendo um impacto maior que outros num processo de transformação e mudança no público que articulam. Isso existe e não dá para deixar de reconhecer. Por outro lado, o FSM tem colocado que esta diferença se dá muito mais pelo tamanho e pelo poder de influência do

que pela simples importância de classificação política *a priori*. O que eu quero dizer com isso? Eu acho que o Fórum desafia, provoca e abre possibilidades de enxergarmos que a diversidade é importante e que uma pequena organização ou articulação é tão importante num processo mais de médio e longo prazo do que uma grande. Portanto, não existe, *a priori*, o bom, o melhor, e o que tem menos importância ou menos legitimidade de entrar no processo. Por outro lado, os debates permitem perceber o que tem mesmo de compreensão política neste segmento de ação. Acho que isso tem sido uma contribuição com o CAMP de poder observar, conhecer, reconhecer, aprimorar o conhecimento em relação com várias organizações e que, portanto, nos desafia a ter uma abertura e um diálogo com todos e de nos predispor a construir juntos com todos [...] (Entrevista 17).

Um elemento que há em comum entre as três ONGs é a compreensão de que o Fórum reforçou a existência de múltiplas formas epistemológicas<sup>126</sup> a partir da riqueza das concepções e modelos organizativos de seus participantes, bem como trouxe ao interior das organizações uma vitalidade capaz de animar, revigorar e dinamizar seus processos internos de tal forma que,

[...] as pessoas que participam do Fórum voltam para suas entidades e dizem que existem muitas coisas que precisamos fazer e que dá para fazer, e fazer de uma forma diferente e melhor daquela que se vinha fazendo; e que, o que a gente vinha fazendo e a forma como se vem fazendo valem a pena, porque as pessoas acham interessante. Eu acho que esta mútua alimentação no cotidiano é fundamental porque nos anima e articula nos processos mais amplos. Isso, do ponto de vista simbólico, em geral, para a sociedade acontece, ou seja, o grande ponto que o FSM indica para a sociedade é que o pensamento único não é tão único assim. Parece-me que este elemento posto, apesar de que os meios de comunicação não divulguem quando o FSM é fora do país, mas é uma questão fundamental as pessoas se darem conta que o que se diz que é pensamento único, não é tão único assim, porque as pessoas e organizações, embora tenham dificuldades para construir proposições importantes, deflagram um movimento de crítica àquilo que alguns querem caracterizar como pensamento único (Entrevista 19.4)<sup>127</sup>.

Outro elemento a ser considerado é que o evento ajudou a despertar e/ou ampliar ações ainda embrionárias ou já existentes no interior das organizações, como, por exemplo, a importância de se incrementar a pesquisa empírica<sup>128</sup> nas áreas de atuação que comumente eram

<sup>126</sup> Souza Santos (2005) menciona que o Fórum introduziu o que se poderia chamar de “epistemologia do Sul”, que ajuda a dar visibilidade e ressonância a formas de conhecimento forjadas a partir de organizações e movimentos que foram econômica, social, política e culturalmente subjugados pelos modelos hegemônicos. Zemelman (2005) entende que no continente latino-americano, marcado pelo domínio do capitalismo neoliberal, se faz necessário avançar na busca de alternativas que ajudem a superar o discurso hegemônico dominante. Para isso, as ciências sociais teriam uma responsabilidade ético-político no sentido de contribuir com a produção de um conhecimento que dê suporte para decisões políticas. Conseqüentemente, os problemas relacionados à pobreza, à paz, à governabilidade e outros, receberiam, por sua vez, o tratamento a partir de decisões políticas influenciadas por uma visão de “conhecimento social”.

<sup>127</sup> A entrevista 19 é resultante de um grupo focal do qual participaram duas pessoas de cada ONG objeto deste estudo. Para distinguir as falas das diferentes pessoas ao longo deste texto adotou-se o número 19 seguido de um ponto e um número que distingue as pessoas entrevistadas (por exemplo, 19.4).

<sup>128</sup> A partir de 2000, o CIDADE, praticamente em cada ano realizou pesquisas para subsidiar a compreensão das mudanças ocasionadas em torno dos processos de participação popular e do Orçamento Participativo, cujos

trabalhadas precisamente sob uma perspectiva política e organizativa, especialmente pelo CAMP e o CEAP, porque o CIDADE já possuía maior experiência em pesquisa de campo. Isso ajudou a dar consistência e cientificidade ao trabalho das organizações, ampliando as possibilidades de compreender e interpretar os fenômenos sociais e desenvolver ações e críticas que ultrapassem aquelas que comumente já observavam e reconheciam com base no senso comum no campo da organização social (Entrevista 19.3). Em outra avaliação, “uma das inovações, não só para as ONGs, mas para o público em geral que participou dos fóruns, é a inovação política, é esta abertura e capacidade de habituar as pessoas a lutar” (Entrevista 19.4), o que, por extensão, evidenciou a importância das ONGs trabalharem a inter-relação entre a epistemologia e a eficácia política na ação social.

O Fórum desvelou a amplitude dos atores sociais e das teias nas quais estão entrelaçados<sup>129</sup> e sobre as quais exercem ação estruturante como produtores de processos sociais e de novos conhecimentos. Entre as ONGs analisadas há clara compreensão que o conhecimento tem uma “função social” e que a produção de conhecimento e a capacidade de articulação política são fatores que interagem concomitantemente ao longo de sua organização institucional e atuação profissional, contribuindo para o fortalecimento de sua visibilidade e expansão enquanto atores empenhados em mudanças sociais. Trata-se de uma apropriação e expressão de capital cultural e político que o Fórum aporta às ONGs e a seus membros, ao mesmo tempo em que esses aperfeiçoam as ações do Fórum a partir de suas ações.

#### 4.3 AS ONGS E AS AÇÕES EM REDES

As ações em redes são uma das características da sociedade civil contemporânea, introduzidas nos processos de ação coletiva a partir da década de 1990 e amplamente analisadas

---

resultados foram apresentados em seminários e conferências nacionais e internacionais. No mesmo período o CEAP realizou uma pesquisa sobre a representação das organizações sociais em conselhos de saúde e a efetividade destes, além de ter uma pesquisa em andamento sobre a intervenção dos conselhos de saúde no Programa Saúde da Família, do Governo Federal. O CAMP realizou pesquisa/ação com membros de empreendimentos de economia solidária. Antes de 2001, no CEAP e no CAMP, a pesquisa empírica não era considerada como instrumento importante para o desenvolvimento da educação popular, geralmente centrada nos aspectos formativos e organizativos.

<sup>129</sup> O desafio posto, segundo os participantes do grupo focal, é de identificar devidamente esses novos grupos e movimentos sociais e suas diversas expressões de lutas como as das mulheres, dos grupos étnico-raciais, dos grupos que buscam afirmação identitária, dos que buscam trabalho e outros, para realizar trabalhos adequados de acordo com suas realidades específicas.

por diferentes autores<sup>130</sup>. Representam não apenas novas formas de ação coletiva, mas até mesmo de interação humana, fortemente estimuladas pela notável expansão e o contínuo aperfeiçoamento dos novos meios de comunicação centrados na internet. O ciclo de reuniões da Organização das Nações Unidas, que teve um momento forte na Conferência Rio 1992, ajudou para aglutinar redes e expandir o termo ONG (TEIXEIRA, 2002). Mais tarde, o Fórum Social Mundial constituiu-se em uma oportunidade proeminente de fomentar e praticar tais ações<sup>131</sup>. Pois, segundo Whitaker (2005, p. 98), em avaliação um tanto otimista, o FSM “funciona segundo uma lógica de rede: está a serviço das organizações que dele participam e não em competição com elas”. Seu objetivo é estimular o surgimento de um número cada vez maior de organizações sociais, para que se articulem em redes e se mobilizem na resistência contra-hegemônica<sup>132</sup> ao capitalismo e na proposição de alternativas concretas de superação desse modelo econômico, segundo o que sugere a sua Carta de Princípios.

No contexto de globalização das novas relações, diversos movimentos sociais e as ONGs ora estudadas defendem a importância de se constituírem articulações sólidas para enfrentar internacionalmente as causas e os efeitos da globalização econômica. Para isso, “o primeiro passo é perceber que a gente não está sozinho neste mundo” (Entrevista 04). Ou seja, é insuficiente atuar apenas localmente para encontrar alternativas aos problemas com dimensões

<sup>130</sup> Nos últimos anos surgiu uma vasta bibliografia que analisa os processos de ação coletiva e suas interconexões em redes, fundamentada em diferentes matrizes teóricas e seus conseqüentes desdobramentos político-metodológicos, os quais não serão aqui analisados, mas que de alguma forma fundamentam as ações em redes impulsionadas e/ou fortalecidas pelo Fórum. Ver, entre outros, SCHERER; WARREN, 1996, 2002; CASTELS, 2005; VIEIRA, 2001; GOHN, 2004; SADER, 1995; WALLERSTEIN, 2005; MELUCCI, 2001; AMIN, 2006; BORON, 2004; SOUZA SANTOS, 2002, 2005; CECEÑA, 2005 e AGUITON, 2002.

<sup>131</sup> O conceito de rede aqui utilizado é aquele definido por Whitaker (2005, p. 99) para explicar a lógica de rede no FSM: “Há uma palavra que está no coração da nova cultura de ação coletiva: a ‘rede’. Uma idéia-chave pode definir o que é uma rede: diferentemente de uma organização tradicional, ninguém pode falar em nome de uma rede. É uma estrutura horizontal cujos membros compartilham um objetivo ou uma carta de valores. Como numa rede não existe um centro de poder, não é a organização que define a ação de seus membros, mas a iniciativa dos seus membros que constitui a ação da rede. Nesse sentido, o Fórum Social Mundial é uma rede de redes. Nessa, a informação não está concentrada em um computador central, ao qual todos estão conectados. Ela está distribuída no conjunto de memórias dos computadores e na inteligência dos seus utilizadores, que se comunicam entre si livremente. Não é por acaso que a explosão da internet e a emergência dessa nova maneira de se organizar são simultâneas. Elas resultam da mesma lógica. A internet é o instrumento por excelência da mundialização da cidadania”.

<sup>132</sup> O Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) publicou duas obras denominadas *Nova hegemonia mundial* (BORON, 2004) e *Hegemonias e emancipações no Século XXI* (CECEÑA, 2005), que reúnem textos de 18 cientistas sociais da América Latina com múltiplos enfoques sobre as hegemonias, as contra-hegemonias e o potencial de produção de alternativas de mudanças a partir das organizações e movimentos sociais que têm no Fórum Social Mundial um lugar de expressão de suas emancipações. Amin (2006), por exemplo, oferece uma abrangente análise mostrando que a mundialização não é um fenômeno novo na história da humanidade, que abrange todas as regiões do mundo e que traz implícitos diferentes projetos societários dos povos.

planetárias. As experiências locais são importantes, mas necessariamente precisam de ligações e vínculos mais gerais para incidir significativamente em cadeia sobre as causas de tais problemas (Idem 04). Criou-se a consciência de que “a minha entidade ou o meu grupo não transformam sozinhos o mundo, mas que as mudanças devem ser para toda a humanidade e que passam por processos mais amplos, mais mundiais, contemplando a riqueza da diversidade” (Entrevista 19.5). O FSM reúne uma diversidade de atores que vivem problemas semelhantes e, com frequência, buscam soluções em redes para solucioná-los. “Ao mesmo tempo em que a complexidade do mundo causa paradoxos, também, cremos que a humanidade tem condições de buscar soluções capazes de serem compartilhadas com todos os povos, comunidades e organizações” (Entrevista 19.1).

Cabe observar em que medida as iniciativas potencializadas pelo Fórum assumiram dimensões de redes para as ONGs e propiciaram o estabelecimento de dinâmicas próprias de articulação de suas ações. O CIDADE, como já foi mencionado, inseriu-se no Fórum impulsionado pelo seu forte envolvimento com o tema da democracia participativa. Desde antes do Fórum já estabelecera relações com organizações e instituições que estudavam e/ou implementavam iniciativas semelhantes na área da gestão democrática e participativa em seus estados ou países<sup>133</sup>. Com o Fórum, tais relações se fortaleceram e outras foram iniciadas, de tal forma que algumas permaneceram no nível da relação de intercâmbio e trocas em ações temáticas e pontuais<sup>134</sup>, enquanto outras se consolidaram como articulações em redes permanentes, como o Fórum Nacional de Reforma Urbana, o Fórum Brasil do Orçamento, o Fórum Nacional de Participação Popular e a Escola de Cidadania: Democracia Participativa e Experiências de Orçamento Participativo<sup>135</sup>. Essas redes concebem a participação como um poder compartilhado, exercido na co-responsabilidade e no respeito à autonomia das organizações. Contudo, há autores

---

<sup>133</sup> Conforme ocorreu na sua relação com municípios e estados do Centro Oeste e Nordeste do Brasil, e, no exterior, em países como Espanha, Uruguai, Canadá, Chile, Bolívia, Peru e outros.

<sup>134</sup> No FSM de 2005 a organização realizou a oficina “Intercâmbio em economia solidária Montreal – Porto Alegre”, oportunidade em que também recebeu um grupo de jovens líderes canadenses e oportunizou intercâmbios destes com experiências de economia solidária na região metropolitana, mas não se consolidou alguma articulação mais permanente. Nos últimos anos a entidade também tem participado da Rede Urbal, do *International Budget Project*, do grupo Iniciativa de Desenvolvimento Local e das atividades do *LogoLink – Learning Initiative on Citizen Participation and Local Governance*, um grupo de aprendizagem sobre participação cidadã e governança local (cujo encontro em Porto Alegre, em 2004, em parceria com o CIDADE, reuniu cerca de 40 participantes vindos de 18 países), coordenado pelo Institute of Development Studies (IDS), da Universidade de Sussex (Reino Unido), que promove seminários internacionais sobre o tema referido.

<sup>135</sup> Nos anos subseqüentes o CIDADE assessorou o surgimento de diversas escolas de cidadania na região metropolitana de Porto Alegre.

como Avritzer (2002) e Dagnino (2002), que mostram que a partilha do poder, no caso dos participantes do OP, ainda ocorre centrada nos recursos materiais e não atinge o nível dos recursos estruturais e universais. Indubitavelmente, as redes<sup>136</sup> ajudaram a projetar o Orçamento Participativo e o CIDADE em esferas nacionais e internacionais e justificam sua continuidade pela pertinência e relevância do objeto de sua constituição. Mesmo assim, a organização tem sido cautelosa em relação à sua integração em novas redes, devido à limitação de recursos financeiros e humanos, mas também pelo caráter temporário e conjuntural de muitas redes. Tal transitoriedade ocorre até mesmo no Fórum, que é carregado de redes no momento de sua realização, mas que depois diminuem sua consistência e diversas não se firmam como redes permanentes.

Então, até o momento do Fórum é aquele momento fortíssimo de troca, ainda que existam aqueles que dizem que lá nada se produz. Eu acho que se produz, mas não são coisas palpáveis que tu vai dizer, oh, surgiu este espaço que a partir do Fórum se fortaleceu e está dado. Não, ele não está dado. O Fórum não viabiliza nada. Há que se continuar muito fortemente senão as coisas não andam. Por exemplo, a Escola de Cidadania surgiu dali, mas a gente vem durante este tempo trabalhando na escola. Agora no mês passado estivemos no Uruguai, a gente fez um novo curso, mas tem que ter muito trabalho do dia a dia, não é só pela força do Fórum que vai [...]. Eu acho que se produz, se possibilita esses canais de trocar e criar outros espaços que podem ter continuidade, mas muitas vezes há fragilidade das ONGs que não conseguem dar continuidade (Entrevista 02).

O CEAP adentrou no FSM com uma experiência relativamente recente de atuação em redes adquirida através da assessoria ao Fórum Sul da Saúde, aos fóruns estaduais de saúde dos três estados do Sul, ao Fórum Regional e ao Fórum Municipal de Saúde, a participação na Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, além de breve assessoria a um fórum municipal de desenvolvimento sustentável e solidário<sup>137</sup>. E foi através de sua atuação no Fórum Sul da Saúde que ele integrou o processo preparatório e, logo a seguir, assumiu a secretaria executiva do Fórum Social Mundial da Saúde, em 2005, uma

<sup>136</sup> A referência do trabalho em rede alcançou relevância no interior da entidade de tal forma que em 2004 ela contou com ajuda de uma fundação internacional para realizar um projeto denominado “Cidadania em Rede”, com atividades basicamente relacionadas à participação popular. E em 2005 a organização realizou um seminário “Gestão democrática das cidades – metodologias de participação, redes e movimentos sociais”, com objetivo de sistematizar metodologias, práticas sociais e governamentais orientadas para a gestão participativa.

<sup>137</sup> O CEAP fez uma opção de participar de redes que interagem diretamente com seus dois programas de trabalho, a saber, o Programa de Políticas Públicas de Saúde e o Programa de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, o que resultou em uma participação tematicamente enfocada, além de participar do Fórum Sul da ABONG, que é um espaço de articulação institucional das ONGs.

estrutura que funciona eminentemente em forma de rede. A partir daí intensificou sua participação nas redes referidas, em seus diversos níveis, mas sempre sob o enfoque específico da garantia da realização do direito humano à saúde. É notório que entre os fatores determinantes para a ampliação do capital político e o conseqüente reconhecimento político nos âmbitos nacional e internacional do CEAP, encontra-se a estratégia institucional de participação e incidência nas redes de organizações que atuam no campo da saúde. É por isso que um de seus membros afirma que “a ação em redes no Fórum e no último período tem um papel fundamental e contribui para a qualificação das ações das ONGs” (Entrevista 19.2). Tal posição recebeu respaldo maior no caso específico do tema da saúde devido à sua relevância nacional e internacional e pela quantidade de organizações envolvidas no trabalho diretamente relacionado às demandas da saúde.

O CAMP, há vários anos, atua como um ator<sup>138</sup> ao lado de múltiplas organizações e movimentos sociais e participa de uma diversidade de redes<sup>139</sup>, igualmente informado por uma diversidade de temas, com ênfase no desenvolvimento alternativo e na economia solidária. Ante tais credenciais, posicionou-se como um ator social no Fórum, e em estreita relação com espaços de articulações institucionais. Desse conjunto de ações e atores com os quais a organização mais se ocupou pode-se destacar os fóruns regionais, estadual e nacional de economia solidária, que

---

<sup>138</sup> Enquanto o CIDADE e o CEAP se autodefinem como organizações de apoio e assessoria aos movimentos e organizações sociais para que sejam os protagonistas dos processos de mudança social, o CAMP entende que a discussão hamletiana sobre ser ou não ser ator, ter propostas ou permanecer na retaguarda dos movimentos sociais é uma discussão internamente resolvida. “Hoje isso é superado no CAMP, nós somos uma entidade que tem uma opinião, que apóia os movimentos populares, mas que tem uma opinião, por exemplo, sobre a economia solidária” (Entrevista 15). Inclusive, “no nosso último Plano Trienal o CAMP quer ter autonomia de propor coisas no sentido de ‘não só carregar o piano e sim tocar o piano’” (Entrevista 13), tendo uma participação mais relevante no debate político sobre a execução e a consolidação do Fórum e não só em algumas oficinas localizadas (Entrevista 18).

<sup>139</sup> Entre as redes das quais o CAMP participa atualmente pode-se destacar os fóruns municipal, regional, estadual e nacional de economia solidária, os fóruns municipal e estadual Lixo e Cidadania, os conselhos municipal e estadual de segurança alimentar e nutricional (CONSEA), o Comitê de Monitoramento e Implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada (COMIDhA), o Processo de Articulação e Diálogo (PAD Sul), o Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL), o Fórum Sul da ABONG e a Rede de Educação Popular e Desenvolvimento Local (REPOL). Todavia, para além da participação nas redes de economia solidária e do Fórum Sul da ABONG, é um tanto difícil de identificar incidências qualitativas específicas que potencializem reciprocamente as organizações, dado que a participação do CAMP em atividades no Fórum e também em sua continuidade é um tanto pulverizada e “cada educador, assessor estava voltado para uma ou outra atividade, dependendo do público com o qual estava lidando” (Entrevista 14), resultando na dificuldade para a ONG sistematizar e potencializar os aprendizados em cada tema e em cada rede da qual participa, conforme corrobora a afirmação que segue: “Nós mesmos do CAMP, a gente discute, nós participávamos de vinte e tantas redes, a gente discutiu internamente para priorizar algumas redes, pois não tem como acompanhar [todas] de forma qualificada. [...] O Fórum abriu horizontes, mas há necessidade de afunilar processos” (Entrevista 16).

tiveram seu nascedouro impulsionado pelo FSM e já no evento de 2005 se fizeram presentes através da prestação de serviços, venda de produtos e várias atividades de estudo e debate sobre essa recente forma de organização econômica e social. Inclusive, as atividades propostas e executadas pelas redes de economia solidária tiveram um crescimento quantitativo e qualitativo expressivo entre o terceiro e o quinto Fórum<sup>140</sup>, o que expressa a ampliação de capital político de seus atores, alguns assessorados pelo CAMP em seu desenvolvimento. Todavia, a participação da organização na coordenação da rede Fórum Sul da ABONG e, através dela, no Comitê Brasileiro do FSM, possibilitou-lhe maiores oportunidades para interagir com outros atores no Fórum e em atividades posteriores.

Por vias diferentes, as ONGs estudadas entendem que a organização na lógica de redes contribuiu para que elas ampliassem seu capital político e atingissem outros patamares de atuação e reconhecimento social. No entanto, foi recorrente entre os participantes das três organizações no grupo focal o debate sobre o formato e potencialidades das redes que, pela sua natureza são mais abertas e horizontais em seu funcionamento, diferente daquele dos movimentos sociais que geralmente têm coordenações mais centralizadas e pautas precisamente definidas. Constatou-se um dilema, que consiste em como fazer das ações em redes espaços de expressão de maior diversidade social e de ações articuladas que poderiam ser impulsionadas de modo mais crítico e propositivo pelo Fórum (Entrevista 19.2). Nesse sentido, o formato aberto e flexível do evento facilitou para ampliar articulações. Mesmo assim, permanece um risco das redes perderem seu potencial de abrangência correspondente às suas bases sociais e gastarem seu tempo em redes virtuais, que podem resultar em tímidos impactos na organização e mudança social<sup>141</sup> (Entrevistas 19.1 e 19.4) por moverem-se na lógica mais simples da mera auto-reprodução. Decorrente disso observa-se a facilidade com que se criam e também desaparecem muitas redes, evidenciando que

---

<sup>140</sup> Conferir o box no final da seção 2.2.3 no capítulo anterior, p. 109.

<sup>141</sup> A posição de Castells em relação às redes parece ser um bom exemplo para evidenciar esse risco ao qual elas estão submetidas, ainda que ele mesmo parece ter se tornado vítima de tais concepções. Ele localiza dois agentes potenciais de mudanças: os ‘profetas’ e as “redes de mudança social”, que consistem “em uma forma de organização e intervenção descentralizada e integrada em rede, característica dos novos movimentos sociais, refletindo a lógica de dominação da formação de redes na sociedade informacional e reagindo a ela. [...] São nesses recônditos da sociedade, seja em redes eletrônicas alternativas, seja em redes populares de resistência comunitária, que tenho notado a presença dos embriões de uma nova sociedade, germinados nos campos da história pelo poder da identidade. [...] Essas redes fazem mais do que simplesmente organizar atividades e compartilhar informações. Elas representam os verdadeiros produtores e distribuidores de códigos culturais. Não só pelas redes, mas pelas suas múltiplas formas de intercâmbio e interação. Seu impacto sobre a sociedade raramente advém de uma estratégia altamente articulada, comandada por um determinado núcleo” (CASTELLS, 1999, v. 2, p. 426-427).

é insuficiente só propiciar sua articulação, mas que é preciso também garantir que elas mantenham vinculação com a vida e os problemas que requerem suas interferências. Às vezes, “o que acontece é que as poucas redes que permanecem ficam só alimentando aquelas organizações, muito distantes da realidade, com organizações que já são grandes e ficam se reforçando” (Entrevista 19.3). Tais iniciativas entrópicas tendem a definhar, além de serem pouco eficazes e incongruentes com os princípios de constituição de redes referenciados no FSM (Entrevista 19.4).

Por fim, a participação das ONGs em redes aponta que sua longevidade está diretamente relacionada à sua eficácia política e à potencialização dos objetivos dos programas e projetos claramente definidos pelas organizações. Para tanto, trata-se de perceber e reconhecer a diversidade de atores presentes no FSM e na realidade social, mas também vislumbrar possibilidades de fazer intervenções sociais em conjunto em torno de ações estratégicas. O Fórum evidenciou aos atores sociais nele envolvidos que não existe um caminho único nem um único modo de se organizar e desenvolver as ações coletivas. Pois, “estamos em um outro momento, já nos damos conta dessa diversidade, agora estamos na etapa de canalizá-la para o agir coletivo dentro desta diversidade” (Entrevista 19.4).

#### 4.4 ONGS E O CAPITAL POLÍTICO

Ao longo das diversas seções dos dois últimos capítulos buscou-se analisar como ocorreu a gênese, a ampliação e a expressão das formas de capital, especialmente do capital político, de atores sociais em sua relação com o Fórum Social Mundial. Esta seção se completa com alguns elementos adicionais sobre as ONGs e o capital político. É uma abordagem árdua porque, diferentemente das demais formas de capital sobre as quais já existem abundantes pesquisas empíricas, neste caso, é escassa a literatura inspirada na arquitetura teórica bourdieusiana e, também, de outros autores com estudos empíricos mais abrangentes sobre o capital político de agentes sociais individuais e coletivos.

Conforme fora afirmado anteriormente, de modo sintético, para Bourdieu (2004), o campo político no qual se insere o capital político é entendido como um campo de forças e de lutas que visa transformar tais relações que conferem estrutura a esse campo em determinado momento. É, portanto, um campo de relações de poder entre os atores sociais, cuja estrutura está

desigualmente distribuída na sociedade, possibilitando que a vida política e a produção da representação do mundo social sejam assim descritas:

[...] o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 2004, p. 164).

Na base do campo político, para o autor (2004), encontram-se aqueles que não possuem voz ativa e votam em propostas ou apóiam idéias e ações que lhes são apresentadas pelos líderes e agentes mais influentes que estão no topo e que, pela sua força ou poder de convencer e mobilizar sua autoridade no campo político vencem as lutas, formas de concorrência, eleições ou outras disputas e se tornam reconhecidos como representantes dos primeiros, constituindo-se em detentores de um capital político que é também poder simbólico<sup>142</sup>. Em um estágio intermediário encontram-se os analistas políticos e os detentores do poder da mídia, com suas influências diretas ou indiretas na formação da opinião pública sobre a política. Quanto aos tipos, existe o capital pessoal, que surge e desaparece com a pessoa e se subdivide em “capital de notável” e “capital heróico” (ou “profético”); e o capital delegado, que provém de uma instituição que o delega a alguém para que exerça alguma função em seu nome. Essa defesa coletiva dos interesses individuais dos membros de determinado grupo ou organização ocorre mediante o que Bourdieu (2004, p. 74; 1988, p. 313) denomina de “tecnologia social de delegação”, através da qual o delegado é investido de *plena potentia agendi* e passa a falar e agir em nome de sua instituição como seu porta-voz comum, a *opinio communis*, legitimamente reconhecido pelos seus representados. Isso ocorre tanto nas organizações partidárias, sobre as quais o autor dispensou maior atenção em suas análises, quanto em sindicatos e associações diversas.

Alguns autores utilizam o conceito de campo político para analisar o capital político, mas enfatizam seu uso em análises de políticas de estados<sup>143</sup>, como o fez o próprio Bourdieu

<sup>142</sup> Para Eyal (2005), uma das contribuições importantes de Bourdieu ao campo político é sua reelaboração do conceito de representação política como algo que vem encapsulado pelo conceito de poder simbólico, através do qual o representado não só se sente representado pelo seu delegado, mas também se torna real no ato da representação, o que Bourdieu (2004) chama de “representação teatralizada”.

<sup>143</sup> Eyal (2005) fez uma análise do campo político pós-comunista e a abertura democrática na Tchecoslováquia; Olivier Christin (2005) resgatou elementos da história da luta pelo poder na França nos séculos XVI-XVIII, mostrando a aproximação entre capital cultural e capital político; Wacquant e Bourdieu (2005) evidenciaram a

(2004; 2005) ao analisar a representação política voltada ao campo burocrático e as disputas pelo poder em seu interior. Por sua vez, influenciada por Bourdieu, Barthèlèmy (1994) propôs um esquema plural para explicar os tipos políticos presentes nas associações civis francesas, distribuindo-os em idealistas, independentes, alternativos, cidadãos e políticos.

Os *idealistas* se caracterizariam por uma imagem negativa da política, de tal forma que os objetivos e valores por eles defendidos transcendem a política e apontam para a justiça social, a defesa dos bens públicos e o desejo moral de melhorar a sociedade. Também entendem que os políticos têm uma “visão curta”, tomam decisões levianas e ao chegar no poder agem como aqueles que os precederam, exercendo o poder como uma troca de favores e serviços. Os *independentes* são militantes de longa data que defendem a melhoria do ambiente social e pretendem preservar a associação política a fim de proteger-lhe a eficácia, porque ela se encontra integrada no circuito das decisões públicas e representa o interesse geral e a utilidade pública, baseada em sua credibilidade e no reconhecimento de sua independência. São tipos políticos que agem na esfera da sociedade com a compreensão de que o mandato associativo e o mandato político são incompatíveis, não se envolvem na política porque a associação deve ser apartidária, mantendo a independência para agir com combatividade e limitar o poder dos eleitos, com a necessária liberdade e democracia. Os *alternativos* surgem da decepção com a esquerda socialista no poder (no caso Francês) e opõem as formas associativas com suas ações concretas e contatos interpessoais aos partidos burocratizados e monopolizados pelas idéias de poder das facções e dos “velhos militantes” que, via de regra, fazem discursos vazios com “idéias sublimes”, mas permanecem alheios às preocupações concretas do povo. Os *cidadãos*, por sua vez, são tipos políticos que entendem que a associação é uma forma de engajamento que os ajuda a desempenhar plenamente seu papel de cidadãos, além de ser um meio de mudar a política. Caracterizam-se pela preocupação com os outros indivíduos, a manutenção da unidade e da continuidade do engajamento associativo e político, enraizado no local e aberto ao mundo; entendem que viver a cidadania é lutar por uma “democracia diária”, “devolver a democracia ao cidadão”, “mudar a cidadania e a política” e garantir a autonomia da associação em relação aos poderes públicos. Finalmente, os *políticos* entendem que a associação é a base indispensável da vida e da ação política; concebem que o prolongamento da ação política é atitude pessoal que

---

interconexão entre o poder político e o poder simbólico, bem como a dimensão simbólica que perpassa as relações de dominação na condução do Estado e no campo burocrático.

consiste em progredir na militância, galgar os degraus em âmbito nacional, “ir até o fim” na militância e conscientizar os quadros institucionais; investem na militância política animados pela fidelidade ao objetivo de mudar a sociedade e, para tanto, a necessária adesão a um partido político remete à eficácia de seu militantismo, incidindo no partido com as idéias da associação.

A partir das espécies e tipos de capital político acima descritos, se poderia ensaiar esboços de perfis políticos associados aos agentes das ONGs estudadas, como indivíduos, ou como grupos, em sua relação com o Fórum Social Mundial, tendo como premissa a adoção de perfis heterogêneos e a impossibilidade de adoção de tipos “puros”, porque, apesar delas possuírem natureza e caráter afins, a origem e a trajetória de composição e reconversão de seu capital é distinta. Assim como ocorre com os tipos ideais weberianos, a realidade mostraria, em relação a esses tipos políticos, a superposição de alguns deles em suas manifestações concretas. Ao mesmo tempo, cabe considerar que as organizações são constituídas por agentes individuais, portadores de diferentes tipos de capital, especialmente o capital social<sup>144</sup>, os quais trouxeram sua “bagagem” de relações objetivas e subjetivas, sua notoriedade e seu reconhecimento social e político ao seu interior, potencializando-as em tempos e espaços favoráveis. Via de regra, os agentes entrevistados assumiram uma postura “humilde” e de “precaução”, preferindo atribuir mérito ao “coletivo das organizações” e evitando, ao máximo, a associação de qualquer tipo de capital pessoal com o crescimento do capital da instituição. Contudo, o histórico das organizações e os dados empíricos disponíveis evidenciam que naquelas que dispunham de menor volume de recursos humanos e financeiros para viabilizar sua ação, como é o caso do CIDADE e do CEAP, tornou-se ainda mais visível o aporte de capital social pessoal que, com frequência, converteu-se em capital político e econômico para as ONGs. Em distintos momentos de sua história as três ONGs atravessaram crises mais ou menos agudas e contaram com o aporte do capital notável de alguns de seus membros convertendo-o em capital político interno nas respectivas organizações e na relação com instituições da sociedade em geral, mas também em capital econômico através da abertura de “canais” na relação com agências de cooperação e outras instituições.

As três ONGs são portadoras de um capital político delegado que foi construído ao longo de sua carreira e intensificado com sua participação nos diferentes espaços do Fórum,

---

<sup>144</sup> Estudos futuros com análise das trajetórias dos agentes, das práticas sociais e suas potencialidades, inclusive em relação às ações políticas mais ousadas no plano das disputas sociais, certamente poderiam trazer importante contribuição e maior precisão analítica dos limites reais para uma ação social ultrapassar as fronteiras condicionadoras de uma determinada ordem social.

trazendo em comum, sobretudo, alguns traços do tipo *idealista* identificado por Barthèlèmy, com objetivos e valores que transcendem a política e visam a justiça social, os interesses públicos e a mudança social, mas que não se contentam apenas com estes valores um tanto abstratos e buscam concretizá-los no “mundo da vida”. Enquanto no CIDADE e no CEAP prevaleceriam características de ação que se aproximam mais do tipo *cidadão*, cuja ênfase recai sobre o fortalecimento das formas organizativas e associativas para ampliar a ocupação dos espaços na esfera pública e, a partir dela, exercer pressão pela política de influência<sup>145</sup> para a mudança do Estado, no CAMP sobressaem características que o aproximariam mais de um tipo que se poderia denominar *político cidadão* ou *ator político*<sup>146</sup>. Neste se acentuaria a dimensão organizativa, mas em vista da ocupação dos espaços do Estado para que ele realize as mudanças almejadas pelo conjunto da sociedade.

Como o capital político se concretiza a partir de relações desigualmente distribuídas entre os atores sociais, eles empreendem iniciativas para construir formas de capital e, ao fazê-lo, estabelecem interlocutores, muitos deles dotados de capacidade de aportar novos capitais. Por exemplo, o CEAP desenvolveu ações conjuntas com a Associação Latino-americana de Medicina Social (ALAMES) que resultaram na criação das condições de oportunidade para que a organização assumisse a secretaria executiva do Fórum Social Mundial de Saúde. De modo semelhante, sua relação política com a agência de cooperação Misereor e com o Conselho Nacional de Saúde reconvertiu-se em aporte de capital econômico que foi fundamental para a realização do FSMS, tanto em Porto Alegre como em Nairóbi, revertendo em crescimento intenso de capital político do CEAP e dos próprios financiadores. O CAMP, por sua vez, reconvertiu suas relações sociopolíticas associadas especialmente aos empreendimentos de economia solidária em referência política, passando a integrar a coordenação e assumir a tesouraria das múltiplas atividades de economia solidária coordenadas pela Associação Casa de Economia Solidária no quinto FSM. Sua participação na coordenação do Fórum Sul da ABONG e, através

---

<sup>145</sup> Cohen e Arato (2000) referem-se aos movimentos sociais contemporâneos como um “elemento dinâmico” da sociedade civil, caracterizados por um “radicalismo autolimitado” através do qual exercem uma estratégia dual de ação coletiva expressa por uma “política de influência” (da sociedade civil sobre a sociedade política) e uma “política de identidade” (que garante a autonomia nas relações por fora do sistema de organização política).

<sup>146</sup> Para Landin (1993), a reconfiguração das ONGs a partir da década de 90, com a abertura de novos espaços de interlocução entre sociedade civil e Estado, inclusive com as ONGs executando projetos antes realizados pelo Estado, requereu maior qualificação das ONGs. Se antes elas eram conhecidas apenas como “centros de apoio e assessoria aos movimentos sociais”, passaram a atuar com maior visibilidade como “atores políticos”, que não se contentam em ser apenas assessoria, mas, sim, lutam para ter voz própria como atores políticos nos diferentes processos sociais.

dela, na administração do quinto evento reconvertiu-se em capital político ainda mais adensado na relação com a ABONG e com o FSM. Por seu turno, o CIDADE, ao relacionar-se com entidades brasileiras e estrangeiras em torno da participação popular, reconvertiu seu capital político ao propor a criação da Escola de Cidadania, em cuja coordenação a organização ocupa um lugar central.

Desta forma, e em conclusão, se poderia afirmar que entre as inovações políticas que o Fórum trouxe aos agentes sociais e às ONGs estudadas está a sua capacidade de congregar em um mesmo espaço tal diversidade de agentes sociais, dando-lhes visibilidade e fortalecendo seus processos organizativos e suas formas de ação coletiva, através da mobilização de recursos que possibilitam a ampliação e a reconversão de seus tipos de capital a partir da ação na esfera pública.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de ser ou sentir-se autorizado a falar sobre o “povo” ou de falar para o “povo” pode constituir-se, em si mesmo, uma força nas lutas dentro de diferentes campos, político, religioso, artístico, etc.

Pierre Bourdieu, *In Other Words*.

Este estudo analisou três organizações não-governamentais do Rio Grande do Sul e seu potencial de mobilização e expressão de capital político no contexto de suas relações com o Fórum Social Mundial. Para proceder a análise empírica utilizou-se o referencial teórico de Pierre Bourdieu a partir das “expressões de capitais” desenvolvidas pelo sociólogo francês. Com base neste referencial e na análise empírica, pode-se afirmar que ocorreu uma ampliação do potencial de recursos dos agentes sociais, de tal forma que as hipóteses levantadas no início deste trabalho têm sua pertinência e relevância confirmadas.

Na primeira hipótese buscou-se investigar em que medida o Fórum Social Mundial possibilitaria a ampliação da capacidade de ação dos atores sociais específicos. Essa indagação encontrou evidências empíricas que corroboram a compreensão de Bourdieu de que, quanto maior é o capital político dos agentes, maior torna-se sua capacidade de mobilização e incidência em processos sociais. Em momentos diferentes eles mobilizaram diversos tipos de capital que lhes possibilitaram dinamizar suas ações e ocupar espaços nas correlações de forças com outras organizações no campo do Fórum e em outros espaços sociais e políticos. De alguma forma, as relações que se concretizam em diversos âmbitos sociais são relações de poder continuamente em disputa, conforme analisa o próprio autor:

Para lançar alguma luz sobre as discussões acerca do “povo” e o “popular”, é preciso ter em mente que o “povo” ou o “popular” (“arte popular”, “religião popular”, “medicina popular”, etc.) é primeiramente uma das coisas em jogo entre intelectuais. O fato de ser ou sentir-se autorizado a falar sobre o “povo” ou de falar para (nos dois sentidos da palavra) o “povo” pode constituir-se, em si mesmo, uma força nas lutas dentro de diferentes campos, político, religioso, artístico, etc. – uma força que é tanto maior quanto mais fraca for a relativa autonomia do campo em consideração. Ocorre em sua máxima expressão no campo político, onde é possível jogar com todas as ambigüidades do termo “povo” [...] claramente é no campo político que o uso do “povo” e do “popular” é mais diretamente lucrativo, e a história entre as lutas dos partidos progressistas ou dos sindicatos de trabalhadores testemunha acerca da efetividade simbólica do trabalhismo: esta estratégia permite àqueles que podem reivindicar alguma forma de proximidade com os dominados se colocarem como portadores de um direito prévio sobre o “povo” e, em conseqüência, uma missão exclusiva, ao mesmo tempo estabelecendo como norma universal modos de pensamento e de expressão que sobre eles foram impostos pelas condições de aquisição que são completamente desfavoráveis ao refinamento intelectual, mas é também o que lhes permite aceitar e defender tudo que os separa de seus competidores, ao mesmo tempo em que oculta – primeiro e principalmente de si mesmos – a ruptura com o “povo” que está implícita no momento em que se ganha a condição de porta-voz [do povo] (BOURDIEU, 1990, p. 150-152).

Em um primeiro momento as ONGs inseriram-se no Fórum para conhecer o espaço, aprender com ele e identificar potenciais nichos de relações com outras entidades que poderiam ser incrementadas. Nas fases seguintes, a partir do alargamento do conhecimento e das experiências, mas também auxiliadas pelas mudanças metodológicas ocorridas na estrutura do Fórum que estimularam o desenvolvimento de ações autogestionadas, de modo crescente as organizações passaram a posicionar-se proativamente ocupando seus espaços como sujeitos construtores do processo do Fórum e, em conseqüência, ampliando expressivamente suas formas de expressão do capital político nas edições subseqüentes.

Uma conclusão a que se chega é que, decorrente das dinâmicas e estratégias diferenciadas de inserção no Fórum, as ONGs “colheram” resultados distintos em relação à ampliação de suas formas de capital, especialmente do capital político. As duas ONGs que concentraram seus esforços em torno de temas específicos, estreitamente vinculados à sua atuação e missão institucional, como a participação popular e a saúde, potencializaram sua ação, abriram novas relações nacionais e internacionais e, conseqüentemente, ampliaram sua visibilidade pública e seu reconhecimento político e social, enquanto aquela que investiu em várias frentes potencializou em escala menor seus recursos e seu reconhecimento público.

O CIDADE, favorecido pelo contexto sócio-político de democratização da sociedade civil e da esfera pública reinante nas últimas duas décadas, inseriu-se no Fórum através do trabalho que já estava desenvolvendo sobre a participação popular e, mais especificamente, sobre

o Orçamento Participativo, o qual tem na fundação da Escola de Cidadania um de seus pilares de sustentação. Esta escola tornou-se um instrumento agregador de uma rede de organizações sociais e instituições públicas e de ensino na defesa de formas participativas de organização e gestão pública, bem como uma oportunidade relevante de visibilidade e reconhecimento político do CIDADE em âmbito nacional e internacional. Isso, apesar da organização conviver com um fator condicionante, que é a escassez de recursos humanos e financeiros para a operacionalização de sua missão. O alargamento da inserção da associação em outros temas ao longo do tempo, como o gênero e a economia solidária, ocorreu orientado pela postura de fortalecer o eixo estruturante da ação da organização, centrado na participação dos cidadãos nos diferentes espaços de atuação, conforme esclarece a entrevista que segue:

Eu não vejo mudança temática e de organização do primeiro ao quinto Fórum que, no caso, eu participei. Eu vejo uma mudança de postura em função da nossa própria articulação e do reconhecimento, tanto deste espaço do Fórum como também da repercussão do nosso trabalho dentro deste espaço. Então, a gente já começou desde o primeiro na área da participação e aconteceu uma postura de reconhecimento do que se queria. No primeiro Fórum a gente não foi muito propositivo, a nossa participação se resumiu a parte de uma oficina a convite da Prefeitura, para mostrar o trabalho já realizado na temática da participação no OP. Ao longo das edições isso foi se alargando, mas não se modificando, outras coisas foram se somando com novos temas, mas com o viés da participação como tema estruturante. Então, se a gente pegar o primeiro [Fórum], que foi mais de participar de uma oficina, até o último, onde nós tivemos três oficinas, fomos organizadores e também participamos juntos com outras organizações para desenvolver as atividades. Essa postura se modificou em função, não só do espaço, mas também do reconhecimento do trabalho do CIDADE. Agora os temas tiveram este alargamento, mas não digo que seja uma modificação na atuação temática. A participação permeou todos. O que aconteceu no último, foi que a gente teve um trabalho específico na economia solidária e nas relações de gênero, mas o tema que ali se mostrou e que aprofundamos foi o tema central em torno do OP. Este segue na temática estruturante, mas nos aprofundamos também em outros temas que inicialmente tínhamos uma postura menos propositiva, mas de reconhecimento (Entrevista 19.4).

Ainda que alguns membros do CIDADE entendam que a organização não houvesse deliberado explicitamente de adentrar no Fórum através do enfoque temático da participação popular, as evidências empíricas confirmam que esta foi a melhor forma encontrada pela organização para consolidar e ampliar seu capital político na relação com as organizações que interagem em um campo, no sentido bourdieusiano, denominado de Fórum Social Mundial. O quadro a seguir explicita esta evidência:

Quadro 1: Atividades propostas e co-promovidas pelo CIDADE no Fórum Social Mundial

2001	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Convidado para falar em três painéis sobre Orçamento Participativo (OP)</li> </ul>
2002	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Convidado para explanar sobre o OP nas oficinas:</li> <li>• Orçamento, capacitação e transparência (Ibase)</li> <li>• Orçamento Participativo no Brasil – 1997/2000 (Pólis e Fórum Nacional de Participação Popular (FNPP))</li> <li>• Experiências de OP (FNPP, Prefeitura de POA e Governo do RS)</li> </ul>
2003	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Painelista na oficina: Orçamento Participativo no Brasil (FNPP)</li> <li>• Participação em mesas com painéis sobre Orçamento Participativo</li> </ul>
2004	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não participou</li> </ul>
2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escola de Cidadania: Democracia Participativa e Experiências de Orçamento Participativo (CIDADE e outros)</li> <li>• Intercâmbio em Economia Social Montreal – Porto Alegre (CIDADE e Centro Comunitário de Desenvolvimento Local de Montreal)</li> <li>• Experiências em gestão pública participativa (CIDADE)</li> <li>• O Fórum Brasil do Orçamento analisa o Superávit Primário e a Dívida Social (FBO)</li> <li>• Campanha pela construção democrática de uma Lei de Responsabilidade Social (FBO)</li> <li>• A participação do homem e da mulher nos diferentes espaços: aprendizagens e desafios (GT Gênero)</li> </ul>

Fonte: CIDADE

O CEAP adentrou crescentemente no evento na medida em que identificou que o tema da saúde possuía um potencial de discussão, elaboração, articulação política e mobilização social em diferentes níveis. À estratégia definida nos últimos planos trienais da organização expandir seu conhecimento e atuação em direito humano à saúde, somou-se a existência de um amplo leque de organizações nacionais e internacionais que desenvolviam trabalho no campo da saúde, em um contexto de ajuste estrutural cujas conseqüências se manifestavam na precarização dos serviços e políticas públicas de saúde. Ao mesmo tempo, a partir do final da década de 1990 está ocorrendo uma ascensão e afirmação dos direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais, dentre os quais o direito humano à saúde e suas interfaces com outros direitos tornou-se um tema de interesses e disputas cada vez mais internacional, com amplas adesões de organizações em diversas regiões do mundo. Nesse meio, o CEAP que já possuía uma ampla rede de relações e trabalhos, especialmente junto aos fóruns de saúde, assumiu a secretaria executiva do Fórum Social Mundial da Saúde, multiplicou suas relações com entidades brasileiras e abriu amplo espectro de relações internacionais, sempre enfocadas no direito à saúde.

O CEAP, ao mesmo tempo em que dialoga desde o início até hoje com os princípios gerais do FSM como um espaço alternativo e importante, considerou e desde o início participou de temas, senão do tema mais importante do seu trabalho que é saúde. No decorrer da realização dos fóruns se sentiu que havia espaço para um trabalho mais

articulado, com possibilidade de articulação maior e reconhecimento do que se vinha fazendo. Neste sentido, por dentro do FSM surgiu a demanda da realização do Fórum Social Mundial da Saúde, que é ainda uma experiência bastante recente. O que se percebeu foi que esta experiência do FSMS seria um espaço onde o CEAP poderia dar do que tinha de maior acúmulo histórico construído. Portanto, seríamos muito mais sujeitos do FSM participando no tema específico no qual temos um acúmulo, que é a saúde, e também com a avaliação que esta experiência do FSMS poderia contribuir para a qualificação do trabalho interno da organização. Então, a definição de atuarmos dessa forma se deu bastante por meio desse reconhecimento do trabalho, mas também do convite para articular um espaço específico para o tema da saúde em nível mundial e, nada melhor do que o FSM para reunir ou para caracterizar esta perspectiva. [...] Com isso a entidade não mudou seus programas ou temas internos, mas sua temática galgou um espaço maior dentro do FSM, neste caso a construção do FSMS. Ao mesmo tempo em que se potencializou isso para fora, se aproveita agora este espaço para construir um acúmulo de volta interno e um fortalecimento da articulação nacional e internacional em torno do tema (Entrevista 19.2).

O fato de o CEAP ter assumido a secretaria executiva do FSMS trouxe-lhe um diferencial notável na ampliação de suas oportunidades de acesso a recursos e consolidação de capitais em relação ao CIDADE e ao CAMP, que não participaram dos fóruns subseqüentes por não terem tido responsabilidades diretamente vinculadas a atividades nos fóruns. Desse modo, o exercício da função de secretaria executiva oportunizou-lhe diversas viagens nacionais e internacionais em vista da preparação e realização das respectivas atividades do Fórum Social Continental, em Caracas (2006), e do II Fórum Social Mundial da Saúde, em Nairóbi, África (2007), dos quais participou ativamente e ficou incumbido pela dinamização posterior de um conjunto de atividades internacionais decorrentes dos encaminhamentos desses fóruns, caracterizando um acúmulo expressivo de capital político, conforme evidencia o quadro que segue:

Quadro 2: Atividades propostas ou co-promovidas pelo CEAP no Fórum Social Mundial

2001	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Exposição de materiais junto à Estande da ABONG</li> </ul>
2002	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação da Oficina sobre o controle social da saúde (Conselho Estadual da Saúde)</li> <li>• Reunião com parceiros estratégicos para discutir a formação do Fórum Estadual de Saúde</li> <li>• Reunião com agências de cooperação internacional</li> <li>• Exposição de materiais junto à Estande da ABONG</li> </ul>
2003	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Seminário sobre a participação da comunidade no controle da política pública de saúde (CEAP e Fórum Sul da Saúde)</li> <li>• Oficina sobre desenvolvimento local sustentável. (CEAP e outros)</li> <li>• Oficina sobre a ação dos movimentos sociais no controle social da saúde (CEAP e FEESERS)</li> <li>• Reunião com agências de cooperação internacional</li> <li>• Exposição de materiais na Estande da ABONG</li> </ul>
2004	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não parti-cipou</li> </ul>

2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo de mobilização e organização do I Fórum Social Mundial da Saúde (FSMS)</li> <li>• Secretaria Executiva do I FSMS</li> <li>• Oficina sobre a participação da comunidade no SUS no I FSMS</li> <li>• CEAP indicado pela Plenária Geral para a Secretaria Executiva do FSMS até o II FSMS em 2007</li> <li>• Membro do Comitê Internac. do FSMS</li> <li>• Elaboração de material sobre as conclusões do I FSMS para distribuir no FSM 2005</li> <li>• Oficina FSM para socializar as conclusões do I FSMS (CEAP e Comitê FSMS)</li> <li>• Estande de materiais com o Instituto Superior de Filosofia Berthier – IFIBE</li> <li>• Oficina GT Gênero</li> </ul>
2006	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião do Comitê Internacional do FSMS em Caracas para preparar o II FSMS</li> <li>• Secretaria Executiva do FSMS, propôs 3 oficinas no FSM com o tema: Rumo ao II FSMS/África - Direito humano à saúde e a criação e desenvolvimento de sistemas universais, integrais e equitativos de saúde e seguridade social - Impactos da globalização neoliberal na saúde - Debate e encaminhamento da declaração final do FSMS</li> <li>• Reunião com representantes do Conselho Internacional do FSM para formalizar pedido do FSMS integrar o Conselho Internacional do FSM</li> </ul>
2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação do II FSMS</li> <li>• Secretaria Executiva do II FSMS</li> <li>• Painelista no II FSMS sobre: Bases políticas da luta pelo direito à saúde na África e no Mundo. Reuniões com entidades e lideranças, principalmente da África, para criar condições de efetivação da agenda do II FSMS, da qual se destaca: A Conferência Mundial sobre Sistemas Universais de Saúde em 2008 no Brasil; Projeto de parceria entre entidades da América do Sul e da África em formação de lideranças para a construção de sistemas universais de saúde</li> </ul>

Fonte: CEAP

A inserção do CAMP no FSM foi distinta daquela das entidades anteriores. Ele, desde o início, envolveu-se a partir de diferentes enfoques, com ênfase em temas ligados ao desenvolvimento local, à economia solidária e à educação popular e, por outro lado, através da ABONG, participando da organização geral do FSM e auxiliando na administração de recursos humanos e da infra-estrutura. Essa forma de inserção lhe possibilitou múltiplas relações cujo impacto sobre a ampliação de seus capitais se manifesta em duas perspectivas: por um lado, o CAMP qualificou e ampliou relações com a ABONG e diversas organizações a ela filiadas e com entidades de cooperação internacional; por outro lado, dentro dos limites dos condicionamentos políticos e geográficos dos temas aos quais a ONG mais se dedicou, potencializou relações com movimentos e organizações de base, especialmente as vinculadas à economia solidária, e temas que contemplam o respeito à diversidade. Em ambas as formas de inserção houve incidência do FSM, mas de modo mais diluído nas ações da organização, conforme a entrevista que segue:

De nossa parte não foi o FSM que acabou definindo ou redefinindo eixos estruturais de ação para a entidade. Ele ajudou a dar o parâmetro em que medida certas temáticas a partir do campo de atuação da entidade ganham relevância e reforçam sua importância. [...] O que o Fórum contribuiu foi de fortalecer o debate sobre o desenvolvimento e construiu novas articulações. No caso, a economia solidária no Brasil tem uma relação

muito direta de ganhar relevância no debate a partir das edições do FSM. Uma outra questão é que vários de nós acabamos nos envolvendo muito com questões de estrutura e administração do Fórum, numa representação direta da ABONG, seja na questão administrativa, seja na economia popular solidária no último Fórum, e mesmo antes em vários momentos como a gente tinha a sede aqui em Porto Alegre como uma referência para realizar atividades, ou dentro do Fórum ou paralelas, como reuniões de agências de cooperação. Então, na verdade, a gente por muito tempo teve uma participação de conhecer a diversidade, fazer contatos e ampliar relações. Acabamos não tendo uma atuação mais restrita, específica em algum tema. Nas últimas edições tivemos alguma aproximação em torno do que está colocado aqui, sobre o desenvolvimento, um pouco esta questão do Estado e sociedade civil, onde fomos provocados para organizar reuniões sobre este tema e tivemos dois momentos em que o CAMP foi referência nesta questão (Entrevista 19.5).

A opção do CAMP por trabalhar com diversos programas e projetos institucionais, que se operacionalizam nas ações desenvolvidas em vários temas, evidenciou-se claramente ao longo de sua participação nas edições do Fórum. Ele inseriu-se em diversas atividades político-estruturais do Fórum e temáticas, algumas das quais apresentam certa constância e são aquelas que melhor evidenciam a ampliação de relações e de expressão de capital político, como gradualmente passou a ocorrer com as atividades relacionadas à economia solidária, o que pode ser verificado no quadro que segue:

Quadro 3: Atividades propostas, co-promovidas ou apoiadas pelo CAMP no Fórum Social Mundial

2001	<p><b>Promovidas pelo CAMP:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A construção de um projeto de desenvolvimento regional alternativo e sua articulação com os movimentos e organizações populares</li> <li>• Estande com material do CAMP</li> <li>• Membro do Comitê Gaúcho do FSM</li> <li>• Produção de um vídeo</li> </ul> <p><b>Apoiada pelo CAMP:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desafios à Educação Popular (Conselho Latino Americano de Educação de Adultos - CEAAL)</li> </ul>
2002	<p><b>Promovidas pelo CAMP:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Economia popular solidária e a construção de um projeto de desenvolvimento alternativo</li> <li>• Desenvolvimento regional alternativo</li> <li>• Membro do Comitê Gaúcho do FSM</li> <li>• Produção de um vídeo</li> <li>• Estande com material do CAMP</li> </ul> <p><b>Co-promovida pelo CAMP:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação para quê? (Grupo de Estudo e Documentação – GEDOC)</li> </ul>
2003	<p><b>Promovidas pelo CAMP:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Confraternização com agências de cooperação – comemoração de 20 anos do CAMP</li> <li>• Membro do Comitê Gaúcho do FSM</li> <li>• Produção de um vídeo</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estande com material do CAMP</li> <li>• <b>Co-promovidas ou apoiadas pelo CAMP:</b></li> <li>• Oficina permanente – economia popular solidária na construção de uma sociedade democrática</li> <li>• Desafios à educação popular (CEAAL)</li> <li>• Possibilidades e limites das experiências de desenvolvimento regional dos movimentos sociais na Região Sul do Brasil (CAMP, Fórum Sul da ABONG e Processo de Diálogo e Articulação – PAD)</li> <li>• Relato de experiência em educação popular no Fórum Social Mundial de Educação</li> </ul>
2004	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não participou</li> </ul>
2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Promovidas pelo CAMP:</b></li> <li>• Abertura Mostra Fotográfica Brasil – África: olhares cruzados</li> <li>• Políticas locais e regionais de desenvolvimento e os movimentos sociais</li> <li>• Capital social como elemento propulsor da economia solidária e do desenvolvimento regional e local</li> <li>• Membro do Comitê Gaúcho do FSM e Comitê Executivo Brasileiro do FSM</li> <li>• Membro do GT de economia solidária e da Coordenação das atividades da economia solidária no FSM</li> <li>• Produção de um vídeo</li> <li>• Estande com material do CAMP</li> <li>• <b>Co-promovidas ou apoiadas pelo CAMP:</b></li> <li>• Alternativas de crédito para grupos de geração de renda</li> <li>• Desenvolvimento socioeconômico e o papel do Estado</li> <li>• Residência social em empreendimentos de economia solidária</li> <li>• Galpões de reciclagem de lixo: reciclagem para a vida</li> <li>• Economia solidária e reciclagem – a experiência da Federação de Recicladores RS</li> <li>• Encontro lixo e cidadania</li> <li>• Campanha pela valorização do trabalho</li> <li>• Plenaria de movimientos sociales contra el libre comercio</li> <li>• Oficina para implantação do Fórum Lixo e Cidadania</li> <li>• Redes, comunicação e desenvolvimento sustentável</li> <li>• Desenvolvimento sustentável em debate</li> <li>• A participação do homem e da mulher nos diferentes espaços: aprendizagens e desafios ( GT Gênero)</li> </ul>

Fonte: CAMP

Em relação à segunda hipótese deste estudo, que consistiu em investigar em que medida o Fórum Social Mundial aportaria elementos metodológicos que potencializariam as práticas dos atores sociais ao mesmo tempo em que estes também reforçariam o FSM, especialmente as evidências analisadas no quarto capítulo confirmam esta hipótese.

O Fórum Social Mundial trouxe alguns aprendizados metodológicos importantes para os atores sociais estudados e para a sua continuidade como um processo de mobilização e contestação à globalização econômica e por novas formas de organização da vida social. Um primeiro, é que os agentes sociais se envolveram em um processo de mobilização social complexo, contraditório e com dimensões internacionais na condição de assistentes e, aos poucos, foram se transformando até assumirem a posição de sujeitos atuantes na edificação do processo do Fórum. Um segundo aprendizado, é que não existe movimento ou organização social, nem evento como o Fórum, que idealmente seja “puro” e isento das “marcas” da sociedade na qual foi

forjado, ou seja, o “novo” que o FSM se propôs a construir está nascendo do “velho” que faz parte das estruturas sociais. Trata-se de modos de agir que contemplem a diversidade de temas e atores, em constante interação entre local e global, nacional e internacional.

Um terceiro aspecto, é que o evento constituiu-se gradualmente em um instrumento de “pressão positiva” e eficaz de qualificação epistemológica no interior das ONGs, tanto na ampliação da quantidade e da qualidade das publicações, quanto no aperfeiçoamento acadêmico<sup>147</sup> e profissional dos membros das organizações e, conseqüentemente, de suas intervenções sociais.

A quarta contribuição inovadora do evento aos agentes sociais é que ele se constituiu em um lugar geográfico e um espaço político que propiciou o encontro, a articulação e a visibilidade de atores sociais quase invisíveis e pouco articulados, através do fortalecimento das atividades autogestionadas, das agendas comuns e das teias de articulações entre os movimentos e organizações sociais. As três ONGs participam, pelo menos, de cinco redes temáticas ou gerais para produzir sinergias na ação coletiva. No quinto e último aspecto, mas não menos importante, cabe acentuar que a análise do comportamento das ONGs em sua relação com o Fórum evidencia que este é um campo de politização e disputas, implícitas e explícitas, entre os agentes sociais que genericamente se encontram no campo da esquerda e, mais especificamente, se poderia dizer que estão no campo da educação popular e que, por sua vez, se movimentam no sentido de fazer valer seus interesses e ampliar seu capital político.

Por último, sem a pretensão de ser conclusivo, conforme já se acenou na introdução, este estudo indicaria, ao final, uma possível agenda de pesquisa que poderia seguir este esforço inicial, em estudos futuros. Entre os temas que perpassaram a pesquisa e que se poderia aprofundar o esforço analítico levanta-se duas perspectivas. Uma primeira poderia aprofundar a análise das trajetórias dos agentes e das práticas sociais e suas potencialidades, contemplando, inclusive as ações políticas mais ousadas destes agentes no plano das disputas sociais. Isso tornaria possível avaliar, com maior precisão analítica, as potencialidades e os limites de tais práticas em vista de uma ação social que pudesse contribuir para ultrapassar as fronteiras

---

<sup>147</sup> Proporcionalmente, entre as ONGs que se inseriram no FSM a partir de temas específicos existe um maior número de pessoas com títulos de especialistas e mestres, bem como mestrandos e doutoranda, além da existência de maior volume de pesquisa empírica, Cf. nota 125. Isso confirma a tese de Landin (1993), de que os centros de apoio e assessoria aos movimentos sociais passaram a atuar com maior visibilidade, que é confirmada por Teixeira (2002), ao evidenciar que tais organizações precisam estimular a contínua profissionalização de seus membros.

condicionadoras de determinadas ordens sociais que dificultam a transformação social. Outra perspectiva poderia retomar a afirmação de que o Fórum Social Mundial foi marcado, desde o início, pela polaridade entre espaço e eficácia política, ou, conforme vários autores analisam, como um dilema entre “espaço aberto” e “movimento” ou “assembléia de movimentos”, indagando em que medida este não seria um “falso dilema”. Pois, o estudo demonstra que o exame do comportamento social de três ONGs, que são atores representativos no universo daqueles envolvidos no evento, incide no processo do Fórum. Os atores propõem atividades que se realizam no evento e outras com continuidade posterior, as quais, inclusive são estimuladas pela “metodologia de aglutinação” de atividades autogestionadas e pelas oportunidades de plenárias gerais de socialização das principais conclusões dos eventos paralelos e das redes, as quais tem ocorrido no final do Fórum. Ao propor tais ações, estes atores criam, não no espaço físico do Fórum, mas em diferentes lugares do mundo, novos espaços políticos de ações e mobilizações sociais que, por sua vez, desencadeiam uma ampla teia de relações que se nutrem do “espírito do Fórum”, ao mesmo tempo em que o energizam em um processo de retroalimentação contínua. Para clarear melhor pode-se tomar, como exemplo, o Fórum Social Mundial da Saúde, cuja criação foi estimulada pelo FSM, mas que possui autonomia com uma agenda propositiva e incide no FSM. Ou seja, o propositivo não ocorre exclusivamente nos espaços do Fórum, mas na relação entre o Fórum como um espaço de troca de experiências e de conhecimentos entre as organizações nacionais e supranacionais, em um recíproco enriquecimento entre atores sociais e Fórum Social Mundial.

## REFERÊNCIAS

AGUITON, Christophe. *O mundo nos pertence*: São Paulo: Viramundo, 2002.

ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ALVAREZ, Sônia. The Latin American NGO “Boom”. *International feminist Journal of Politics*, p. 181-209, 1999.

AMIN, Samir. *Os desafios da mundialização*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

AVRITZER, Leonardo. O Orçamento Participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 17-46.

AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AZEVEDO, Luís Neves. Espaço social, campo social, habitus e conceito de classe social em Pierre Bourdieu. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/024/24cnevs.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2006.

BAIERLE, Sérgio. A explosão da experiência: emergência de um novo princípio ético – político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre. In: ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

BARTHÈLÈMY, Martine. Le militantism associatif. In: *L’Engajement politique: déclin ou mutation?* Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politique, 1984. p. 88-114.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3. ed. Trad. Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BEBBINGTON, Anthony. Reflexões sobre a relação norte-sul na construção de conhecimentos sobre as ONGs na América Latina. In: HADDAD, Sérgio (Org.). *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: ABONG; Peirópolis, 2002.

BELLO, Walden. A alternativa: desglobalização. In: CEVASCO, Maria Elisa; LEITE, José Corrêa; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 189-200.

BETTO, Frei; LÖWY, Michel. Valores de uma nova civilização. In: CEVASCO, Maria Elisa; LEITE, José Corrêa; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 201-210.

BOCAYUVA, Pedro P. Cunca. ONGs brasileiras: um campo institucional com novos significados. *Proposta*, v. 28, n. 81, p. 12-15, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. 6. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

\_\_\_\_\_. *Meditações pascalinas*. Trad. Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. *The logic of practice*. Stanford: Stanford University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Trabalhos e projetos – Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

\_\_\_\_\_. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1984.

\_\_\_\_\_. (Coord.). *A miséria do mundo*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad. Denice Bárbara Catani. São Paulo: UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. O mistério do ministério: das vontades particulares à “vontade geral”. In: WACQUANT, Löic (Org.). *O misterio do ministerio: Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

\_\_\_\_\_. The uses of the people. In: \_\_\_\_\_. *Other words: Essays towards a reflexive Sociology*. Stanford: Stanford University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Freeing “free-floating” intellectuals. In: *Sociology in Question* Londres: Sage Publications, 1995.

\_\_\_\_\_. *Sociology in question*. London: Sage Publications, 1995.

\_\_\_\_\_. WACQUANT, L. *An invitation to reflexive Sociology*. Chicago: Chicago University Press, 1992.

\_\_\_\_\_; PASSERON, J.C. *La Reproduction*: Paris: Les Éditions de Minuit, 1970.

\_\_\_\_\_; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de sociólogo*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu*. Trad. Lucy Magalhães. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BORON, Atilio A. (Org.). *Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.

CALHOUN, Craig; LIPUMA, Edward; POATONE, Moishe. (Eds.). *Bourdieu: critical perspectives*. Chicago: Polity Press, 1993.

CARTA MAIOR. *III Fórum Social Mundial*. São Paulo: Carta Maior, 2004.

CASTELLS, Emanuel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Trad. Roneide Venâncio Majer. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. v. 1.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Trad. Klaus Brandini Gehrart. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. v. 2.

CASSEN, Bernard. Uma virada política e cultural. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor*. Porto Alegre: Vozes, 2001.

CATTANI, Antonio David (Org.). *Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor*. Porto Alegre: Vozes, 2001.

CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL. Disponível em: <<http://www.camp.org.br>>. Acesso em: 2 abr. 2006.

\_\_\_\_\_. *A economia solidária no Fórum de 2005*. Acesso em: <<http://www.camp.org.br>> Acesso em: 13 mar. 2007.

CENTRO DE EDUCAÇÃO E ASSESSORAMENTO POPULAR. Disponível em: <<http://www.ceap-rs.org.br>>. Acesso em: 05 abr. 2006.

CENTRO DE ASSESSORIA E ESTUDOS URBANOS. Disponível em: <<http://www.ongcidade.org>>. Acesso em: 6 abr. 2006.

CECEÑA, Ana Esther (Org.). *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

CEVASCO, Maria Elisa; LEITE, José Corrêa; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

COHEN, Andrew; ARATO, Jean L. *Sociedade civil y teoria política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

COLOGNESE, Sílvio Antônio; MELO, José L. Bica de. A técnica de entrevista na pesquisa social. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre, v. 9, 1998.

CORADINI, Odaci Luiz. O referencial teórico de Bourdieu e as condições para sua aprendizagem e utilização. *Veritas*, Porto Alegre, v. 41, n. 162, p. 207-220, jun. 1996.

COSTA, Sérgio. Redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil – uma abordagem tentativa. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 38, 1994.

CRISTIN, Oliver. De que adiantava votar nos séculos XVI-XVIII? In: WACQUANT, Löic (org.). *O misterio do ministerio: Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 109-132.

CROSSLEY, Nic. Global anti-corporate struggle: preliminary analysis. *Brithsh Journal of sociology*, v. 53, Issue n. 4, dec. 2002.

DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DOIMO, A. Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e a participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

EDWARDS, Michael. *Civil society*. Cambridge: Polity Press, 2003.

ENCREVÈ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie. *Trabalhar com Bourdieu*. Trad. Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005.

ENGELKE, Cristiano Ruiz. *Fórum Social Mundial: unidade na diversidade*. Dissertação (Mestrado em ciência Política)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2004.

EYAL, Gil. A criação e a ruptura do campo político na Tchecoslováquia. In: WACQUANT, Löic (org.). *O misterio do ministerio: Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 177-208.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. *Carta de princípios*. Disponível em: <[http://www.forummundialeducacao.org/index.cfm?menu=doc\\_cartafsm](http://www.forummundialeducacao.org/index.cfm?menu=doc_cartafsm)>. Acesso em: 3 abr. 2006.

GENRO, Tarso. A “democracia participativa”. In: MINÁ, Gianni. *Um outro mundo é possível: propostas do Fórum Social Mundial de Porto Alegre para um futuro melhor*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 99-100.

GOHN, Maria da Glória (Org.). *Movimentos sociais no início do Século XXI: antigos e novos atores sociais*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GRENFELL, Michael. *Pierre Bourdieu: agent provocateur*. Londres: Continuum, 2004.

GRIN, Eduardo José. As dissimulações do mundo social: um estudo da obra de Pierre Bourdieu. *Estudos Lopoldenses*, São Leopoldo, n. 124, 1997.

GRZYBOWSKI, Cândido. Sim, um outro mundo é possível. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor*. Porto Alegre: Vozes, 2001.

HADDAD, Sérgio (Org.). *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: ABONG; Peirópolis, 2002.

HOUTART, François. A mundialização das resistências e das lutas contra o neoliberalismo. In: SEONE, José; TADDEI, Emilio. *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 89-98.

HUMANAS. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 24, n. 1-2, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. *Fórum Social Mundial 2003*. Rio de Janeiro: IBASE, 2003. 5 v.

KLEIN, Naomi. Acreditando no fim do fim da história. In: CEVASCO, Maria Elisa; LEITE, José Corrêa; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 265-275.

JENKINS, Richard. *Pierre Bourdieu*. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2002.

LANDIN, Leilah. *O setor sem fins lucrativos no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1993. (Série Textos de Pesquisa).

LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

- LÖWY, Michel. Esquerda global? Os movimentos sociais na era dos Três Mundos. In: CEVASCO, Maria Elisa; LEITE, José Corrêa; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- MARTINS, Carlos Benedito. Estrutura e ator: a teoria da prática em Bourdieu. *Educação & Sociedade*. São Paulo, v. 9, n. 27, set. 1987.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. *Sociologia Política*, n. 20, Curitiba, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 17 dez. 2006.
- MINÁ, Gianni. *Um outro mundo é possível: propostas do Fórum Social Mundial de Porto Alegre para um futuro melhor*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- NAVARRO, Zander; SILVA, Marcelo K. *Diversity and social opposition in the 21st Century: The trajectory of the World Social Fórum (2001-2005)*. Sussex: Institute of Development Studies at the University of Sussex Brighton, BN, 2007.
- NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. *Bourdieu e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- ORTIZ, Renato (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.
- OBSERVATÓRIO SOCIAL DE AMÉRICA LATINA. Los Foros Sociales: balances y documentos. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. *Revista del Observatório Social de América Latina*, Buenos Aires v. 5, n. 15, 2004.
- PACHECO, Tânia. *Sustentabilidade, meio ambiente e democracia no III FSM: visões e concepções*. Rio de Janeiro: FBOMS; BSD, 2004.
- PFEIL, Fred. Entre o caos e o comitê. In: CEVASCO, Maria Elisa; LEITE, José Corrêa; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 295-302.
- PINTO, Céli Regina J. O poder e o político na teoria dos campos. *Revista Veritas*, Porto Alegre, v. 41, n. 162, p. 221-227, jun. 1996.
- PUTNAM, Robert. *Making Democracy Work*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.
- RAMONET, Ignácio. A idéia antiglobalização. In: MINÁ, Gianni. *Um outro mundo é possível: propostas do Fórum Social Mundial de Porto Alegre para um futuro melhor*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 74-74.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. Hegemonia e contra-hegemonia. In: CECENÑA, Ana Ester (Org.) *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. *A globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Tânia Steren dos. (Dês)encontros de Pierre Bourdieu com o marxismo: relações objetivas, representações simbólicas e ação. *Revista Humanas*, Porto Alegre, v. 25, n. 1-2, p.115-149. 2002-2003.

SARAMAGO, José. *Os desafios do Fórum segundo Saramago*. Disponível em: <<http://www.forummundialeducacao.org/mudodoforum>> Acesso em: 20 jan. 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SEONE, José; TADDEI, Emilio. *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Vozes, 2001.

SETTON, Maria da Graça. *A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea*. Disponível em <[http://www.amped.org.br/rbe20/amped\\_20.04.pdf](http://www.amped.org.br/rbe20/amped_20.04.pdf)> Acesso em: 5 jan. 2006.

SILVA, Marcelo Kunrath. “*Trazendo os atores sociais de volta*”: pontos para uma agenda de pesquisa sobre a “*Ação Coletiva, Movimentos sociais e Sociedade Civil*”. 2005. Mimeo.

SWARTZ, David. *Culture and power. The Sociology of Pierre Bourdieu*. Chicago: University Press, 1997.

TARROW, Sidney. Transnational contention. In: TARROW, Sidney. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

TEIVANEN, Teivo. *Twenty-two teses on the problems of democracy in the World Social Forum*. <<http://www.forummundial.org.br/dinamic.asp?pagina=bib-teivo-fsm2004>> Acesso em: 15 nov. 2006.

TEIXEIRA, Ana Cláudia C. *Identidades em construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização*. São Paulo: Annablume; Fapesp; Instituto Pólis, 2003.

TEIXEIRA, ANA Cláudia C. A atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.143-186.

VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ZEMELMAN, Hugo. Conhecimento social e conflito na América Latina. In: LEHER, Roberto; SETUBAL, Mariana (Orgs.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.

WACQUANT,Loïc. *Eclarecer o Habitus*. Disponível em:  
<[http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant\\_paf/esclarecerohabitus.pdf](http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant_paf/esclarecerohabitus.pdf)> Acesso em: 5 de jan. 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. Uma política de esquerda para o século XXI? Ou teoria e praxis novamente. In: CEVASCO, Maria Elisa; LEITE, José Corrêa; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 15-40.

WACQUANT, Löic. Mapeando o habitus. *Habitus*, Goiânia, v. 2, n.1, p. 11-18, jan./jun. 2004.

WACQUANT, Löic (org.). *O misterio do ministerio: Pierre Bourdieu e a política democrática*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WHITAKER, Francisco. *O desafio do Fórum Social Mundial: um modo de ver*. São Paulo: Loyola/Perseu Abramo, 2005.

WHITAKER, Francisco. *Mensagem sobre o FSM* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por: <cjpsaopaulo@yahoo.com.br> em 9 mai. 2007.

## ANEXOS

### ANEXO I – Roteiro para entrevistas do trabalho de campo

1. Fale um pouco de sua história de vida: quem é você e de onde veio.
2. As escolas e cursos que você frequentou. Formação profissional.
3. Como se deu o início e a trajetória de sua militância?
4. Há quanto tempo você integra esta ONG? Por que veio trabalhar nela?
5. Qual a posição que você ocupa composição da equipe da ONG?
6. No tempo que você trabalha aqui você foi promovido internamente?
7. Existe estratificação, faixas ou níveis internos de serviços e funções?
8. Se existe, estas diferenças se expressam também na situação salarial?
9. Como você caracterizaria a história da ONG? Houve etapas, fases?
10. A que você atribui a opção da ONG por novas áreas ou temas de trabalho?
11. Descreva a inserção da ONG no FSM desde o primeiro até o quinto.
12. Quais foram as apostas e estratégias internas em relação ao FSM?
13. O FSM alterou a dinâmica interna na ONG? Em que? Como?
14. A ONG participa de alguma comissão ou equipe na estrutura do FSM?
15. Abriram-se novos espaços ou canais de interlocução e articulação com o FSM?
16. Se houve, o que significam estes espaços ou canais para a ONG?
17. Quais são as principais contribuições do FSM ao trabalho de vocês?
18. E qual foi a contribuição de vocês para a construção do FSM?
19. Você, pessoalmente, deu alguma contribuição específica ao FSM?
20. E foi beneficiado ou favorecido por algum tipo de ação decorrente do FSM?

21. A ONG alcançou maior reconhecimento a partir do FSM? Como? Em que?
22. A noção de rede e horizontalidade inspirou/suscitou alguma prática nova na ONG?
23. A notoriedade que você possui na ong e na sociedade a adquiriu a partir da ONG?
24. Como você relaciona e lida com o capital pessoal e o capital institucional?
25. Fale da relação sociedade civil, estado, partidos e o papel da ong neste meio?
26. Como esta relação se expressou no FSM?
27. Cite alguns dos maiores aprendizados que vocês tiram do FSM.
28. Faça algum comentário ou colocação adicional que gostaria ainda de mencionar.

## **ANEXO II - Roteiro de questões para grupo focal**

A proposta da metodologia básica para a realização da entrevista com o grupo focal consiste em organizar o debate em torno de quatro questões/temas centrais para a pesquisa. Cada questão/tema se desdobrará em algumas perguntas a partir de uma pergunta central. A proposta é que todos os presentes reajam à questão central e na seqüência haja debate, facilitado pelo pesquisador, entre os presentes sobre aquele tema. Assim se fará sucessivamente com os quatro temas.

O FSM é um processo em construção a partir de organizações e movimentos sociais. Como a sua ONG reage à tensão existente no interior do FSM dele ser um espaço ou movimento? O FSM como um espaço aberto e de exaltação do pluralismo e diversidade, ou um encontro que articule movimentos e organizações em torno de propostas e pautas propositivas contra o capitalismo globalizado?

As três ONGs participam desde o início do processo FSM. O Cidade e o Ceap no início participaram de atividades gerais e gradualmente se vocacionaram em torno de temas como Orçamento Participativo e Saúde. O Camp participa ativamente dos espaços de coordenação institucional e acentua alguns temas como: desenvolvimento regional/local, economia solidária, Estado e sociedade civil. O que motivou cada entidade a definir suas estratégias de ação em relação ao FSM?

Em um contexto mundial de crises e indefinições da sociedade civil em relação ao capitalismo globalizado surgiu o FSM como forma de fazer frente ao Fórum de Davos. Quais

foram as principais inovações políticas que o FSM trouxe à sua ONG e à diversidade dos atores sociais que participam do FSM? Quais as principais tensões?

O FSM se caracteriza por ser um evento mundial organizado em rede. Qual é a contribuição dessa metodologia para a sua entidade e para o fortalecimento da resistência e a proposição de ações de enfrentamento do capitalismo globalizado?

### **ANEXO III - Lista das pessoas entrevistadas**

As entrevistas foram realizadas pelo pesquisador nos meses de agosto e setembro de 2006. A reunião do grupo focal ocorreu em dezembro de 2006.

Angela Gomes

Angelita Maria Weber

Daniela Oliveira Tolfo

Delma Vargas

Guaraci Cunha

Helena Binz

Henrique Aniceto Kujawa

Jair Andrade

João Rovatti

José Inácio Konzen

Leonardo Toss

Mauri Cruz

Rosemari de Matos

Regina Pozzobon

Sérgio Baierle

Renê Cecconello

Valdevir Both

Vera Regina Amaro

Volmir José Brutcher